



Universidade de Brasília- UnB

Instituto de Psicologia- IP

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura- PPGPsiCC

**“TIPO UM OÁSIS”: AS NARRATIVIDADES DOS JOVENS
INSTITUCIONALIZADOS NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE
INTERNAÇÃO**

Thaywane do Nascimento Gomes

Brasília

2021



Universidade de Brasília- UnB

Instituto de Psicologia- IP

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura- PPG PsiCC

**“TIPO UM OÁSIS”: AS NARRATIVIDADES DOS JOVENS
INSTITUCIONALIZADOS NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE
INTERNAÇÃO**

Thaywane do Nascimento Gomes

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPGPsicc) do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura

Orientadora: Profa. Dra. Deise Matos do Amparo

Brasília

2021

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, sob a orientação da Profa. Dra. Deise Matos do Amparo.

Avaliada pela seguinte banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Deise Matos do Amparo

Universidade de Brasília- UnB

Presidente da banca

Prof^a. Dr^a Teresa Cristina Othenio Cordeiro Carreiro

Universidade Federal Fluminense- UFF

Membro Titular

Prof^a. Dr^a Cynthia Bisinoto Evangelista Oliveira

Universidade de Brasília- UnB

Membro Titular

Prof^a. Dr^a Maristela Muniz Gusmão

Instituto de Educação Superior de Brasília- IESB

Membro Suplente

Apoio financeiro:

Este estudo recebeu o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), mediante a concessão de Bolsa de Mestrado- 09/2019 a 08/2020.



Dedico aos Pedros, Júlios, Wesley, José, Wanderson, Matheus,
Lucas, Luans, Thales, Marcos, Guilherme, Gabriéis que acompanhei
nas medidas socioeducativas, mas que foram assassinados nas
guerras de nossas quebradas. É por vocês também!

Agradecimentos

Às mulheres que me antecederam nas ciências e nas lutas sociais.

À minha mãe e ao meu pai que me apoiaram na jornada acadêmica e de militância. Mesmo sem compreenderem os privilégios da inserção na pós-graduação, até porque essa é uma realidade distante para aquelas que vêm da periferia, sempre investiram na minha formação. Gratidão pelos valores, sabedorias e batalhas cotidianas.

Aos adolescentes e jovens que acompanhei na medida socioeducativa de internação do Distrito Federal. Infelizmente, não posso citar o nome de cada um, mas saibam que na minha memória existem registros afetivos de todos. Como vocês me ensinaram! Sei que vocês não acreditam nisso, porém, com vocês aprendi sobre afeto, solidariedade, pertencimentos e sobrevivências. Vocês foram essenciais para a minha (des)construção profissional, e, principalmente, pessoal. Os nossos encontros me fez ser uma mulher mais atenta ao sofrimento alheio, com menos amarras e mais possibilidades inventivas. *“Nóis por nós!”*

Às/aos minhas/meus amigas/os da vida. Como diria Emicida, *“quem tem um amigo tem tudo”*. E eu tenho várias/os! Como vocês me ouviram falar de socioeducação nos últimos anos, né? Obrigada por acreditarem em mim: Samuel Vieira, Anne Danielly Gomes, Franciele Costa, Lidiane Gomes, Angélica Brandão, Fabiana Lima e Quezia Rodrigues.

Às/aos amigas/os que fiz no sistema socioeducativo. Nesse percurso descobri que é possível construir elos para além dos muros do estabelecimento socioeducativo. Vocês me ensinaram diariamente sobre esperança, força e engajamento: Suhelem Brasil, Walter de Sousa, Alessandro Barros, Visleine Reis, Iago Arruda, Jaqueline Ornelas, Pollyana de Assis, Fernanda Granja, Francistalmo Dias, Alan Cavalcante, Danilo da Cruz, Genildo Araújo, Lídia Furtado, Vinícius Rodrigues, Leonardo Ortegá, Mateus da Silva, Vanessa Martins, Ravel Libni, Wanessa Veras, Webert da Cruz, Eulla Brennequer, Gustavo Henrique, Eduilson do Rosário, Marta Gisele, Lucas Gomes, Letícia Gomes, Josy Fátima, Marcelo, Karla Cristina, Luana Afonso, Pedro Lourenço, Matheus Eugênio...

Ao amigo William Gualberto, que conheci durante a atuação no sistema socioeducativo, e por coincidência, participamos juntos do processo seletivo do Mestrado. Desde a seleção, você, Cássia e suas filhas foram primordiais. Grata por compartilhar os lamentos e risadas.

Ao amigo Wilton Sousa, educador, que no meu percurso no sistema socioeducativo, abriu a porta da sua sala de aula e me ensinou sobre resistência e pertencimentos.

À Islene Gomes, agente de segurança socioeducativa e Mestra em Direitos Humanos. Nos interstícios institucionais compartilhamos bibliografias, experiências e

possibilidades. Além disso, foi minha parceira virtual no debate para a construção desta dissertação, afinal de contas, não é fácil escrever no meio de uma pandemia mundial.

À Maristela Gusmão, a culpada por me apresentar o sistema socioeducativo do Distrito Federal. Grata pelo convite para integrar a sua pesquisa há anos atrás e por me ensinar tanto sobre uma Psicologia implicada.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a. Deise Matos do Amparo, pela acolhida, por acreditar em mim, no meu trabalho e nas intervenções propostas.

Às/aos amigas/os do grupo de orientação da pós-graduação, Rowena Carraca, Ana Clara, Fernando Ferreira e Olívio Costa, agradeço pela coletividade, compartilhamentos e aprendizagens.

À Teresa Carreiro e à Cynthia Bisinoto, por aceitarem ser banca avaliadora deste trabalho. Como as produções de vocês me amparam nesta construção e na minha atuação. Gratidão!

Às/aos servidoras/es do sistema socioeducativo do Distrito Federal, dos terceirizados a gestão. Não consigo mensurar a gratidão a cada um de vocês. Agradeço por compartilharem seus afetos, vidas, anseios, potências e me contarem detalhes da historicidade de uma política pública que é construída cotidianamente por mulheres e homens anônimas/os. Em especial a Maurício Leitão, Carlos Marcelo Gomes, Roges Ribeiro, dona Flora, Abdallah Antun, Wilson Alexandre, dona Jô, Jonas Louzada, Iugo Cordeiro, Lucimar Moura, seu Regivaldo, Carol Plentz, seu Severo, Elaine Viana e Marcos Aurélio.

Ao responsável pela manutenção da instituição em que ocorreu esta pesquisa, Emival, o maior socioeducador que eu já presenciei. Sua simplicidade, confiança e sinceridade na relação com os jovens institucionalizados são ímpares. Você sabe operacionalizar intuitivamente, a Pedagogia da Presença.

Às/aos agentes socioeducativas/os, obrigada pela paciência com esta jovem pesquisadora, pelos puxões de orelha, por cuidarem de mim, mesmo quando eu achava que não era necessário. Um abraço apertado em todas/os. Ah, também devo agradecer pelos cafés, companhias nos almoços, caronas até a parada, dicas de segurança, sorrisos e por me permitirem desconstruir uma visão preconceituosa acerca das/os agentes de segurança.

Àqueles/as que dificultaram, criaram fluxos burocráticos inexistentes ou quiseram destruir esta pesquisa, vocês tornaram o percurso e esta pesquisadora mais resistentes. Mesmo sem querer, ensinaram-me sobre observação, elos e maleabilidade.

Aos terceirizados da limpeza e vigilância da unidade socioeducativa, parcela da classe trabalhadora invisibilizada e sem nome. Como me senti pertencente ao lado de vocês, cuidaram afetivamente desta pesquisadora e me fizeram rir mesmo nas adversidades.

Gratidão à dona Nena, Luciana, Sandra, Jesus, Naldinho, Patrícia, Jussara, Edgar, Marivaldo e Yasmin.

Às/aos professoras/es da escola do estabelecimento socioeducativo. A escola foi a minha porta de entrada na instituição e seguiu sendo o meu lugar de respiro. Obrigada aos/às professores/as que me permitiram observar, conversar ou apenas assistir uma aula com os jovens institucionalizados. O espaço educacional é um lugar de reparação! Grata em especial a Gentil Souza, Vanessa Guimarães, Cynthia Martins, Juliana Souza, Danny Santana, Rose Meire e Cari Tavares.

Às/aos especialistas socioeducativas/os, pelas trocas e por me possibilitarem o acesso à história e itinerário de vida dos jovens.

À Capes pelo financiamento e por possibilitar que uma pesquisadora periférica pudesse sobreviver a partir do seu trabalho intelectual. Por mais pesquisadoras periféricas e filhas da educação pública!

À Vara de Execução de Medidas Socioeducativas (VEMSE) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) pelas autorizações para a realização desta pesquisa. Em especial a Newton Rodrigues pela disponibilidade e profissionalismo.

À Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (Subsis) pelas autorizações e cuidados éticos com as pesquisas que adentram as unidades socioeducativas.

Ao projeto Vozes da Cidadania do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) pelos aprendizados e amadurecimentos. Especialmente a Thallita Oliveira, Márcia Acioli, Dyarley Viana e Markão Aborígene.

Aos profissionais do Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), em especial a Leonel Cabral e Larissa Mazzotti pela generosidade ao compartilhar referências e experiências acerca do trabalho com tatuagens na socioeducação.

Às estudantes da disciplina Intervenções Psicossociais em Contextos de Violência da Universidade de Brasília no primeiro semestre de 2020. Grata pelas partilhas, ensinamentos e elos e transposição de limites tecnológicos.

Às que virão...

Jovens Vulcões

Quando chegamos e contemplamos a paisagem
Sentimos medo dos jovens vulcões silenciosos
Que ameaçavam nos derreter
Com suas lavas incandescentes

Temíamos morrer queimados
Pelo ódio vermelho das brasas
Descendo pelas encostas áridas
Em busca de espaço e liberdade

Não sabíamos do momento das erupções
Que fariam a terra estremecer
Nem das fendas que nos engoliriam
Para sempre

Paramos temerosos
E erguemos tenda provisória
Aguardando a catástrofe

Os primeiros tremores nos assustaram
Mas a nossa tenda não foi desmontada
Nossos corações pularam de medo
Mas a hecatombe não aconteceu

Outros sismos se sucederam mais fortes
Nossos corações se acostumaram
E construímos nossa morada definitiva
Os tempos passaram...
Os sismos, as erupções e o estrondo
Estremeciam nossos corações

De verdadeiros habitantes da encosta
Acostumamo-nos aos jovens vulcões
Que na angústia de sua colérica opressão
Expeliam suas emoções incandescentes
De ódio e de dor

Se assim não fosse
A terra explodiria
De fúria e desespero

Cessado o estrondo
E vomitadas as lavas necessárias
Os vulcões aliviados
Retornam à sua beleza natural

Hoje preferimos viver na encosta
Entre os vulcões que rugem e explodem
Do que no pântano
Entre as cobras que picam
Escondidas sob as folhas

Jovens vulcões
Jovens vulcões
Ficaremos em paz

Quando os homens entenderem
Tuas explosões.

Luiz Gonzaga de Freitas Filho

Resumo

O trabalho socioclínico com adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação devido à passagem ao ato infracional violento convoca trabalhadores e pesquisadores a construir dispositivos de intervenção inventivos, sensíveis e reparadores. O contato com esses jovens é atravessado por questões diversas (violências, testes, localizações, resistências) e em um território institucional que não é operacionalizado para os cuidados, escuta, mas para as contenções e apagamento subjetivo. Partindo de uma compreensão crítica e vivencial, o percurso para a construção desta pesquisa vislumbra demonstrar possibilidades no trabalho de reparação psíquica, social, histórica, identitária e política de jovens privados de liberdade na socioeducação ancorando-se nas narratividades e na presença. Assim, enquanto objetivo geral busca-se analisar a função das narratividades e da presença no trabalho de reconstrução psíquica e social de jovens institucionalizados na medida socioeducativa de internação. Do ponto de vista metodológico, utiliza-se dos preceitos e ferramentas da etnografia, da socioclínica e da psicanálise para nortear o encontro das pesquisadoras com a instituição socioeducativa e com os jovens institucionalizados. Os registros da imersão em campo e da pesquisa-intervenção construída foram feitos em diário de campo e a partir das produções diversas dos jovens. Esta dissertação está dividida em 06 (seis) capítulos que narram os pilares da pesquisa; a permanência; a construção de vínculos e interstícios, a pluralidade de narratividades que emergiram e foram sendo percebidas e construídas na atuação implicada e aproximada com os jovens. As diversas formas de narrativas foram apresentadas em quatro campos de expressão: os traços e imagens que demarcam territorialidade nas paredes da instituição e nos corpos; as visuais (desenho e fotografia); as literárias, autobiográficas e poéticas; as orais/cantadas e audiovisuais. Assim, o narrar de jovens privados de liberdade mostrou-se de modo diverso, marcado por códigos e velamentos, o que demanda a construção de vínculos e uma presença marcada pela disponibilidade atreladas à leitura crítica da instituição socioeducativa para amparar um modo de narrar subjetivo, sensível e profundo. Na nossa trajetória de pesquisa, as narratividades diversas e em consonância com os desejos e sonhos dos jovens mostrou-se como um mediador basilar para o contato com as humanidades, os traumas, as histórias de vida e as identidades de jovens institucionalizados na socioeducação. Pelas narratividades, os jovens tidos como resto social conseguiram tecer e reconectar fios simbólicos acerca de suas trajetórias e potencialidades. Por fim, compreende-se que urge a construção de pesquisas, intervenções e práticas que qualifiquem as variadas formas de narrativas, para que essas sejam reparadoras em trajetórias de vida permeadas por fragilidades e traumatismos, e que possibilitem o desenvolvimento de uma escuta sensível e plural dos modos diversos de existir e ser dos jovens institucionalizados nas medidas socioeducativas.

Palavras-chaves: narratividades; sistema socioeducativo; presença

Abstract

Socioclinical work with adolescents and young people in compliance with a socio-educational due a violent infraction calls on workers and researchers to build inventive, sensitive and repairing intervention devices. The contact with these young people is crossed by several issues (violence, tests, locations, resistance) and in an institutional territory that is not operationalized for care, listening, but for containment and subjective erasure. Considering a critical and experiential understanding, the path for the construction of this research aims to demonstrate possibilities in the work of psychological, social, historical, identity and political repair of young people deprived of their freedom in socio-education, anchoring themselves in narratives and presence. Thus, as a general objective, we sought to analyze the role of narratives and presence in the work of psychic and social reconstruction of institutionalized youth in the socio-educational. From a methodological point of view, it uses the precepts and tools of ethnography, socioclinics and Psychoanalysis to guide the meeting of researchers with the socio-educational institution and institutionalized young people. The records of the immersion in the field and the research-intervention built were made in a field diary and in the diverse productions of the young people. This dissertation is divided into 06 (six) chapters that narrate the research pillars; permanence; the construction of bonds and interstices, the plurality of narrativities that emerged and were being perceived and constructed in the implied and approximate performance with young people. The different forms of narratives were presented in four fields of expression: the lines and images that mark territoriality on the walls of the institution and on the bodies; visual (drawing and photography); literary, autobiographical and poetic ones; oral / sung and audiovisual. Thus, the narration of young people deprived of their freedom was shown in a different way, marked by codes and veiling, which demands the construction of bonds and a presence marked by availability linked to the critical reading of the socio-educational institution to support a subjective narrative mode, sensitive and deep. In our research trajectory, the diverse narratives and in line with the young people's desires and dreams proved to be a basic mediator for contact with the humanities, traumas, life stories and the identities of young people institutionalized in socio-education. Through narrativities, the young people considered as social rest managed to weave and reconnect threads about their trajectories and potential. Finally, it is understood that there is an urgent need for the construction of research, interventions and practices that qualify the various forms of narratives and that repair the life trajectories permeated by fragilities and traumatism and that allow the development of a sensitive and plural listening in different ways of exist and be of young people institutionalized in socio-educational measures.

Keywords: narrativities; socio-educational system; presence

Lista de figuras

Apresentação

Figura 1: Foto da pesquisadora “A gente podia ser como os pássaros, sair e voltar a hora que quiser, mesmo com as grades” 30

Capítulo 1

Figura 2: Foto feita por jovem: Pesquisadora no módulo 54

Figura 3: Foto de frase na entrada do módulo “Para você me educar, precisa estar comigo onde estou e me encontrar lá onde existo” 58

Capítulo 2

Figura 4: Foto de inscrição na parede: “Quebrada de silêncio” 82

Capítulo 3

Figura 5: Foto de inscrição na parede da escola: “Tenho o diabo no dedo e um anjo no ombro esquerdo. Ninguém sabe o meu segredo” 89

Figura 6: Foto de inscrição na parede do quarto-cela: “Sabe já dizia um velho chinês se benze porque sua felicidade pode machucar muita gente” 89

Figura 7: Foto de inscrição nas paredes da escola: “Só quem é de lá sabe o que acontece” 90

Figura 8: Foto de inscrição na parede do quarto-cela “A saudade é um sentimento que quando não cabe no coração escorre pelos olhos” 91

Figura 9: Foto de inscrição na parede do quarto-cela: “Meu maior medo não e morre e sim ser um dos últimos a teque conviver na face da terra com satanás” 92

Figura 10: Foto de inscrição em cartaz: “Planaltina, aí quebrada é nois na fita!!!” 94

Figura 11: Foto de inscrição em cartaz: “Regrado pela rua não aceita desaforo”	94
Figura 12: Foto feita pela pesquisadora- Ocupação das quebradas na sala de Artes.....	95
Figura 13: Desenho “O palhaço”	106

Capítulo 4

Figura 14: Foto da pesquisadora: “O chegante que pesquisa”	110
Figura 15: Desenho “A pipa constante” do menino que só queria voar	111
Figura 16: Desenho coletivo na aula de Artes I	114
Figura 17: Desenho coletivo na aula de Artes II	114
Figura 18: Desenho “O palhaço e o fantoche” por Kobra	116
Figura 19: Desenho “O cotidiano do sistema” por Kobra.....	117
Figura 20: Foto feita pelas pesquisadoras dos jovens experimentando a narrativa fotográfica	120
Figura 21: Foto feita por jovem: “Nem ao céu tenho direito”	121
Figura 22: Foto feita por jovem: “A sombra do menino rei!”	122
Figura 23: Foto feita por jovem: “Foca em mim”	124

Capítulo 5

Figura 24: Carta feita por jovem que participou do projeto de leitura	130
Figura 25: Percepções sobre o livro lido.....	132
Figura 26: “Poesia da poesia”: narrativa escrita por Doutor	133
Figura 27: Poesia “1 milhão de arrependidos” por GOG.....	135

Figura 28: Poesia acerca do futuro por Eduardo	138
Figura 29: Poesia acerca da história de vida por Eduardo	138
Figura 30: Trecho da poesia “Meu céu é de concreto” por Eduardo	139

Capítulo 6

Figura 31: Música “Preconceito, racismo deixa de lado” por Emicida	152
Figura 32: Poética do jovem Emicida	154
Figura 33: Foto feita pela pesquisadora no início das gravações da produção audiovisual.....	158
Figura 34: Mosaico de fotos do processo da produção audiovisual “O cotidiano do sistema”	159
Figura 35: Foto feita por jovem: “Nós vivemos nesse lugar?”	162

Lista de siglas

CAJE- Centro de Atendimento Juvenil Especializado

Cesami- Centro Socioeducativo Amigoniano

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

Inesc- Instituto de Estudos Socioeconômicos

LA- Liberdade Assistida

Sinase- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Subsis- Subsecretaria do Sistema Socioeducativo

TJDFT- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

VEMSE- Vara de Execução de Medidas Socioeducativas

Lista de links

Apresentação

Música Oásis, dos artistas Emicida e Miguel:

<https://www.youtube.com/watch?v=lcZih03qlWg>..... 23

Capítulo 3

Vídeo com imagens da ocupação artística da sala de Artes:

https://drive.google.com/file/d/1iv659JuYRvBt-p_n-Wf7atR50WnwWCG/view?usp=sharing..... 95

Música “Conversando com os mortos”, do grupo de RAP Facção Central.

<https://www.youtube.com/watch?v=ADkJMIY77Xg>
..... 101

Capítulo 4

Material das oficinas de fotografia do projeto “A nossa visão”:

<https://www.instagram.com/degaseanossavisao/>
..... 124

Produções do projeto “Vozes da Cidadania”:

<https://www.inesc.org.br/campanhas/noistambemehumano/>
..... 124

Capítulo 5

Livro “Nois também é humano”: [https://www.inesc.org.br/wp-](https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Para-AI%C3%A9m-das-Algemas-3Edi%C3%A7%C3%A3o-2019.pdf?x98583)

[content/uploads/2019/11/Para-AI%C3%A9m-das-Algemas-3Edi%C3%A7%C3%A3o-2019.pdf?x98583](https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Para-AI%C3%A9m-das-Algemas-3Edi%C3%A7%C3%A3o-2019.pdf?x98583) 125

Capítulo 6

Vídeo musical- “O famoso chefe”:

https://drive.google.com/file/d/1GYk5hQ3e5auyb_8ZpwYy-9BkUD1vkyox/view?usp=sharing..... 151

Vídeo “Quebradas e pessoas”:

https://drive.google.com/file/d/1GalxYERjHey7_981LHmJ0IR8nlGAA0yt/view?usp=sharing.
..... 151

Programa de rádio Voz do gueto:

<https://drive.google.com/file/d/1BjhoRvs4uCXrY7N6R-akoW-9qKP3G2wk/view?usp=sharing>
..... 157

Programa de rádio Programa M3-A:

<https://drive.google.com/file/d/1r1fTTmGGp7ksQrxFmzW3OK3vzGwFLWeo/view?usp=sharing>
..... 157

Programa de rádio Imprevisíveis da periferia:

https://drive.google.com/file/d/1b3FgkyAJssU3X_HG8yuofH_5SOv5L37I/view?usp=sharing 157

Programa de rádio O cotidiano dos favelados:

<https://drive.google.com/file/d/1s4YJiJfHH84tHOPPfMISAQgCp1wBQr/view?usp=s>
[haring](#) 157

Relato de percurso de vida e no sistema socioeducativo, no documentário “O cotidiano do sistema”:

https://drive.google.com/file/d/12oKn1HVjv8rhmq7K8XWIPez_Znt9Ncm/view?usp=s
[haring](#) 160

Gravações do documentário “O cotidiano do sistema”:

<https://drive.google.com/file/d/1GaehB4ilNqM2IOUxJ8TgKTahX-11gjP8/view> 163

Anexos

Música “Amnésia”, do grupo Tribo da Periferia:

https://www.youtube.com/watch?v=CmH-qAEH-IU&ab_channel=TribodaPeriferia. 189

Música “Como vai o seu mundo”, do rapper Dexter

https://www.youtube.com/watch?v=s1FyT0xbN8Q&ab_channel=byFR15 191

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	22
CAPÍTULO 1- PESQUISANDO NA SOCIOEDUCAÇÃO: (RE)CRIANDO CAMINHOS.....	31
<i>Socioeducação: contextualizações</i>	33
“Faz teu corre”: os caminhos metodológicos e afetivos da pesquisa	37
<i>O contexto, os jovens e o registro</i>	41
A inexperiência: desenhando posturas, estratégias e brechas	46
“Chegando no sapatinho”: <i>nossas chegadas e permanências</i>	50
<i>Ser presente: a acolhida cotidiana</i>	58
<i>Descobrimos os interstícios</i>	62
CAPÍTULO 2- AS NARRATIVIDADES E A SOCIOEDUCAÇÃO: O ENCONTRO DO VERBO COM O SILENCIAMENTO	69
Narr(atividades): compreensões, ligações e inscrições	71
Como narrar na privação de liberdades?	80
CAPÍTULO 3- NARRATIVAS DOS E NOS TERRITÓRIOS: O IMBRICAMENTO ENTRE O DENTRO E O FORA	86
Construindo paredes de reflexão no território socioeducativo	89
“Sou minha quebrada”: a constância dos territórios no narrar	93
Narrativas na pele: a carne como plataforma de expressividade	97
“Amor só de mãe”: <i>a família e suas idealizações na pele</i>	99
“Conversando com os mortos”: <i>eles continuam vivos na minha carne</i>	101
“ <i>A Santa Morte</i> ”: <i>a morte como companheira</i>	102

<i>O nome próprio: a busca por um eu</i>	103
<i>“Livrai-me de todo mal”</i> : a carne que clama proteção divina.....	104
<i>“Chora agora, ri depois”</i> : a máscara e o palhaço	106
CAPÍTULO 4- AS NARRATIVAS VISUAIS: O DESENHO E A FOTOGRAFIA NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO	109
As narrativas desenhadas: pintando brechas e realidades	111
<i>O desenho como ponte de ressignificações individuais e desvelamentos</i>	115
As narrativas fotográficas: além do que a visão pode alcançar	119
CAPÍTULO 5- “COMO ESCREVER COM AS MÃOS PARA TRÁS?: NARRATIVAS LITERÁRIAS, AUTOBIOGRÁFICAS E POÉTICAS	125
O projeto de leitura e a simbologia da presença	127
“Eu não sou poeta, viu!”: a escrita poética na restrição de liberdade	133
Proibidos de escrever e se inscrever: as narrativas literária e autobiográficas	139
<i>“Me tornei um escritor”</i> : os relatos de história de vida	140
<i>“O peso da cadeia”</i> : a restrição de liberdade pelas linhas de quem a vive	144
CAPÍTULO 6- “SE EU FALAR, TU ME ESCUTA?”: AS NARRATIVAS ORAIS/CANTADAS E AUDIOVISUAIS NA SOCIOEDUCAÇÃO.....	147
As narrativas orais/cantadas e radiofônicas: quem vai me ouvir?	149
<i>Sintonizando afetos e críticas sociais: as narrativas radiofônicas</i>	155
“O cotidiano do sistema”: o audiovisual	158
NOTAS (in)CONCLUSIVAS	165
APÊNDICE I- Linha do tempo da imersão desta pesquisadora em campo	185
ANEXO I- Escrevendo nas paredes, crio um chão!	186
ANEXO II- “Salve quebrada”	192

ANEXO III- (Re)desenhando referências, imaginação e sonhos	197
ANEXO IV- “As flores mais bonitas nascem onde ninguém cultivou”: vendo belezas na aridez	206
ANEXO V- “Relato dos aliados”: as narrativas poéticas e autobiográficas de jovens privados de liberdade	211

APRESENTAÇÃO

Num confunda diploma com vivência e visão

(Emicida)

Construir intervenções e entendimentos contextualizados acerca das vicissitudes de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação demanda intersecções de vários personagens, dimensões do existir e políticas públicas. Não é possível desenhar estratégias de atendimento a esse público desconsiderando as violações, sobrevivências e resistências antes, durante e depois da medida socioeducativa. Apesar de ser uma instituição totalizante, as unidades socioeducativas são atravessadas por valores, crenças, afetos e pertencimentos que transpõem as grades e muros e de certa maneira forjam formas diferentes de narratividades dos jovens institucionalizados.

O problema norteador desta pesquisa parte do seguinte questionamento: de que maneira as narratividades e a presença podem servir ao trabalho de reconstrução psíquica, social, histórica, identitária e política de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação? Para tal feito, partimos das experiências de uma pesquisa-intervenção operacionalizada no bojo de uma unidade socioeducativa privativa de liberdade no Distrito Federal. Porém, antes de apresentar as minúcias da utilização das narratividades enquanto ferramenta no atendimento socioeducativo de jovens envolvidos com a infracionalidade e a pluralidade de narrar, optamos por contextualizar os nossos passos e vinculações ético-políticas na construção da pesquisa e da escrita desta dissertação.

A nossa entrada no estabelecimento socioeducativo aconteceu despretensiosamente. As idas que eram para assegurar uma parceria entre Universidade e Unidade de internação transformaram-se em um espaço de respiro psíquico, criticidade, cuidados e acalento para os jovens e trabalhadores/as socioeducativos/as. Não sem propósito o título desta dissertação é “*tipo um oásis*”¹, haja vista que coletivamente construímos nos interstícios institucionais, um lugar simbólico e afetivo de acolhida, presença, implicação, engajamento e narrativas. Dessa maneira, as intersubjetividades e as afetações provenientes dos encontros cotidianos foram utilizadas em prol da pesquisa-intervenção realizada. Ao invés da negação ou da ruptura abrupta com a instituição, passamos a olhar para os afetos e colocá-los em cena como estratégias interventivas.

Todavia, como foi possível desenhar brechas em um terreno tão árido e voltado para a privação de liberdades? Como ficou a neutralidade tão preconizada na construção das pesquisas científicas? Logo nos primeiros contatos com os jovens institucionalizados e com as/os profissionais percebemos que as relações e as conversas reduziam-se aos discursos de conveniência e convivência, afinal de contas, a chegada de uma pessoa estranha na instituição convoca a desconfiança.

A nossa questão no início do contato com o estabelecimento socioeducativo era como acessar as temáticas mais profundas e desvelar a realidade de jovens institucionalizados na privação de liberdade? Percebemos que talvez fosse preciso começar com um trabalho conosco. Sim, as pesquisadoras também eram permeadas por complexidades, localizações e pertencimentos. Como usar isso a favor da pesquisa-

¹ Trecho da música Oásis, dos artistas Emicida e Miguel. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lcZih03qlWg>

intervenção já que não era possível nesse contexto se pautar na neutralidade? Como ultrapassar as barreiras da neutralidade e do distanciamento afetivo?

Ao mesmo tempo em que as instituições (Universidade e unidade socioeducativa) demandavam afastamento e neutralidade, os jovens institucionalizados convocavam-nos para a proximidade com desvelamentos, questionamentos e posicionamentos. Sendo assim, para romper com a superficialidade dos discursos dos jovens como: “*estou ressocializado*” e “*o sistema socioeducativo funciona muito bem*” (falas iniciais dos jovens institucionalizados registradas em diário de campo), tivemos que sair do lugar de suposto saber, bem como usar a inexperiência e a sensibilidade que qualificavam a nossa presença como ferramentas na construção de um fazer socioeducativo crítico e direcionado para os processos educativos e emancipatórios.

Ao buscar inaugurar estratégias, linguagens e repertórios, pretendemos trazer a intencionalidade ético-política que passou a compor a nossa presença e relações com e na instituição socioeducativa. Assim, já nas primeiras linhas deste trabalho fica nítido que a nossa implicação subjetiva e política nesta pesquisa faz parte da proposta metodológica para o estudo da temática aqui abordada. Esse implicar-se foi construído processualmente.

Tal perspectiva foi o diferencial para a construção da pesquisa-intervenção. Quando nos implicamos há uma inserção enquanto pessoa na comunidade socioeducativa, em que os jovens e profissionais passam a compartilhar os seus sentimentos, sonhos, desesperanças e histórias. Desse modo, foi possível criar uma brecha de possibilidades, um lugar em que todos os modos de narrar podiam ecoar. Ressalta-se que “*toda produção científica é política, pois interferirá na construção do*

mundo” (Guerra, 2017, p.263), na desconstrução de estigmas, na reconstituição de identidades, e, conseqüentemente, incidirá no forjamento de práticas e intervenções.

Ao falarmos de grupos estigmatizados, como é o caso de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, a neutralidade pode ser a justificativa para reforçar as intervenções e construções de políticas públicas restritivas, preconceituosas e não reparadoras. Quando somos neutros/as ao vermos descasos e violações de Direitos Humanos reforçamos as perspectivas reducionistas, vingativas e exterminadoras. Nesse sentido, como a Psicologia se insere nesse circuito?

Por isso, esta dissertação usa uma linguagem que respeita e acolhe a multiplicidade de existências e maneiras de ecoar. Além de colocarmo-nos naquilo que escrevemos, apontando erros, descobertas, historicidade, ou seja, mostrando a humanidade e as narrativas dos jovens e as nossas. Esta dissertação não pretende apenas falar sobre as narratividades como estratégia no trabalho com jovens institucionalizados, mas também se utiliza delas na sua sustentação.

Queremos dizer que no processo de escrita, o presente trabalho mostrou-se como uma narratividade. Ao funcionar como espaço e tempo de elaboração, reflexividade e reinscrições destas pesquisadoras. Assim, cabe mencionar que vários pontos precisam ser aprofundados teoricamente ou podem emergir elementos que por ora não percebemos. Contudo, aqui pretendemos testemunhar e registrar as memórias de uma pesquisa construída coletivamente em um território que é marcado pelas contenções e silenciamentos.

Como já apontado, o processo de escrita desta dissertação tratou-se paralelamente de um tempo de significações acerca do vivido e aprendido. Destacamos que aqui se tem uma escrita elaborativa, cheia de lacunas e pontos para serem

aprimorados futuramente, mas que valoriza as brechas e as transmutações necessárias para sobreviver e atuar criticamente em instituições voltadas para o cerceamento de todos/as os/as atores/atrizes institucionais participantes da comunidade socioeducativa.

Para a concretização desta pesquisa-intervenção utilizamos referências do arcabouço teórico da Psicossociologia, da Sociologia, da Psicanálise e da Antropologia, citamos alguns: Carreiro, 2012a, 2012b, 2020; Costa, 2006; Favret-Saada, 2005; Foucault, 2014; Goffman, 1981; Gusmão, 2019; Le Breton, 2004, 2007 e 2010; Rosa, 2004. Portanto, ensaiamos escrever sobre as nossas vivências e daqueles que acompanhamos no percurso desta pesquisa-intervenção atrelado a construção teórica crítica acerca dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa e de uma clínica implicada.

Partindo das compreensões de Soares e Machado (2017) acerca da construção de uma narrativa escrevente na pesquisa acadêmica, na qual se vislumbra usar a escrita como dispositivo de emancipação e posicionamento de todas as pessoas envolvidas. Para essas autoras, a escrevivência gera rompimento com a produção científica hegemônica ao trazer: o caráter artístico para as ciências; a posicionalidade implicada que se desvincula do discurso colonizador; a dimensão ética e a estratégia política; o rompimento da dicotomia entre sujeito de pesquisa e pesquisadora; e o conhecimento científico construído como maneira de resistência.

Assim, ao inserir uma poesia, inclusive com os “erros” ortográficos, há um convite para refletirmos sobre a cultura, a escolarização e as (re)existências desses jovens. Por isso, para além das palavras acadêmicas, utilizamos, com as devidas autorizações, das narrativas poéticas, literárias, desenhadas e fotografadas pelos jovens institucionalizados em vários pontos desta dissertação, com o intuito de criar pontos de

contemplanção e fazer a costura com o que foi vivido. Outrossim, neste trabalho há uma genuína ocupação por parte dos jovens institucionalizados, é uma (re)construção coletiva e queremos utilizar a nossa brecha na academia para apresentar essas pessoas como elas são.

Dessa maneira, uma virada na construção de saberes e fazeres da Psicologia demandará de nós ousadia e coragem para transformar as premissas, categorias e compreensões da nossa profissão em ações. Nesse sentido, o ato de escrever as nossas (in)experiências e os desdobramentos dos encontros da pesquisa-intervenção contam e refundam narrativas particulares que não se descolam de outras experiências coletivas, “uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, que seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições diferentes” (Soares & Machado, 2017, p. 206).

A essa altura você deve está se perguntando: afinal de contas, quais são os objetivos concretos desta pesquisa? Confessamos que eles foram remodelados várias vezes, pois, a dinamicidade de uma instituição privativa de liberdade e do contexto acadêmico com várias vidas e itinerários demanda inventividade, maleabilidade e experimentações. Todavia, em linhas gerais, aqui o objetivo geral foi analisar a função das narratividades e da presença no trabalho de reconstrução psíquica e social de jovens institucionalizados na medida socioeducativa de internação.

Os objetivos específicos foram: 1) compreender como as narratividades podem ser usadas como dispositivo socioclínico junto a esses jovens; 2) apresentar a diversidade de narrativas desses jovens, que está no papel, nas imagens de vídeo, nos sons das músicas, passa pelas paredes institucionais e chega às suas carnes; e 3) refletir

sobre estratégias e ferramentas cotidianas no atendimento crítico, ético e contextualizado a jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

De acordo com Dell’Aglia (2020), existem poucos estudos acerca de intervenções com adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas ou que abarquem a prática profissional na socioeducação. Corroborando, Zappe e Dias (2010) apontaram em seu levantamento de produções acadêmicas, que no período de 10 anos (1999 a 2009) havia uma defasagem de trabalhos que apresentassem a atuação prática com adolescentes e jovens em processo de responsabilização. Apreendemos que o cerne ainda é direcionado para a compreensão individualizante da passagem ao ato infracional.

Destacamos que urge a consolidação de trabalhos que visem diminuir as práticas punitivas e reducionistas no sistema socioeducativo. Por isso, neste trabalho, em vários momentos, a crítica virá acoplada de uma possibilidade, uma proposição para a construção de um sistema socioeducativo emancipatório. Haja vista que a socioeducação precisa se reverter em práticas e intervenções promotoras de conquistas e transformação nas trajetórias de desenvolvimento (Oliveira et al 2015) de todas as pessoas presentes na comunidade socioeducativa.

A presente dissertação está dividida em seis capítulos. O primeiro almejou uma contextualização acerca da socioeducação, os significados de uma clínica da presença no trabalho com jovens institucionalizados na medida socioeducativa de internação, os perfis dos jovens atendidos nessa política. Bem como, a metodologia empregada nesta pesquisa e as vicissitudes de se pesquisar na restrição de liberdade juvenil.

No segundo capítulo, trabalhamos a diversidade do narrar na socioeducação, costurando as compreensões teóricas com as nossas experiências. Partindo da noção de

narratividades como pontes de acesso e aproximadoras com os jovens institucionalizados. O terceiro artigo é um escrito sobre como os territórios (corpo, paredes do estabelecimento socioeducativo e as quebradas) se inscrevem e são inscritos nos e pelos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Acerca do capítulo 4, abordamos as narrativas visuais, mais especificamente, o desenho e a fotografia, e como estas modalidades narradoras surgiram e foram mediadoras no trabalho socioclínico com jovens privados de liberdade. Continuando a apresentação plural de narratividades, no capítulo 5 explanamos sobre as narrativas literárias, poéticas e autobiográficas, nas quais, por intermédio de um projeto de leitura construído por estas pesquisadoras, os jovens conseguiram expor suas histórias próprias. Por fim, o capítulo 6 traz as nossas ideias e experiências com as narrativas orais/cantadas e a produção audiovisual, ferramentas que interseccionam várias linguagens e apresentam especificidades.



Figura 1: Registro feito por esta pesquisadora e utilizado em alguns trabalhos grupais com os jovens institucionalizados. Em um desses encontros, um dos jovens fez a seguinte reflexão:

“A gente podia ser como os pássaros, sair e voltar a hora que quiser, mesmo com as grades”...

CAPÍTULO 1- PESQUISANDO NA SOCIOEDUCAÇÃO: (RE)CRIANDO CAMINHOS

O presente capítulo objetiva narrar e contextualizar os redesenhos, as possibilidades e os desafios de uma pesquisa socioclínica junto a jovens institucionalizados na medida socioeducativa de internação. Buscamos abarcar as dimensões sociais, territoriais, políticas e afetivas que atravessaram as relações e a pesquisa forjadas no interior de um estabelecimento socioeducativo.

Baseando-se em uma construção acadêmica crítica, circular, implicada e popular, apresentamos a presença como estratégia ético-política para a atuação e a pesquisa junto a jovens institucionalizados no sistema socioeducativo. Nesse sentido, ser presente transpõe a dimensão física, dizendo respeito à disposição interior sensível para permanecer ao lado de jovens carimbados como detentores do mal, em que a ligação afetiva serve ao suporte continente para as narrativas, sonhos, potências e existências (Costa, 2001; Costa, 2006; Figueiredo, 2007), bem como para criação de ferramentas criativas para atendimento socioclínico na privação de liberdade.

Ressaltamos que os jovens atendidos no sistema socioeducativo não nascem com a semente do mal. Eles perpetram violências, mas também são violentados e dizimados social, político e historicamente. Catroli e Rosa (2013) sinalizam que esses jovens são lançados ao lugar de resto social, o que pode resultar em impactos subjetivos e identitários.

Dessa maneira, a questão da violência não se resolve sendo impelida a um recorte populacional ou com o mero encarceramento de determinados corpos. Cabendo

a quem pesquisa, vive e atua no sistema socioeducativo um olhar cauteloso, inventivo e promotor de fazeres e políticas públicas que levem para a transformação do conflito gerador e não a submissão de uma das partes (Rosa & Vicentin, 2010).

Assim, podemos ver o encarceramento juvenil em massa como uma estratégia de controle, com a contenção de corpos, amordaçamento de vozes e captura de subjetividades, o que acaba fortalecendo o lugar social de resto e de vidas sem valor. Em proporções diferentes, tal conjuntura também impacta e permeia o imaginário dos/as profissionais e das pessoas que se aproximam das instituições voltadas para o cárcere, assim, o sentimento é de fechamento e impossibilidade de desenhar caminhos.

A engrenagem institucional não é neutra, ela é direcionada para um projeto de não emancipação e falta de cuidados com os jovens institucionalizados. A retenção institucional é desmedida e localiza-se em várias camadas, sendo preciso criar espaços de mediação para todas as pessoas que transitam na privação de liberdade (jovens, profissionais, familiares, pesquisadores/as, etc.). O cerceamento não é só da liberdade corporal (o direito de ir e vir) dos jovens, mas, principalmente, de poder ser de todos/as os/as atores/atrizes institucionais. O fechamento institucional é concreto e simbólico, essa última dimensão por ser invisível demandou destas pesquisadoras um constante olhar analítico para se desvencilhar das armadilhas e capturas.

Portanto, pesquisar em espaços voltados para a restrição das liberdades traz desafios constantes, dinâmicos e com diversas facetas. Nesse sentido, foi necessário conhecer bem o território que estávamos pisando e criar ferramentas simples, afetivas e maleavelmente resistentes para adentrar a aridez e o fechamento da privação de liberdades. Neste primeiro momento da dissertação, a ideia é organizar, inclusive, afetivamente, como foi a nossa entrada, permanência, os pilares e as compreensões

teóricas que nos sustentaram na construção de uma pesquisa socioclínica para o cuidado.

Socioeducação: contextualizações

De antemão, ressaltamos a socioeducação como política pública, considerando que, por vezes, essa é tomada meramente como sanção e espaço para punição. Desse modo, trata-se de uma política voltada para o atendimento de adolescentes que cometeram atos infracionais, focando na responsabilização, nos processos educativos para a vida e no acesso a direitos diversos (Branco & Gomes, 2020).

Nos casos de adolescentes (pessoas entre 12 e 18 anos incompletos²) envolvidos em atos infracionais aplicam-se as medidas socioeducativas. Importa mencionar o duplo caráter dessas medidas, o sancionatório e o pedagógico. Isso significa que ao mesmo tempo em que se reprova a conduta infracional também se compreende a educação como estratégia para o rompimento de trajetórias delituosas. Porém, a lógica punitivista ainda se sobressai nos estabelecimentos socioeducativos.

Como preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o rol contém as seguintes medidas socioeducativas, da mais branda a mais severa: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação provisória ou estrita. Sendo delegadas pelo judiciário considerando a violência cometida, o itinerário de infrações de cada jovem e as necessidades pedagógicas, preferindo-se as que promovam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (Brasil, 1990).

Nesta dissertação o foco foi a medida socioeducativa de internação estrita, ou

² Ressaltamos que o cumprimento das medidas socioeducativas, respeitando a temporalidade específica de cada modalidade, pode perdurar até os 21 anos do jovem, quando tem-se o desligamento compulsório. Inclusive, o recorte etário entre 18 e 21 anos incompletos é o segundo mais representativo numericamente no sistema socioeducativo brasileiro (Brasil, 2019).

seja, a privação de liberdade por até três anos. Tida como a mais severa dentre as medidas socioeducativas e aplicada excepcionalmente em infrações mais graves ou em casos de reiteradas práticas de ato infracional. No artigo 121 do ECA (Brasil, 1990), aponta-se como princípios dessa medida socioeducativa: a brevidade, a excepcionalidade e o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Conforme Oliveira et al (2015), a socioeducação é um conjunto de programas, serviços e ações desenvolvidas de maneira articulada com práticas educativas, demandas sociais e direitos humanos, almejando mobilizar nos jovens atendidos novos posicionamentos. Nessa conjuntura, para os mesmos autores, a medida socioeducativa contemplaria ações articuladas em rede, ancoradas em intervenções pedagógicas intencionais para oportunizar a ressignificação das trajetórias infratoras e o desenho de projetos de vida. Entretanto, notamos na práxis das medidas socioeducativas, que o revanchismo social e o antagonismo de projetos societários (educação x criminalização) impactam diretamente na consolidação de um fazer socioeducativo para a liberdade.

Para Oliveira et al (2015), a prática socioeducativa diz respeito ao modo como o jovem experimenta a medida socioeducativa. Mas, como tem sido as vivências para esses jovens? Será que as reflexões suscitadas no período da medida socioeducativa estão caminhando para a ressignificação de trajetórias ou para a consolidação no lugar de resto social? Nos nossos estudos e encontros com jovens em cumprimento de medida socioeducativa estamos reforçando qual face societária, a que é corresponsável pela vida de todas as pessoas ou a que pretende exterminar os indesejáveis?

Em meio a tantos questionamentos, compartilhamos com Xavier (2020) que a medida socioeducativa não deve ser construída para atender exclusivamente aos fatores objetivos (o ato infracional cometido), mas, principalmente, aos subjetivos e sociais (quem é esse jovem? Qual a sua cor? Que gírias ele usa? Onde mora? Como é a sua

família e redes de apoio? Quais são os seus sonhos? E suas potências?). O mesmo autor fala que a medida socioeducativa não deve ser direcionada apenas para refletir o ato infracional, que é uma construção social e emerge nas relações, mas deve se voltar para a compreensão do mundo e relacionamentos dos jovens acolhidos na socioeducação. Haja vista que a transgressão é apenas a superfície de um complexo processo material, histórico, econômico, subjetivo, social e territorial.

De acordo com Froemming (2016), a camada de adolescentes atendidos pela socioeducação tem suas condições de vida solapadas pelo neoliberalismo, que utiliza a penalização da juventude como um caminho para a falta de acesso aos direitos e serviços públicos. Além da criminalização da pobreza e da falta de acessos, as políticas construídas para as infâncias, adolescências e juventudes brasileiras ainda possuem um forte traço menorista, com judicialização da vida e olhar policalesco para as vivências juvenis.

No contexto brasileiro, dos 26.109 adolescentes e jovens cumprindo medidas socioeducativas em meio fechado no ano de 2017, ficou nítido que os corpos capturados pelas redes da justiça juvenil tem um perfil específico: garotos, originários das periferias urbanas, negros, com renda de até 01 salário mínimo, provenientes de famílias empobrecidas e tendo a mãe como responsável pelo seu acompanhamento (Brasil, 2019).

Em termos locais, no Distrito Federal havia em 2017, cerca de 798 adolescentes privados de liberdade, desses 463 estavam cumprindo medida socioeducativa de internação. No que concerne ao gênero, 451 eram do sexo masculino (Brasil, 2019). Acerca da raça/cor, o atual levantamento não tratou essa categoria de modo territorializado e agrupou por regiões do país, dificultando o entendimento dos números em cada Estado da federação.

Para além dos números, nas narrativas que endossaram esta dissertação, os jovens puderam falar quem são. Para eles, não há motivo único para passarem ao ato infracional, a motivação é diversa e atrelada a busca por reconhecimento e/ou sobrevivência material. Eles conhecem desde a tenra idade o lado social mais excludente e perverso (*“Se conhecessem esse mundo como nós, falaria que aqui na Terra que é o inferno”*- fala de jovens institucionalizados registrado em narrativas escritas).

Por vezes, são eles os responsáveis pela subsistência financeira de seus familiares: *“Muitas famílias ficam sem ter onde morar, enquanto aquele criminoso, o mal da nação, como é chamado, fica trancado como bicho”*- fala de jovens registrado em narrativas escritas. Além disso, eles possuem uma compreensão crítica e política acerca da criminalização da juventude empobrecida,

Precisamos olhar para todos e perceber que estes jovens são vítimas dos péssimos políticos, que estão governando nosso país. Não podemos deixar nosso Brasil nas mãos de pessoas que escondem seus crimes em jovens de 12, 13 14, 15 anos e fingem ser bonzinhos na época de eleição, prometem e não cumprem. Assim, percebemos que hoje não vivemos uma democracia, e sim o absolutismo (fala de jovens institucionalizados registrado em narrativas escritas).

Os jovens fazem questão de demarcar sua humanidade: *“Não somos monstros, e sim, jovens com disposição para aprender o que for ensinado, com muita capacidade e inteligência [...]”* (fala de jovens institucionalizados registrado em narrativas escritas). Partindo da convocação para olharmos os jovens institucionalizados como sujeitos de direitos e possibilidades, neste capítulo vamos contar por meio da nossa experiência etnográfica como se deu a nossa aproximação, as criações coletivas e as descobertas

para fazer frente à engrenagem controladora do estabelecimento socioeducativo de internação. Ou seja, neste primeiro tempo almejamos apresentar o terreno clínico, político e de cuidados recíprocos que foram se desenhando na pesquisa.

“Faz teu corre³”: os caminhos metodológicos e afetivos da pesquisa

*Rá-tá-tá-tá, mais um metrô vai passar
Com gente de bem, apressada, católica
Lendo jornal, satisfeita, hipócrita
Com raiva por dentro, a caminho do Centro
Olhando pra cá, curiosos, é lógico
Não, não é não, não é o zoológico
Minha vida não tem tanto valor
Quanto seu celular, seu computador [...]*
(Diário de um detento- Racionais MC's, 1997)

O trecho acima nos chama a pensar outro modo de olhar e fazer pesquisa na restrição de liberdade. Na nossa trajetória dentro da instituição socioeducativa, notamos que diversos/as pesquisadores/as adentravam a unidade de internação com o intuito de encontrar um achado revolucionário. O foco deles era descobrir a fórmula mágica para acabar com a violência ou desvelar a personalidade do jovem “infrator”.

Recordamos aqui de um jovem privado de liberdade que havia participado de várias pesquisas acadêmicas, sendo escolhido por falar bem e estar fora do “padrão do

³ A palavra “*corre*” é muito usada nas unidades de internação do Distrito Federal. De modo geral, significa a atividade ilícita que o jovem está envolvido. Porém, institucionalmente, ela foi se ramificando e ganhando ressignificados. Por exemplo, quando um jovem fala que determinado/a profissional é “corre”, quer dizer que esse/a faz bem o seu trabalho e movimenta-se para realização dos relatórios. No caso da expressão que intitula este tópico, concerne a se virar, a não ficar parado/a e construir estratégias. Tal cenário converge com as constantes adaptações para a realização desta pesquisa.

interno”, era branco e sem defasagem escolar. Porém, ele demarcava estar cansado dessas aproximações: “*será que eles acham que aqui é zoológico?*” (registro no diário de campo das pesquisadoras). A partir do questionamento desse jovem, buscamos neste trabalho referências teóricas, afetivas e ético-políticas que nos façam ser pesquisadoras/es e profissionais que não passem apressadas/os pelas pessoas e que possamos romper com a lógica colonizadora de pesquisar, que coisifica e animaliza.

Nos encontros que proporcionaram os achados desta dissertação tentamos deixar de lado uma suposta neutralidade, para, assim usar os conhecimentos acadêmicos como instrumento político de ecoar trajetórias, histórias, sentimentos e vivências. Bem como, buscamos aprofundar nos códigos institucionais e da relação secreta entre os jovens privados de liberdade, para demonstrar que eles se expressam e narram o seu itinerário de vida de vários modos, mas, tendemos a não escutá-los.

Nesse sentido, na presente construção empreendemos o vínculo e a presença como estratégias metodológicas e de ação (Gusmão, 2019; Gusmão & Amparo, 2019). Sabemos que tratam-se de elos invisíveis e difíceis de construir, em especial, em um contexto permeado por desconfianças e relações não acolhedoras como é a medida socioeducativa de internação, o que acabou requerendo das pesquisadoras tempo, paciência e resistência. Porém, quando consolidados, a presença, o vínculo e os afetos mostraram-se como ferramentas poderosas de fazer ciência e transformações.

Reforçamos a importância de haver uma compreensão crítica e contextualizada nas pesquisas acadêmicas. Pois, quando o conhecimento sobre sujeitos, comunidades e instituições ignora o contexto histórico, político e social de determinados fenômenos, o que acontece é a imposição de patologias e problemas, assim, retira-se da pessoa a efetividade do seu discurso e denúncia (Rosa & Vicentin, 2010). Dessa maneira, o relato científico possui um dever ético-político de criar mecanismos para que as populações

excluídas e vistas como resto social se enxergem em suas complexidades, possibilidades e consigam reivindicar espaços de luta.

Corroborando com isso, compartilhamos das ideias de Santos (2018, p. 51) que para contracolonizar o conhecimento é preciso “[...] reeditar as nossas trajetórias a partir das nossas matrizes. E quem é capaz de fazer isso? Nós mesmos!”, partindo de uma lógica circular e que dê conta das diversidades de existir. A partir dessa noção, destacamos que esta pesquisa teve como pretensão criar possibilidades simples, afetivas e coletivas no trabalho junto a jovens privados de liberdade na medida socioeducativa de internação. Assim, acreditamos que a pesquisa-intervenção, mais especificamente, a socioclínica, convergiu com os nossos desejos e sonhos.

A pesquisa-intervenção é uma modalidade de pesquisar que concerne na produção de conhecimentos acerca de grupos, organizações, comunidades e instituições. Baseada nos debates teóricos e pragmáticos da Psicologia Social, da Socioclínica e da Psicossociologia, contudo, sem perder de vista as práticas clínicas de base psicanalítica. Sendo assim, a pesquisa-intervenção propicia a construção de conhecimento científico, ao mesmo tempo em que ergue ações e dispositivos para aprimorar as intervenções e condições de vida do público parceiro (Borges et al 2018; Fortuna et al, 2014).

Alicerçada na compreensão de Carreteiro (2012a) acerca do desafio no trabalho com adolescências, em especial as que vivem em situação de precariedade social, ao pensar, agir e construir intervenções é prioritário se pautar na complexidade e em um fazer clínico que escute o sujeito e encontre o social. Caso contrário, nossas práticas podem ficar “[...] à mercê dos contextos institucionais e sociais com os quais se defrontam, e pode se tornar mais uma peça da engrenagem repressivo-sancionatória destinada aos adolescentes em conflito com a lei” (Miranda & Celes, 2019, p. 106).

Afunilando um pouco mais, esta pesquisa ancorou-se nos preceitos da socioclínica, um tipo de pesquisa-intervenção, interdisciplinar e que abarca vários dispositivos para mediar a relação pesquisa-instituição (Borges et al, 2018; Fortuna et al, 2014). Com a socioclínica, reafirmamos que não é efetivo elencar apenas a dimensão social ou a intrapsíquica do fenômeno aqui estudado, partindo da concepção de que essas são engendradas e sem dualismos.

Portanto, estamos cientes que ao mesmo tempo em que se estuda, transforma-se os fatos estudados, ao considerar a dinamicidade e a construção processual de dispositivos. No que tange aos dispositivos socioclínicos, entendemos que tratam-se de mecanismos, estratégias ou instrumentos que auxiliam na mediação, na ancoragem e na ligação direcionada para a escuta e o cuidado. Remetendo-nos a premissa da conexão entre pessoas e manejo para a construção de elos.

Dessa maneira, na socioclínica não se faz pesquisa sobre os participantes, mas com eles, almejando a restituição da complexidade e da relatividade dos olhares, compreendendo que o pesquisar trata-se de algo em movimento. Esse modo de pesquisar leva em conta a dinâmica institucional e convoca quem pesquisa a repensar suas implicações e atravessamentos. Tratando-se de um processo de pesquisa contra-hegemônico (Borges et al, 2018; Fortuna et al, 2014).

Em instituições, a pesquisa socioclínica é um processo de construção de ferramentas para intervir, na qual essas são o foco da análise, pois engendram efeitos e transformações nos espaços e pessoas envolvidas. Contudo, isso precisa ocorrer dentro de uma análise institucional, que possa desvelar as negociações, a construção de estratégias e possíveis resultados. A socioclínica institucional é voltada para intervenções de longa duração e ancora-se no trabalho das implicações dos/as profissionais e da pessoa que pesquisa (Borges et al 2018; Fortuna et al, 2014).

Reiteramos que a pesquisa socioclínica aqui retratada ancorou-se nas concepções de presença, vínculo, implicação, horizontalidade e escuta, portanto abarca também as contribuições de autores da psicanálise clínica (Birraux, 2012; Costa, 2001; Figueiredo, 2007) como ferramentas reparadoras, aproximadoras e criadoras de possibilidades interventivas no trabalho com jovens na medida socioeducativa de internação. Na nossa jornada, utilizamos as narratividades como caminhos para reflexividade, acesso às histórias de vida e sonhos desses jovens (dimensão que será apresentada no Capítulo 2).

O percurso descrito nesta dissertação ocorreu em 06 (seis) anos de pesquisa socioclínica e convivência nos intramuros de um estabelecimento socioeducativo de internação, mais precisamente, entre os anos de 2014 a 2020. Ressaltamos que a pesquisa-intervenção só foi interrompida devido à pandemia de Covid-19. Nesse lapso temporal podemos refletir acerca de nossas implicações e das teias que foram se (de)formando no caminho. Dessa maneira, ressaltamos que a intervenção construída produziu efeitos institucionais, relacionais e também nas pesquisadoras.

Estar em contato direto com jovens institucionalizados causa impactos, angústias, sensação de impotência, raiva e medos, por isso é preciso um constante trabalho de autoanálise das implicações e afetações. Desse modo, segundo Fortuna et al (2014), a forma como nos (des)ligamos nas instituições evidencia interesses, afetos, trajetórias e desejos, o que perpassa nosso olhar, postura, práticas e relações onde e como se pesquisa.

O contexto, os jovens e o registro

Trazendo um pouco para a concretude, a instituição onde desenrolou-se esta pesquisa socioclínica é uma unidade socioeducativa de internação voltada para o acautelamento de jovens do sexo masculino entre 18 e 21 anos, mas que passaram ao ato

infracional antes da maioridade penal. Tal separação etária respeita os parâmetros estabelecidos pelo ECA e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Antes de apresentar com mais detalhes o perfil dos jovens que estavam em cumprimento de medida socioeducativa de internação no estabelecimento palco para esta pesquisa, ponderamos que é preciso olhar para a questão etária do público atendido. Pois, nas nossas conversas, eles apontaram que se sentem no limbo de uma política socioeducativa voltada para adolescentes e não adaptada para atender as vicissitudes, os sonhos e anseios das juventudes periféricas.

O fator etário instala uma especificidade nesse grupo, considerando que eles respondem legalmente como adolescentes, mas são demandados e cobrados como adultos. Algumas condutas dentro do estabelecimento socioeducativo podem ser enquadradas como crime e o jovem pode sair do sistema socioeducativo direto para o prisional. Por exemplo, se um deles quebra uma torneira intencionalmente, poderá ser levado a uma delegacia e a responder pelo crime de dano ao patrimônio público. Essa conjuntura imbuía nos jovens a necessidade de controle e fechamento para as relações institucionais. Para eles, na unidade de internação voltada aos “*maiores de idade*” era necessário se comportar e ter “*postura de homem*”.

Buscando uma compreensão mais detalhada sobre os jovens interlocutores desta pesquisa, apresentamos a seguir informações levantadas em 2019 pela escola da unidade socioeducativa e compartilhadas com estas pesquisadoras. Em um universo de 220 jovens institucionalizados na unidade socioeducativa, a maioria tinha entre 18 e 19 anos (87%). No que concerne aos territórios, os dados mostraram que eles eram provenientes de regiões periféricas do Distrito Federal e entorno, com destaque para Ceilândia (27%), Samambaia (23%), Planaltina (18%) e Estrutural (14%).

Acerca dos aspectos familiares, 41% dos jovens residiam somente com a genitora, 70% não possuía filhos e 68% dos parentes desses jovens já cumpriram medidas socioeducativas e/ou penas no sistema prisional. Considerando o percurso nas medidas socioeducativas, o documento revelou que 93% dos jovens era reincidente na prática de atos infracionais e 77% cumpria a medida socioeducativa de internação há mais de 1 ano.

No que concerne às estratégias de metodológicas e de registro desta pesquisa socioclínica, teve-se a observação e a imersão em campo, que foram registradas em diário de campo. A descrição das atividades, percepções e sentimentos foram escritos até 24 horas posteriores ao contato com a instituição e pessoas. A utilização do diário de campo em pesquisas socioclínicas tem o potencial de produzir reflexões acerca da prática, do vivido e dos não-ditos interpessoais e institucionais, além disso, é relevante na análise das implicações das pesquisadoras (Borges et al, 2018).

A escrita do diário de campo foi primordial para as adaptações e construções de ferramentas interventivas, principalmente, para o processo autorreflexivo e de cuidado destas pesquisadoras. Pois, pelo escrever era possível entender os movimentos, as resistências e os ataques próprios e institucionais, que, às vezes, não eram percebidos e elaborados na frenética dinâmica do estabelecimento socioeducativo. Salientamos que os nossos diários de campo foram compostos também por registros imagéticos e os diversos bilhetes, cartas, produções escritas, fotografadas e desenhadas pelos jovens.

Nesse cenário, a escrita destas pesquisadoras foi mecanismo de registro e elaboração do fazer. As inúmeras páginas dos diários de campo analisadas para a feitura desta dissertação mostraram a evolução das intervenções, as lacunas e o olhar analítico. O que no início era uma descrição desenfreada de pessoas e estrutura arquitetônica

passou a ser espaço de compreensão, questionamentos e reflexões. Na inviabilidade de compartilhar o que se sentia e via na unidade de internação, o ato de escrever e de narrar mostrou-se como possibilidade de reflexividade e (re)existir destas pesquisadoras. Portanto, a escrevivência não é só escrever sobre a vivência, mas viver a escrita.

Vale mencionar que desde a aproximação com a unidade de internação, a nossa perspectiva era consolidar uma escuta ampliada que pudesse superar os limites e barreiras dos jovens e da unidade de internação. Com a ideia de não trazer nenhuma atividade ou projeto estruturado extramuros, mas ir construindo a partir da aproximação com os jovens. Nesse sentido, buscávamos com a nossa presença e ações consolidar outro lugar simbólico, com significados inéditos e que inaugurasse olhares dos jovens para si mesmo.

Dessa maneira, o nosso foco sempre foi o jovem, sua historicidade e expressividade. O ato infracional não era centro das intervenções e diálogos. Embasando-se na concepção de que no trabalho socioclínico junto a jovens ligados à infracionalidade:

É importante propor um dispositivo que sustente um enquadre, no qual intervenha a ‘necessidade do eu’ em um trabalho de apropriação e de simbolização da experiência vivida. Isso envolve uma primeira necessidade: dispor de outro, da escuta e do corpo do analista, em sua função continente de espelho e compartilha(dor) de histórias e afetos (Amparo, Cardoso & Vilas Boas, 2016, p. 128)

Ponderamos que o fato de não sermos servidoras da instituição e estarmos em certa medida fora das engrenagens institucionais, permitiu-nos a consolidação de uma vinculação aproximada, propiciando o contato com as histórias de vida, os anseios, os

medos, os sonhos, a agressividade, a sensibilidade e os códigos usados para a expressão desses jovens. Essa localização é importante para delimitar espaços, limites e possibilidades. Isso não significa que um/a servidor/a da carreira socioeducativa não consiga estabelecer uma relação de afeto e cuidado com os jovens, mas isso requererá uma abordagem diferenciada e a consciência que o fato de serem “os olhos da juíza” impacta na construção de uma aliança com o jovem institucionalizado.

No que concerne aos cuidados éticos, todas as imagens e intervenções foram autorizadas pela Vara de Execução de Medidas Socioeducativas (VEMSE), vinculada ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Território (TJDFT); pela Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal (Subsis); pela gestão da unidade de internação; e pela coordenação da escola que funciona dentro da instituição. Esta pesquisa foi aprovada e registrada no Comitê de Ética pelo nº 46302214.6.0000.5540⁴.

Em termos relacionais, ocorreu o respeito à voluntariedade dos jovens institucionalizados, a não obrigatoriedade de participar era pauta constante dos nossos diálogos. Os relatos apresentados nesta dissertação trarão nomes fictícios inspirados em referências da periferia (poetas, cantores, grafiteiros) para nomear alguns dos participantes, ou seja, respeitamos à confidencialidade das identidades, contudo, sem despersonificar.

Em intervenções individuais e/ou grupais, os jovens assinaram termo de assentimento ou autorizaram verbalmente a utilização dos materiais apresentados por nós. Inclusive, algumas produções tiveram o uso permitido pelos jovens, mas, por conter elementos identificadores ou que coloquem a vida do mesmo e de outrem em

⁴ Vinculada ao projeto de pesquisa intitulado: “Interação: Dispositivos de intervenção para a atuação com jovens em situação de violência e vulnerabilidade psíquica nos contextos da saúde e da justiça” do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

risco, por se tratar de segredos acerca dos conflitos territoriais e organizações, não serão utilizadas em nenhuma produção destas pesquisadoras.

Reforçamos ainda a necessidade de demarcar os afetos dos jovens atendidos na medida socioeducativa de internação e também os das pesquisadoras. Por isso, falaremos dos equívocos, dos acertos, dos medos, das resistências e das persistências. Afinal de contas, quem pesquisa também tem raízes, valores e questões a serem aprimoradas. A ideia de olhar para si como ferramenta socioclínica, nos fez sair de um pedestal de suposto-saber e se abrir para a possibilidade de aprender no encontro.

A inexperiência: desenhando posturas, estratégias e brechas

Ainda nos primeiros contatos (Apêndice I⁵), percebemos que era preciso criar uma metodologia de contato específica, plural e maleável, que acolhesse as particularidades e potências dos jovens institucionalizados. Fazendo um parêntese bem pessoal, consigo lembrar exatamente o primeiro dia que adentrei a unidade de internação. Sinceramente não imaginei que permaneceria lá por tanto tempo e escreveria academicamente sobre essa aventura despreziosa. Recordo-me da sensação de desconhecimento e do idealismo juvenil. Quando comecei a pesquisar na privação de liberdade tinha a mesma idade de alguns jovens institucionalizados.

Cheguei ingênua e buscando me aproximar dos jovens sem *script*. Apesar de também ser de quebrada⁶, estava em um lugar diferente daqueles jovens, era estudante de Psicologia. Essa condição, inclusive, trouxe questionamentos, vários deles me inqueriram acerca da minha história de vida e percebendo que havia mais convergências

⁵ No apêndice, encontra-se uma linha do tempo resumida da temporalidade, ações e marcos da trajetória desta pesquisadora no estabelecimento socioeducativo.

⁶ Local de moradia. Relaciona-se com periferia e pertencimentos.

do que divergências, sinalizavam: “*Somos da mesma patifaria, mas você foi para o caminho bom*” / “*Porque você virou essa nerdzona e eu não?*” (registros no diário de campo da pesquisadora).

Este itinerário foi vivido com muitos desafios pessoais e institucionais. Aproximei-me, fui invisibilizada na instituição, acabei me tornando a estagiária sem nome, porém isso possibilitou que eu fosse vista pelos jovens. Encontramos-nos na invisibilidade forçada. Ser invisível mexe com a autoestima e a subjetividade, contudo sendo compreendido dentro da lógica institucional, instrumentalizou-se, transformando-se em um espaço protetivo e intersticial para estas pesquisadoras. Não sendo vistas, realizamos junto com os jovens quatro grupos psicossociais, a produção audiovisual “*o cotidiano do sistema*” e iniciamos um projeto de literatura dentro dos módulos⁷ (práticas que serão explicitadas nos capítulos subsequentes), o possibilitou a construção de fissuras reflexivas dentro da restrição de liberdades.

Rosa (2004) nos convoca a refletir sobre como seria para o sujeito viver sem as frestas? Independentemente da instituição, as brechas são protetivas para os sujeitos. No caso dos estabelecimentos socioeducativos, a contenção acaba não sendo somente do corpo, mas dos comportamentos, afetos e pensamentos. O jovem acaba tendo que performar para convencer que está “ressocializado” e pronto para retornar à sociedade. Ele acaba não contando as suas vivências familiares, a falta de projeto de vida e as violências perpetradas e vividas, porque todos esses aspectos são avaliados em relatórios psicossociais, inclusive, podendo ser usados como justificativas para mais tempo no cumprimento da medida socioeducativa. Sendo assim, as falas são todas prontas e a desconfiança é constante (“*a cadeia pode virar num instante*”- falas registradas em diário de campo).

⁷ Nomenclatura usada para o espaço onde estão localizados os quartos-celas e que comportava mais de 30 jovens. Na instituição aqui analisada, cada módulo tinha oito quartos-celas (quatro de cada lado), um espaço no meio para a monitoria da segurança e local destinado para o banho de sol.

Na atuação com esse público, a escuta é uma aliada para que as brechas simbólicas se sustentem e o sujeito possa (re)existir. Dessa maneira,

[...] antes de pensar em diagnósticos ou estruturas, é preciso escutar o sujeito que ocupa o lugar de resto na estrutura social, e que está sob condição traumática. [...] escuta que supõe romper barreiras e resgatar a experiência compartilhada com o outro, deve ser escuta como testemunho e como resgate da memória (Rosa, 2004, p. 158).

Para realizar uma escuta e presença genuínas é preciso furar a bolha institucional, haja vista que a medida socioeducativa de internação é marcada pelo fechamento e a falta de espaços concretos e simbólicos para o diálogo e acolhida. Contudo, o furo tem que ser feito com sutileza e precisão, caso contrário, o efeito rebote resultará em descontinuidade da intervenção e até expulsão institucional das pesquisadoras.

A brecha construída pode desvelar feridas que o estabelecimento socioeducativo e as pessoas querem soterrar. Isso significa que temos um trabalho duplo, atuar com os jovens é também mexer com as estruturas narcísicas institucionais. Todavia, os efeitos são divergentes, enquanto o jovem se aproxima da pessoa que o acolhe, a instituição se fecha e tenta expurgar qualquer possibilidade analítica. Portanto, para a sobrevivência dos dispositivos socioclínicos e das pesquisadoras foi necessário ter consciência dessas nuances e construir nos interstícios⁸ institucionais (Gusmão, 2019; Gusmão, Gomes & Amparo, 2020). Cuidar do jovem e não se atentar para os ataques e testes da instituição

⁸ Os interstícios são os lugares de passagem, de encontros rápidos dentro da instituição (Roussillon, 1988), criando-se como tempo e espaço à margem das atividades oficiais e burocráticas (Gusmão, 2019). Assim, o espaço intersticial é o depósito de tudo o que não é elaborado coletivamente e na formalidade da instituição.

é contar os minutos para ser convidada a se retirar e não conseguir continuar o trabalho com o público-foco.

No trabalho em instituições, devemos ter consciência que frequentemente essas são capazes de produzir justamente o oposto de seu propósito fundador (Fortuna et al, 2014). Sendo assim, algumas pessoas podem ser impelidas a operacionalizarem a política pública socioeducativa para produzir violência e cerceamento em detrimento de processos educativos. Entretanto, isso não acontece simplesmente porque o/a profissional tenha má índole. A instituição, agarrada às demandas sociais, forja as subjetividades dos usuários, gestores/as e trabalhadores/as.

Somos atravessados/as pelas instituições, contudo, também podemos atravessá-las com as nossas intervenções e ideias. Isso solicitou das pesquisadoras uma constante sobrevivência psíquica e a sustentação flexível dos dispositivos propostos. Para Roussillon (2013; 2015), o meio maleável é importante para a reflexividade psíquica, tendo em vista que a materialização é necessária para a simbolização dos afetos. Algumas características apresentadas para essa categoria traz pistas de como construir dispositivos e fazeres com jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, a saber: indestrutibilidade, sensibilidade, disponibilidade, fidelidade e constância. O contato com essas propriedades esboça um limite, que será transferido para o aparelho de simbolização e objetos simbolizantes.

Para a sustentação desta pesquisa-intervenção foi preciso a formação de responsabilização, implicação e escutas (Rosa & Vicentin, 2010) dos jovens institucionalizados e de diversos/as atores/atrizes institucionais. A construção de elos diversos- duradouros ou temporários- consolidou uma teia de suporte para a intervenção. Destacamos aqui a parceria construída entre pesquisadoras e o professor de Artes da unidade socioeducativa, a partir de uma presença constante e do diálogo no

momento do almoço, percebemos como poderíamos somar forças e propor ações para os jovens.

Não seria possível a estas pesquisadoras fazerem nada isoladamente, os jovens entraram com a sagacidade e observação apurada, enquanto alguns/mas profissionais com o respaldo e lugar dentro da instituição. Conforme Borges et al (2018), a dinamicidade e a complexidade das instituições não seguem protocolos estabelecidos, assim, fazendo a pesquisa se recriar, o que pode contribuir para a inventividade de outros modos de pesquisar e atuar.

Dito isso, destacamos a relevância de construir os dispositivos socioclínicos processualmente e não ter receio de adaptar ou criar rotas paralelas à engrenagem institucional. A seguir relataremos os nossos passos a partir de três pilares: a chegada e a permanência; a presença; e os interstícios. Esses pilares não funcionam linearmente, temporalmente ou como estanques, são intersecções presentes constantemente.

“Chegando no sapatinho⁹”: nossas chegadas e permanências

Borges et al (2018) apontam que a inserção de quem pesquisa não ocorre de modo neutro e natural, precisando ser pensada e reconstruída constantemente no encontro com os sujeitos. Na nossa aproximação fomos sem roteiros ou mediadores, levamos apenas a nossa vontade de estar naquele encontro. Nos primeiros dois meses, estávamos presente na instituição uma vez na semana por 15 minutos, durante o intervalo escolar. Respeitando as datas do calendário escolar, no ano seguinte, passamos a ir uma vez por semana e participávamos de algumas aulas de Artes. Com o tempo,

⁹ Expressão usada pelos jovens institucionalizados para sinalizar que a chegada de qualquer pessoa (profissionais, jovens, pesquisadores) na restrição de liberdade deve ser feita com cautela, observação e respeitando quem chegou antes.

começamos a ir à instituição duas vezes por semana e teve períodos de idas diárias devido à realização de projetos (grupos psicossociais, produção audiovisual...).

A nossa inexperiência em instituições privativas de liberdade se transformou em uma tentativa de compreender o funcionamento dos ditos e não-ditos, nos fazendo operar também a partir de uma dimensão intuitiva. De início, foi possível perceber como a linguagem usada pelos jovens era outra e cheia de velamentos para sustentar a privacidade da comunicação entre eles.

No relato do nosso primeiro dia, já apontamos para o enquadramento e as histórias contadas nos corpos por meio das tatuagens. Apesar de o foco ter sido desde o início a relação com os jovens, logo notamos que precisávamos observar as posturas dos/as profissionais, porque a presença de determinadas pessoas atravessavam diretamente o comportamento, os sentimentos e as falas dos jovens interlocutores. Tudo era tênue e as relações de poder eram concretas.

A escola, local onde começamos a aproximação tinha outra realidade institucional. Sobre a escola, apontamos que ela era uma brecha institucionalizada. Os jovens a qualificavam como sendo um espaço em que eram vistos como pessoas e não criminosos, isso mudava completamente a postura deles nesse espaço. Foi nos módulos que percebemos nitidamente como eles se organizavam, estabeleciam signos, relações de poder e construía estratégias transgressivas.

Na nossa segunda ida, um adolescente institucionalizado há um longo período perguntou quem éramos e de onde vínhamos. Este foi o pontapé inicial para o nosso elo com os jovens de um módulo específico. Após conversarmos brevemente sobre o que buscávamos na instituição, ele nos apresentou para outros jovens. Durante um mês, as conversas aconteceram de modo superficial, com questionamentos sobre como estava o contexto extramuros, notícias do telejornal, novelas ou programas televisivos.

No primeiro ano de pesquisa-intervenção, com o período de férias escolares, só retomamos as atividades na unidade socioeducativa dois meses depois. Os jovens que havíamos conhecido já tinham saído, era necessário investir novamente nas relações interpessoais. Na verdade, o investimento nas ligações deve ser um contínuo, a entrada e saída dos jovens são constantes, impactando diretamente nos que ficam e nos arranjos relacionais e de poder. Tentando a retomada das atividades, permanecemos por dois meses em pé no pátio da escola, sendo invisibilizadas pelos/as profissionais e sendo observadas pelos jovens.

Até que um dia, um jovem surgiu na porta de uma sala, no intervalo entre uma aula e outra, acenou chamando-nos e questionou: “*qual é a sua?*”. Identificamo-nos e falamos sobre a proposta de dialogar com eles durante os intervalos da escola. Esse jovem, que era uma figura de liderança entre os colegas de confinamento, apresentou-nos aos demais e convidou-nos para entrar em sua sala de aula. Portanto, a nossa perspectiva era não ser um elemento intrusivo, mas ir sendo inseridas no contexto institucional aos poucos. Esta cena demarca simbolicamente mais um passo aproximativo e como a inserção das pesquisadoras acabou sendo feita pelos próprios jovens institucionalizados.

As interações no primeiro ano de contato com os jovens institucionalizados ocorreram no intervalo entre as aulas e se caracterizavam por uma conversação livre. Os assuntos, no início do trabalho, faziam referência às curiosidades acerca da presença das pesquisadoras na instituição ou algum acontecimento em evidência na mídia local. Com o tempo e constância dos diálogos, os jovens passaram a falar das outras experiências de suas vidas e a solicitar um espaço de conversa grupal. Em nosso entender, a proposição de um trabalho grupal que considere a demanda espontânea dos jovens institucionalizados adquire um sentido diferenciado.

Sendo assim, os encontros grupais que se desenvolveram posteriormente não tiveram como referência o ato infracional cometido, e sim a vinculação entre eles e as pesquisadoras. Possibilitando um modo de interação mais político e em consonância com a historicidade e demandas dos jovens institucionalizados. Ressalta-se que em 2015 foram realizados quatro grupos, todos no espaço da escola do estabelecimento socioeducativo. Os grupos psicossociais tiveram um delineamento (planejamento, objetivos) semelhante, embora o desfecho tenha sido bastante diferente por se tratar, obviamente, de diferentes membros.

A unidade socioeducativa de internação tem muitas especificidades, estudos de caso, sanções para determinados comportamentos, códigos de ética flutuantes e invisíveis tanto por parte dos jovens como dos/as profissionais. Ainda nas primeiras conversas, os jovens explicaram-nos como funcionavam os módulos, os quartos-celas, as escalas de plantão dos/trabalhadores/as da segurança socioeducativa.

Contudo, como ficávamos somente no espaço da escola, tínhamos apenas um recorte da dinâmica institucional. Ressaltamos que só conseguimos chegar ao espaço mais árido da instituição e onde eles passam mais tempo, o módulo, dois anos após a nossa entrada em campo e por intermédio da construção de uma produção audiovisual. Inclusive, há um registro fotográfico desse momento, como pode ser visto abaixo.



Figura 2: Foto feita em 2016 por um jovem institucionalizado nos bastidores da produção audiovisual “*O cotidiano do sistema*”.

Os diálogos nas portas dos quarto-celas é uma marca do nosso trabalho na instituição. A informalidade dessas conversas fez nascer projetos, descoberta de artistas, reflexões profundas sobre vida e morte, e aprendizagens mútuas.

O fato de adentrarmos aos módulos foi significado pelos jovens como sendo um ato de coragem de nossa parte, já que esse espaço era considerado institucionalmente como perigoso, devido à aproximação física com os jovens. Contudo, essa proximidade era mediada por uma grade. Com a entrada nesse espaço mais árido e real das vivências do cárcere, o nosso elo com os eles mudou, era como se tivéssemos subido um degrau aproximativo em nossas ligações. A nossa presença não era mais fixa na escola, mas circulante. Além disso, passamos a compreender a instituição socioeducativa de modo mais integrado e com suas contradições.

Entretanto, a chegada aos módulos não representou que a instituição havia nos acolhido. Essa entrada foi mais simbólica e possibilitou encontrar os jovens como eles

eram e onde eles estavam. Com a nossa relação mais consolidada e tendo passado por diversos testes de confiança dos jovens, eles começaram a nos apresentar para alguns/mas trabalhadores/as da instituição e auxiliaram-nos na identificação dos interstícios que nos permitiram permanecer. Ou seja, a nossa entrada foi sendo construído pelos jovens, que iam falando de nós, cuidando das nossas permanências e mostrando aliados/as intramuros.

Os nossos questionamentos ingênuos e a presença fizeram os jovens se organizarem coletivamente para explicarem a dinâmica institucional, os significados das palavras usadas e os bastidores das relações entre eles. A coletividade dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, tão atacada institucionalmente, organizou-se para ser o nosso suporte dentro da instituição. Eles disponibilizaram-se para nos acolher e começaram no interior da instituição um movimento sutil de inserção das nossas figuras.

Por isso, costumamos falar que a escola fez a nossa entrada concreta na instituição, todavia, os jovens construíram simbolicamente uma entrada segura e protegida. A nossa permanência deu-se de baixo para cima, em que os usuários da instituição criaram as mediações para amparar os trabalhos desta pesquisa-intervenção.

Os testes e ataques vividos por estas pesquisadoras é outro aspecto importante. Por vezes, costumamos nos atentar aos ataques dos jovens ou da instituição, mas é preciso olhar para essas dimensões conjuntamente, pois elas se entrelaçam. Em vários momentos, tínhamos a sensação de estar em um campo minado em que as armadilhas eram invisíveis e podendo vir de qualquer lado.

Os ataques institucionais a nossa pesquisa foram corriqueiros, com proibições injustificadas, falas machistas e a falta de comunicação com estas pesquisadoras. Exemplificando, por diversas vezes, fomos à unidade socioeducativa e não podemos

entrar por conta de alguma especificidade institucional que não nos foi avisada. Assim, as resistências institucionais além de serem interpretadas como comodismo ou retaliação, podem ser vistas como movimentos de sustentação de boas práticas em espaços precarizados (Borges et al, 2018). A cada ataque institucional, éramos impelidas a reconstruir a nossa pesquisa-intervenção, conexões interpessoais e delinear novas estratégias de proteção e de sustentação, afinal de contas, a impossibilidade de entrar não podia impactar nos combinados e nas proposições no trabalho junto aos jovens.

A lógica de nos amedrontar também esteve presente. Em vários momentos, ouvimos de servidores/as dos vários setores da instituição: *“Você é a pessoa mais vulnerável daqui. Mulher, sem curso de segurança protetiva. Olha o seu tamanho!”* / *“Esses meninos vão te atacar”* (registros em diário de campo das pesquisadoras). Nesses momentos, nos apegávamos à relação de confiança (Winnicott, 1975) estabelecida com os jovens institucionalizados para não deixar o medo alheio nos paralisar. Dessa maneira, sinalizamos que as pesquisadoras além de sobreviverem aos testes de resistência, também precisaram do amparo e da segurança das ligações com os jovens para continuar a pesquisa-intervenção.

Por parte dos jovens, eles testavam superestimando os atos infracionais cometidos, falavam sem pudores sobre assassinatos, buscando que sentíssemos medo e não nos aproximássemos. Eles precisavam testar a nossa resistência e continência frente à violência interna e de vida deles, para saber se permaneceríamos ou desfacelariamos, como alguns dos laços estabelecidos anteriormente. A passagem ao ato infracional ou a narração de uma cena violenta pode ser compreendida como uma esperança, por parte do jovem em encontrar um quadro de referência, um apoio externo capaz de suportar/sobreviver à sua destrutividade e conter seus impulsos (Winnicott, 1975).

O apoio narcísico dos adultos configura-se como um importante recurso, capaz de ajudar a canalizar e conter afetivamente a violência dos jovens. Esse apoio inclui a capacidade das figuras parentais e do meio social de oferecer aos jovens a sustentação para sua agressividade, bem como para fazer face ao desamparo advindo das situações traumáticas e violentas por eles vividas (Marty, 2006; Gutton, 1990).

Os testes institucionais e dos jovens diminuem com o tempo, contudo, acontecem com frequência. A testagem vinha pela via da violência, mas também pela tentativa de enamoramento a partir da lógica machista: as cantadas, o estar apaixonado, os convites para encontros fora da instituição foram recorrentes nas vivências destas pesquisadoras na restrição de liberdade (*“Lá fora você não me escapa” / “Você é meu sonho de consumo” / “Tem um menino apaixonado por você” / “Você é solteira?” / “Como faz para você me passar o seu telefone?” / “No CAJE (Centro de Atendimento Juvenil Especializado) não tinha essas beldades desfilando”*- falas de jovens e profissionais registradas em diário de campo). A questão de gênero é pauta emergencial nos estabelecimentos socioeducativos!

Posto isso, enfatizamos a construção de um aproximar e de um pesquisar processual, afetivo, compreensivo e com análise dos ataques e testes. Aproximação não é só estar na instituição, é querer estar e não ter receio de questionar para entender. Além disso, reiteramos como a coletividade dos jovens institucionalizados mostrou-se como suporte importante para a construção de intervenções e sobrevivência destas pesquisadoras.

A sustentação afetiva por intermédio das ligações, cuidados e presença garantiu as nossas permanências. Sendo assim, diante dos percalços, a continuidade da pesquisa não estava assegurada e precisou ser (re)construída a cada passo, tarefa exercida pelos agentes de cuidados que dão suporte e “seguram a barra” (Figueiredo, 2007), no nosso

caso, essa função foi exercida, principalmente, pelas pesquisadoras e pelos jovens privados de liberdade.

Ser presente: a acolhida cotidiana



Figura 3: Registro feito por estas pesquisadoras- Entrada de um dos módulos do estabelecimento socioeducativo com a seguinte frase: “Para você me educar, precisa estar comigo onde estou e me encontrar lá onde existo (Didonet)”.

Na nossa jornada, notamos que a simples presença física já era promotora de cuidados e conexões interpessoais. O que seria a presença no trabalho com jovens institucionalizados? Como ser presente nas relações estabelecidas na restrição de liberdade? Costa (2001; 2006) nos ensina como a presença pode ser uma ferramenta e

aporte potente no trabalho com jovens em cumprimento de medida socioeducativa, ao promover uma atuação sensível, emancipatória e cidadã no trabalho socioeducativo junto a adolescentes em circunstâncias especialmente difíceis.

A presença consistiria na consolidação de uma relação em que duas pessoas se desvelam uma para a outra, na qual, permitem que suas vidas sejam atravessadas pela existência um do outro. Tal postura e visão de mundo demanda abertura, troca, compromisso, solidariedade e reciprocidade (Costa, 2001; 2006). Um trabalho socioclínico ancorado na presença possibilita o acolhimento do jovem como ele é, buscando descobrir aptidões, capacidades e profundidades no encontro disponível com outra pessoa.

Na atuação ancorada na presença, Costa (2001) assinala que após inteirar-se do passado e das condições de vida e luta pela sobrevivência dos jovens em situações difíceis, constatou que a maioria não ou pouco vivenciou um continente estável de afeto cotidiano, não tendo acesso aos bens da presença. Nesse sentido, na trajetória dos jovens privados de liberdade, “a consciência de que sua vida tem valor para alguém, faz alguém feliz, está longe de sua experiência” (Costa, 2001, p. 44). Em diálogo, Figueiredo (2007) aponta que na metapsicologia do cuidado, se reconhece o objeto dos cuidados no que ele tem de próprio e particular, construindo testemunho e levando de volta o sujeito a sua própria imagem.

Destacamos que a presença não se restringe à materialidade, a concretude do estar, mas significa permanecer mesmo não estando fisicamente. É ultrapassar as grades e barreiras, mesmo estando do lado de fora. No caso da atuação com jovens institucionalizados, a presença afetiva e reflexiva é vital, propiciando que eles se mostrem fora da engrenagem infracional, apresentando suas fragilidades, possibilidades e sonhos.

No cotidiano da instituição socioeducativa, havia pouco espaço para a construção de um *setting* psicoterapêutico, então, o nosso estar constante e independente do lugar (escola, módulo, banho de sol, quadra esportiva, entre outras) fez os jovens institucionalizados darem credibilidade e construir um elo de confiança. Na nossa socioclínica da presença, as brechas, os espaços e a permanência eram usufruídas totalmente. Se tínhamos 10 minutos para conversar com um jovem, nesse curto tempo, plantávamos sementes reflexivas e reparadoras, e também permanecíamos por perto para auxiliar a podar e colher os frutos simbolizantes.

Nessa conjuntura, as narratividades foram usadas como subsídios para que os jovens conseguissem externar seus sentimentos, anseios e histórias de vida de maneira protegida. Ou seja, a narrativa por si só não é terapêutica, ela precisa da presença e do espaço continente como balizadores, como poderá ser visto nos capítulos subsequentes. O cuidado e o estar ao lado, mesmo não falando nada, são super valorizados por esse público, mas requer encontrá-los onde eles são e estão, como demonstrado na imagem que inicia este tópico. O permanecer cria a demanda!

Na socioclínica da presença, o exemplo e a constância são pilares. Em um estabelecimento em que os jovens permanecem o tempo todo observando para sobreviver, o modo como você se relaciona, sai das armadilhas e resiste é tomado como modelo e justificativa para se distanciar ou se filiar. Em vários momentos, alguns jovens apontaram que a nossa postura em determinada situação os tinha feito refletir acerca de si, das suas posturas e vidas. Era como se as nossas permanências testemunhassem que era possível sobreviver a mortificação da engrenagem encarceradora. Portanto, isso mostra que a pesquisa-intervenção não se limitava as ações que planejávamos, mas também ao que vivíamos e demarcávamos institucionalmente.

A pesquisa-intervenção não estava fora de nós, e sim em nós e como

conseguíamos nos localizar e permanecer. Essa modalidade de trabalho nos ensinou que afetávamos as estruturas institucionais, no entanto, precisávamos nos permitir ser afetadas, porque ficar só na defensiva e na neutralidade não possibilitaria a tentativa de construir de um fazer socioeducativo crítico e implicado.

Como querer demonstrar um modo de atuar junto aos jovens institucionalizados sem vivenciar o sistema socioeducativo? Assim, ao sairmos do pedestal acadêmico e nos permitimos viver as mazelas institucionais e ouvir aqueles jovens a partir de uma escuta contextualizada. Como explanado por Favret-Saada (2005), se nos mantivéssemos à distância, não acharíamos nada para observar, apenas mais do mesmo.

Mesmo sabendo que era necessário estar presente e nos aproximar das especificidades da unidade de internação e dos jovens, na mesma medida foi preciso aprender a distanciar. A presença em reserva demarca a sabedoria de ausentar-se e deixa espaço para o sonhar, o brincar e o criar (Figueiredo, 2007). A dialética distanciar-aproximar é saudável para a construção e consolidação dos vínculos, bem como para a sobrevivência psíquica das pesquisadoras. Afinal de contas, nesse processo entramos em contato com uma diversidade de violações, sofrimentos e incertezas. Dessa maneira, o vínculo, na operacionalização da socioeducação, tem limites, desafios e distanciamentos.

Portanto, atuar a partir da presença (Costa, 2001; Costa, 2006; Figueiredo, 2007) nos convoca para um lugar de referência na vida dos jovens institucionalizados, entendendo que o exemplo relacional concreto é de suma importância para eles construírem uma socialização calcada no respeito consigo e com o outro. Podemos dizer que a presença criou um oásis, uma espécie de chão para o narrar diverso de jovens deslegitimados e silenciados.

Coadunando com isso, Guerra (2017) afirma que na política pública de atendimento socioeducativo, é fundamental ter o afeto em jogo para efetivar uma educação para a cidadania. Portanto, o trabalho com esse público exige de quem pesquisa ou trabalha que se coloque em cena, desafiando-se, desprendendo-se das amarras da indiferença e do total distanciamento. Por fim, ressaltamos que ser presente significa uma postura implicada e sensível para com as vidas que são historicamente contidas e extirpadas.

Descobrimos os interstícios

Considerando o encarceramento como estratégia de controle de determinados corpos e subjetividades, cabe aqui à compreensão de Goffman (1981) acerca das instituições totais, como acabam sendo as unidades de internação. O autor problematiza como a institucionalização do sujeito, seja em um manicômio, instituição religiosa ou na prisão é vivida subjetivamente pelos indivíduos. As instituições totais, de modo geral, tem uma tendência ao fechamento e, portanto, passam a ser vividas como um mundo em si.

Sobre a discussão em Goffman (1981) acerca da instituição total ser vivida como um mundo, fazemos uma nota memorativa dos diálogos com os jovens institucionalizados. A pergunta que mais escutamos na unidade de internação foi “*como anda o mundão?*”, dando a entender que eles vivem em uma realidade apartada e deslocada das experiências extramuros. Essa percepção de estar em outro mundo é tão convicta que acaba estabelecendo padrões de comunicação, códigos e comportamentos específicos para o universo socioeducativo. Essa mudança acontece com os jovens, mas também com os/as trabalhadores/as.

Um tipo de instituição é considerada totalizante quando interfere em toda a vida

do sujeito. Sobre essa interferência, a institucionalização também é vivida pelos/as servidoras/es dos estabelecimentos restritivos de liberdade, em que é demandado certo embrutecimento afetivo, distanciamento e justificativas pautadas na burocracia. Ou seja, “num ambiente onde a violência é regra, os (as) próprios(as) funcionários(as) acabam sendo afetados(as) também” (Kalunga, 2018, p 107).

De acordo com Goffman (1981), as instituições totais podem ser definidas como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada” (p. 11). O aspecto central da instituição total é a barreira posta entre o grupo institucionalizado e a sociedade, todos os aspectos da vida do sujeito são realizados e tratados dentro da instituição, sob o olhar de uma autoridade e com uma rotina rígida.

Entretanto, assinalamos que essa barreira entre os jovens institucionalizados na socioeducação e a sociedade tem várias camadas concretas e simbólicas. Isso significa que o impeditivo entre jovem e sociedade não são apenas os muros e arames farpados da arquitetura institucional. Dentro da própria unidade há vários entraves e atravessamentos, como: a não unicidade dos procedimentos institucionais, os valores trazidos por cada profissional, as demandas de punibilidade do contexto social, o funcionamento próprio de cada módulo, a liderança entre os jovens, etc. Ou seja, dentro da instituição socioeducativa há várias micro-instituições e dinâmicas que formam cascas diversas no entrave entre instituição total e extramuros.

Nessa conjuntura, importa valorizarmos os espaços informais no trabalho nas instituições, segundo Rebelo e Thomas (2016), a atenção dada à informalidade contribui para a compreensão clínica dos adolescentes. Nas conversas à toa, surgem apresentações dos jovens até então desconhecidas (Guerra, 2017) ou proibidas de serem

inscritas no âmbito institucional, pois “no encontro e na troca, escrevem-se outros textos” (Idem, p. 264).

Ousamos dizer que são nesses lugares que conseguimos desenhar as brechas reflexivas, tudo é tão burocrático e formal nos estabelecimentos socioeducativos que precisamos recorrer à fluidez do não formal. No simples e informal, é como se estivéssemos, mesmo que rapidamente, fora do controle que buscava disciplinar jovens, pesquisadoras e profissionais.

Dessa maneira, o confronto direto com a rigidez institucional não resolve a questão, é primordial entrar nas profundezas da instituição e intervir internamente de forma mais estrutural. Sendo assim, o caminho mais efetivo e seguro é construir e identificar os interstícios institucionais, onde acontecem os desenquadres disciplinadores e os enquadres terapêuticos podem ser empregados.

Os interstícios são os lugares de passagem, de encontros rápidos dentro da instituição, também podendo ser extramuros, como restaurante e lanchonete próximos (Roussillon, 1988). Apesar da efemeridade e informalidade, aquilo que não é elaborado dentro das engrenagens institucionais vai emergir nesses espaços (Gusmão, Gomes & Amparo, 2020; Lamanno-Adamo, 2013).

O interstício se cria como tempo e espaço à margem das atividades oficiais e burocráticas. Sendo lugares privilegiados para a realização de projetos e modos de fazer, ações e pensamentos inventivos e inovadores, por comportar a liberdade, a ousadia e a autenticidade (Gusmão, 2019; Lamanno-Adamo, 2013; Roussillon, 1988). Assim, o espaço intersticial, de acordo com Lamanno-Adamo (2013, p. 94),

sustenta e trata aquilo que não pode ainda se oficializar na estrutura institucional, aquilo que não pode ainda fazer-se reconhecer. Aquilo que não pode ainda encontrar forma grupal ou individual aceitável, mas que deve ser

protegido para não ser destruído ou enquistado, passa a ser suficientemente expresso no espaço intersticial até poder adentrar a estrutura.

Todavia, apesar da potência e maleabilidade dos interstícios, por se tratar de um espaço à margem e que convoca a criatividade em prol de sua sustentação afetiva (Gusmão, 2019), é igualmente um lugar de perigo. Levando em conta que “fora do mundo seguro das atividades oficiais, não valem as seguranças da verdade, da cultura, do saber, do sentido. É o lugar do risco, do imprevisto, um lugar marginal, habitado pela diversidade caótica” (Lamanno-Adamo, 2013, p. 95). Ao se localizar nos interstícios, estas pesquisadoras defrontraram-se com as cicatrizes dos/as profissionais e jovens; acessaram relatos de violência, assédio moral e agressões perpetradas e sofridas.

O espaço intersticial é o depósito de tudo o que não é elaborado coletivamente e na formalidade da instituição. Pela quantidade de questões e variedade de conteúdos pode ser um espaço sufocante (o que fazer com tamanho acesso?). Sentíamos-nos como se estivéssemos em um porão escuro e com pouca ventilação, entretanto, lá podíamos ser nós mesmos, construir alianças, desabafar acerca dos pesos institucionais e da vida. Sobre intervir nos interstícios da restrição de liberdade, Kalunga (2018, p. 106) sente que “pegamos tanto a contramão do status quo que ela acaba virando via principal e o tempo todo temos a sensação de que pode vir um carro e bater de frente”.

Recordamo-nos de como foram importantes os cafés no espaço de descanso dos/as agentes socioeducativos/as ou os diálogos na hora do almoço. Essas conversas permitiram que tivéssemos um olhar mais profundo e direto da instituição, dos segredos, das histórias de vidas dos/as trabalhadores/as, dos sofrimentos profissionais, da falta de estrutura para realização das atividades, das identidades e do patriarcalismo. Enfim,

podemos encarar o abismo das engrenagens da unidade socioeducativa e perceber a complexidade, as sombras e as forças sutis de dominação.

Criar elos com os/as profissionais permitiu-nos enxergar que a instituição não é melhor para aquele que aplica a cartilha de comportamentos e sanções. Conforme Moscou (2018), falta na socioeducação equipamentos e espaços acolhedores, o ambiente é hostil e inóspito, recaindo a responsabilidade de operacionalizar uma política pública nos/as trabalhadores/as exaustos/as e com pouco ou nenhum acompanhamento para manejar as consequências emocionais deflagradas e inerentes às condições de trabalho no cárcere. Sendo assim, destacamos que os estabelecimentos voltados para a privação de liberdade são vivenciados com pesar pelos diversos/as atores/atrizes. Todas as pessoas, em certa medida, tem que encenar um personagem, seja de bravo, de relapso ou de tranquilo. Todos/as nos despimos de algo na porta de entrada de uma instituição encarceradora.

Acerca das rachaduras institucionais concretizadas pelos interstícios, ressaltamos que as instituições totais possuem um fechamento atrofiante e rígido. Entretanto, o pulsar e a dinamicidade das vidas institucionalizadas- incluem-se aqui a dos/as profissionais e das pesquisadoras- e das relações estabelecidas em seu interior forjam pequenas fendas. Porque não existe barreira capaz de permanecer intacta a tamanhas contenções, haverá pequenas rupturas. E são por elas, que o respiro psíquico será possível.

A partir do trabalho sobre os afetos, a ligação e os vínculos de confiança, os jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, que são exímios observadores, ajudaram-nos a identificar e ocupar alguns interstícios dentro do estabelecimento socioeducativo. Outros foram criados a partir da aliança respeitosa com os/as diversos/as profissionais da instituição.

Nesse sentido, os relacionamentos construídos nos espaços intersticiais, baseados na reciprocidade, horizontalidade e relaxamento fizeram frente ao que Gusmão (2019) chama de tensões mortificantes próprias das instituições fechadas. Além disso, foram suporte para as diversas narratividades resultantes desta pesquisa-intervenção. Portanto, o interstício, concomitantemente, foi lugar de intervenção e de preparo para a aplicabilidade de ferramentas socioclínicas.

Nas ações construídas no nosso percurso, percebemos o enraizamento dos jovens em uma identidade vinculada ao contexto infracional e a inexistência de projetos de vida ou sonhos. Contudo, nesta caminhada também tivemos contato com uma gama variada de produções dos mesmos, como músicas, poesias, desenhos, livros, etc., que demarcavam uma reivindicação pelo viver. Além disso, notamos que a construção das narratividades somando-se aos diálogos e a nossa presença disponível auxiliavam esses jovens a sobreviverem psiquicamente à restrição de liberdade e refletirem acerca de suas trajetórias.

Em Figueiredo (2007), tem-se que a produção de obras artísticas e modos de narrar a vida são compreendidos como transformação de angústias, desejos, ambições e medos. Dessa maneira, criar corresponde ao sonhar, em que os objetos de continência sonham por nós, dão forma, colorido, palavra e voz aos estratos mais profundos do psiquismo.

Conforme Catroli e Rosa (2013), ao ser identificado no lugar de resto social, por vezes, esse jovem irá narrar a sua história de modo ficcional violento e socialmente desqualificado. Por isso é importante um trabalho de reparação subjetiva e identitária criativa e que acolha as linguagens próprias dos jovens marcados pela vivência de violências e elos afetivos frouxos. As mesmas autoras apontam a necessidade da

redescoberta da palavra para que esse público consiga romper com o emudecimento e identificação pelo pior. Perguntamos no decorrer desta pesquisa-intervenção como propor práticas que abram frestas para a circulação da palavra, e, conseqüentemente, para a liberdade? Estar presente e disponível para ouvir e mediar linguagens diversas é um primeiro passo.

CAPÍTULO 2- AS NARRATIVIDADES E A SOCIOEDUCAÇÃO: O ENCONTRO DO VERBO COM O SILENCIAMENTO

Trabalhar com adolescências e juventudes encarceradas demanda inventividade, (des)construção constante e uma abordagem crítica para as vicissitudes dos silenciamentos e despersonalização das instituições totais. As adolescências são celebradas culturalmente como momento de escolhas, diferenciações e constituição identitária. Mas, como forjar um adolescer sem poder ser?

Afinal de contas, nas unidades socioeducativas de internação não há espaços para que os jovens possam experimentar possibilidades, papéis e sonhar. O controle, a mortificação psíquica e o enquadramento desses corpos e subjetividades se sobressaem, demarcando a necessidade de desenharmos dispositivos, saberes e fazeres que escrevam linhas de e para a vida e afetos.

Portanto, é preciso empreender possibilidades no trabalho clínico-político-social junto a esse público, entendendo que a clínica não está descolada da política e do contexto social. Além disso, demarcamos que as pistas para um atendimento socioeducativo efetivo estão nas potencialidades dos jovens e dos/as profissionais, na simplicidade do cotidiano e na relação de respeito e confiança.

Como apontado por Guerra (2017), faz parte da atuação no sistema socioeducativo aproveitar as linhas de fuga que os adolescentes escreveram antes das medidas socioeducativas para resistir. Os jovens institucionalizados lutam para continuar narrando suas vidas, dores e filiações, cabendo a nós o olhar e a escuta sensíveis, para utilizar isso enquanto pontes e não como barreiras.

Em termos subjetivos, algumas pesquisas (Cairus & Conceição, 2010; Penso et al, 2012; Silva & Passos, 2016) mostraram que as vivências dos jovens envolvidos com a infracionalidade são afetadas pela violência, inclusive na etapa das relações primárias, com recordações de agressões na infância, figuras de cuidado não fixas, a ausência ou a apresentação violenta da figura paterna. Na adolescência, a vida que esse jovem percorre, da família ao contexto social, é cheia de percalços, sendo obrigado a equilibrar uma busca identitária estando em contextos de exclusão e com redes protetivas escassas. Essa trajetória pode nos ajudar a entender as expectativas de futuro frágeis e as compreensões de mundo enrijecidas quando esses jovens estão nas unidades socioeducativas.

Portanto, notamos que a vida dos adolescentes que passam ao ato infracional orbita em torno de violências não elaboradoras. Penso et al (2012, p. 110) sinalizam que esse público “sofre a violência que vem da rua, dos policiais, dos amigos, da instituição que o internou, da falta de perspectiva de vida”. Demonstrando que a realidade da maioria deles é marcada por experiências reais de traumatismos, envolvendo a fragilização dos vínculos sociais, afetivos, relacionais e de pertencimento social, ou seja, existem distintas formas de abandono. Esse frequente contato com variadas formas de violência produz repercussões psíquicas na constituição identitária, na saúde mental dos adolescentes (Duchet, 2006) e nas relações estabelecidas.

Apesar das vicissitudes complexas dos jovens institucionalizados, reiteramos que os estabelecimentos voltados ao cumprimento de medida socioeducativa de internação ainda se organizam como instituições de controle e com foco meramente no ato infracional cometido (Athayde, Bill & Soares, 2005; Costa, 2006; Guerra, 2017) e sem espaço para acolher a pluralidade de linguagens narrativas apresentadas pelos jovens institucionalizados. Infelizmente, a medida socioeducativa ainda não é

desenhada para que o jovem possa refletir acerca do seu itinerário de vida, descobrir seus talentos e pensar planos de vida plausíveis.

As engrenagens institucional e judicial demandam dos jovens privados de liberdade um projeto de vida coeso e, por vezes, distante da realidade extramuros, apenas para ter elementos indicadores da sua “ressocialização”. Porém, para construir intervenções com esse público é preciso ter um nítido projeto clínico-político-social estabelecido (Costa, 2006; Felício, 2020; Rosa, 2004) com a intencionalidade de travar as peças da máquina social que é organizada para moer e sucumbir às existências desses jovens. Assim, para além desta escrita, questionamos: O nosso compromisso restringe-se aos relatórios para o judiciário e textos para as dissertações/teses ou direciona-se para as vidas desses jovens?

Assim, objetivamos com este capítulo compreender as narratividades e como elas podem ser usadas como dispositivo socioclínico de reparação subjetiva e social junto a jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Partindo de uma experiência etnográfica no interior de um estabelecimento socioeducativo no Distrito Federal. A seguir, apresentamos alguns delineamentos acerca das concepções de narratividades e como elas podem aparecer na práxis cotidiana na privação de liberdade.

Narr(atividades): compreensões, ligações e inscrições

O narrar é algo inerente às relações humanas, dizendo respeito à capacidade de contar histórias, de falar de si, do outro e do mundo. Todavia, quando falamos de narratividades há várias tradições, epistemologias e áreas do conhecimento (Onocko Campos & Furtado, 2008; Golse, 2017; Onocko-Campos et al, 2013) que reivindicam

entendimentos e delimitações acerca desta categoria. Tal conjuntura demarca as complexidades e a necessidade de costurar esses vários pontos de vistas.

Em termos filosóficos, destacamos as construções de Paul Ricouer, teórico que olha para a narrativa como ligada à temporalidade. Para ele, tudo o que se pode narrar desenvolve-se em relação ao tempo; e tudo o que transcorre no tempo é passível de ser narrado. Tal qualidade temporal das experiências humanas seria a característica que aproxima a ficção da história, em que a narrativa só existe porque o tempo passa. (Laffitte, 2017; Onocko-Campos et al, 2013). Conforme Onocko Campos e Furtado (2008, p. 1091), pela lente de Ricouer, “a narrativa seria uma operação mediadora entre a experiência viva e o discurso. Ela ligaria a explicação à compreensão”.

Um dos principais expoentes dos debates acerca das narrativas é o historiador materialista Walter Benjamin, que entende o narrar como a identificação dos fios que remontam o tempo presente, porém, tomando a narrativa como coletiva e histórica, não apenas de sujeitos isolados. Nesse cenário, a narratividade é vista como um modo de desconfiar do presente, apontando as contingências que residem nas histórias oficiais e hegemônicas. Portanto, na leitura de Walter Benjamin, a narrativa seria sempre inconclusa feita de restos e fragmentos, emergindo a revelia das histórias oficiais e retomando o passado para transformar o presente (Ferreira, 2011; Onocko-Campos et al, 2013).

Ao olhar para as narratividades pelo prisma benjaminiano demarcamos o interesse pelos restos, pelos elos construídos às margens, “nos trapos do passado que foram esquecidos e que jazem inúteis, arrancando-os do contexto em que foram encerrados para arranjá-los em novos ordenamentos, consoantes ao presente” (Onocko-Campos et al, 2013, p. 2851). Assim, o ato de narrar serveria a reinscrição histórica, pois, remontar o passado teria potência para recalcular o presente e o futuro.

Outra tradição das narratividades é a ligada à Antropologia médica, que parte da dimensão do vivido, em que a narrativa seria corporificada e situada. Balizando que o narrado é a experiência corporificada de um sujeito no mundo, em que as vicissitudes são encarnadas no corpo (Onocko-Campos et al, 2013). Apreendemos que a narrativa não se limita ao que aparece nas vozes e escritas, mas também atravessa e modela corpos, códigos, performances e resistências.

Onocko Campos e Furtado (2008) salientam a delimitação da comunicação acerca das narratividades, abarcando essas como intermediário entre o indivíduo e a sociedade, tratando-se, assim, de um dispositivo poroso de interlocução. Além disso, ressaltamos que nessa área do conhecimento, o viés relacional grifa a ação de afetar e ser afetado na mediação narrativa. Nessa tradição, o narrar oferece recursos para o manejo dos acontecimentos de todas as grandezas e importâncias, incluindo os que emergem na aparente repetição da existência cotidiana.

A Psicanálise também se debruça sobre as narratividades, tendo no seu escopo inúmeras reflexões e análises acerca da função do narrar. Inclusive, apontando a vida como sendo uma narrativa que se partilha com outro, em um jogo de escrita da vida (bio-grafia). Nas raízes psicanalíticas, as narratividades se relacionariam aos processos de vínculo e desdobramentos intersubjetivos, partindo das questões da separabilidade e ligabilidade do objeto, essenciais para os processos de diferenciação e construção de elos (Golse, 2017; Laffitte, 2017; Onocko-Campos et al, 2013).

Todavia, salientamos que as diversas tradições, compreensões e lentes convergem para a função mediadora das narratividades. Ponto que particularmente nos interessa, levando em conta a necessidade de construir pontes para a mediação reflexiva junto a jovens privados de liberdade. Portanto, as narrativas são conectoras em meio a um ponto de partida e um ponto de chegada, entre uma configuração de mundo- um

mundo possível, desejável, traduzível em linguagem- e outra. Nessa mediação, as narrativas produzem um conhecimento do mundo e participam de sua configuração, sendo o intermédio entre a ação e a linguagem (Onocko Campos e Furtado, 2008; Ricouer, 2012).

Partindo do exposto acima, cabe tecer algumas definições acerca das narratividades, que auxiliarão nos entendimentos de como isso apareceu e foi operacionalizado na práxis socioeducativa, bem como a pluralidade de semiologias possíveis para a expressão e reflexividade. Um ponto a ser costurado nessa conceituação é a potência reflexiva das narratividades, em que:

A expressão narrativa das experiências passa então a ser uma das principais formas de reflexividade, uma recaptura das próprias experiências que enriquece a consciência. A história passa então a ser o suporte de uma compreensão e de uma maior consciência das situações, recentes ou antigas, que condicionam a nossa relação com o futuro, as nossas escolhas, as nossas orientações e decisões (Pachoud, 2017, p. 63-64).

Corroborando a ideia assinalada acima, alguns/mas autores/as (Bordini & Sperb, 2012; Bruner, 1997; Lopes de Oliveira, 2006; Rodrigues & Guimarães, 2015) apontam que o papel das narrativas está ligado à possibilidade de construir histórias, acessar as vicissitudes próprias e dos outros, dar sentido ao experienciar e a realidade. No ato de narrar, o indivíduo consegue construir novos significados, pois é impelido a explicar-se e olhar seus atos, posicionamentos e papeis. Dessa maneira, a narrativa é uma ferramenta para acesso aos significados, à memória vivencial e aos testemunhos.

Desse modo, em uma sociedade marcada por um achatamento da subjetividade (Carreteiro, 2012b), as narratividades podem se mostrar como elementares para o encontro desses jovens com as suas histórias de vida e a sua reelaboração. A utilização da narrativa propicia a expressividade dos sujeitos e das problemáticas internas (Rebelo, 2018), sendo assim, primordiais para a inauguração de um processo socioterapêutico que dificilmente se desenvolveria por outra via. Portanto, as narrativas mostram-se como uma potente ferramenta para restauração do eu e garantia da permanência e da consciência de existir (Rebelo & Thomas, 2016).

Ainda dialogando com a lógica das narratividades enquanto promoção de reflexividade, essas podem ser acolhidas enquanto expressões do afeto através do verbo (Rebelo, 2018). Dito de outro modo, diz respeito aos modos de dar sentido ao universo interno por meio de objetos culturais- a escrita, a fotografia, o teatro, a música, entre outros- que são instrumentos da civilização e que trazem a representação alicerçada em uma língua comum (Birraux, 2012).

Dessa maneira, indagamos: O que acontece para as narratividades serem eles reflexivos? Dialogando a partir das concepções de Pachoud (2017), a possibilidade de narrar seria um dos grandes componentes da relação consigo mesmo, de uma apreensão de si e da sua identidade. Nessa conjuntura, segundo Golse (2017), a análise do narrado poderia iluminar as áreas mais íntimas da vida. Destacamos que o encontro consigo ocorre por intermédio de uma construção narrativa e da escuta do narratário, reforçando que o testemunho, a reescritura e reconstituição psíquica e social emergem na dialogicidade e no encontro com o outro disponível e presente.

Posto isso, ponderamos a figura do narrador nesse processo construtivo, pois, é ele quem produz o discurso narrativo, entretanto, atua de maneira diferente de um autor.

A pessoa que narra é um ser autônomo e que seleciona o que vai narrar (Paiva, 2015), contudo, essa seleção encontra-se com a vida, os processos psíquicos e a localização sócio-histórica do narrador. É uma mescla de criação com contação, o sujeito tem um lugar central, há uma fusão do passado, do presente e do porvir.

Apesar da narrativa se assentar na expressão de um tempo amplo e que transcende a figura do narrador, percebemos que a palavra de quem narra é política, levando em conta que:

Os fragmentos transmitidos pelo narrador são como sementes que mantêm seu poder germinativo para além do tempo cronológico, dependendo dos nexos que os ouvintes consigam reconhecer em suas próprias reminiscências a partir dos perigos com que se confrontem social e politicamente (Ferreira, 2011, p. 131).

A presença de outra pessoa é primordial para pensarmos a construção das narratividades e o papel do narrador, afinal de contas, de acordo com Onocko-Campos et al (2013), é a condição de ouvinte que cria o narrador. Ou seja, alguém precisa querer ouvir para que o ato de narrar aconteça. Haja vista que o narrador é elevado ao lugar de autoridade pelo ouvinte/narratário (Onocko Campos & Furtado, 2008).

Portanto, a narratividade é uma experiência compartilhada, na medida em que a elaboração é comunicada, sendo determinada por uma relação com o outro disponível e orientada pela partilha e reciprocidade (Pachoud, 2017). Essa elaboração é alcançada por um olhar narrativizante, que articula os vários fragmentos em circulação (Onocko-Campos et al, 2013), em um presente de elucidação e compartilhamento do testemunho do vivido, possibilitando considerar aberturas e possibilidades futuras (Pachoud, 2017).

Vale pontuar, considerando as dimensões relacionais, de memória e elaboração, que as narratividades não constituem uma representação exata e rigorosa das experiências vividas. Tratando-se de um meio em que reconfiguramos nossas experiências e identidades, em um elaborar que desenvolve inteligibilidade e ações (Pachoud, 2017). Em diálogo, Onocko-Campos et al (2013, p. 1093) grifam que é preciso:

Construir narrativas que possam lidar não só com a sequência dos acontecimentos e as intenções conscientes dos atores, como também com as estruturas– que ele traduz como instituições, modos de pensar– e argumentar se elas retardam ou aceleram acontecimentos. Essa seria uma forma de mediar estrutura e acontecimentos.

Reiteramos que o narrador não caminha solitariamente, ele traz as suas inscrições coletivas. Portanto, no ato de narrar se pensa e repensa as nossas vidas e mundos, formando-se junto aos outros, compreendendo que é na conexão entre discursos que se constroem histórias e desconstrói vivências (Franco, 2018; Suárez, 2010).

Assim, a narrativa não traz apenas a voz de quem fala, vozes múltiplas emergem no narrar (Ferreira, 2011; Suárez, 2010). Em consonância com essa proposição, Carreteiro (2012a) argumenta que a narrativa é um modo de entendimento das condições sócio-históricas de produção de vida dos sujeitos, permitindo observar os diversos eixos (psíquicos, coletivos, familiares, econômicos, etc.) que atravessam as histórias de vida, pois, fará referências implícitas ou explícitas a vários pertencimentos sociais. Articulando relações de poder, política, identidades e contextos, denotando a

imbricada e complexa relação das narratividades com os discursos sociais, nas quais circulam os dizeres sociais, as ideologias e as realidades cotidianas (Onocko-Campos et al, 2013).

O vértice político das narratividades também é apontado nas pesquisas acadêmicas, partindo da ideia de que o narrar é uma maneira de enunciação ancorada no cenário político do tempo histórico, fundando-se no elo indissociável entre ação e palavra. Portanto, toda narrativa seria política (Ferreira, 2011; Onocko Campos & Furtado, 2008; Onocko-Campos et al, 2013), porque traria para a cena as inscrições e os atravessamento de um ser social.

Destacamos que a narratividade olhada como produto de uma coletividade, pode nos apoiar a contrapor as linhas mortíferas das necropolíticas e os silenciamentos impostos a alguns grupos sociais, como é o caso de jovens privados de liberdade no sistema socioeducativo. Desse modo, o narrar seria um ato em prol da vida e das existências:

É preciso narrar para que os mortos não sejam vencidos mais uma vez. A opção não é meramente estética, mas fundamentalmente política: narra-se para interromper o tempo artificial da produção maquínica, para dedicar-se a uma leitura do tempo. [...] Narrar para evitar que se negue a palavra aos mortos. Narrar para evitar que os inimigos continuem vencendo e para fortalecer uma perspectiva que se avizinha do olhar da criança: atenção aos detalhes, ao ínfimo, ao transitório, às personagens sempre alocadas nos níveis mais baixos dos monumentos (Ferreira, 2011, p. 126-128).

Dessa maneira, percebemos que as narratividades auxiliam na escritura e produção de linhas para a vida, em que a linguagem, em seu modo plural, é usada como laço comunicador e que rompe com a produção de relações desapegadas e líquidas, assim, convocando as pessoas para uma aliança fraterna e recíproca. Ou seja, há uma reelaboração de si e dos elos comunitários por mediação dos objetos culturais.

Partindo disso, apreendemos que não há uma linguagem unívoca na arte de narrar, a narratividade é maleável e acolhe a pluralidade de comunicações e resistências. Segundo Onocko Campos e Furtado (2008), as narrativas inauguram formas de articulação com o cotidiano a partir da pluralidade de jogos de linguagens com vários enunciados. Afinal de contas, as linguagens vão se forjando para perpetuar o existir.

Desse modo, a produção audiovisual, a escrita literária, a fotografia, a poesia, o desenho, a tatuagem, entre outras linguagens podem ser utilizadas como mediadores relacionais e elaborativos no trabalho junto a grupos historicamente silenciados e apagados socialmente. Nesse sentido, as narrativas podem ser uma ponte (in)visível para acessar e estar com os jovens privados de liberdade em diversos espaços institucionais. Isso significa que ao usarmos os objetos da cultura como dispositivos narrativos, o foco não é o desenho, a poesia ou qualquer outra linguagem, mas os signos, os ditos e o silenciamentos que se apresentam.

Em uma tentativa de sintetizar e criar costuras acerca de uma conceituação de narratividades, sem fechar ou concluir, ponderamos que as narratividades são “histórias (ainda) não narradas” (Ricouer, 1997, p. 115), na qual o narrar apresenta-se como abrigo do inacabamento dos tempos históricos (Ferreira, 2011) e psíquicos. Assim, a narrativa é parte da vida, antes de se exilar na escrita (Onocko-Campos et al, 2013), no desenho, na cena, na pele... Desbruçamos-nos agora nesta dissertação em tentar

construir interfaces entre as narratividades e o trabalho socioclínico junto a jovens privados de liberdade, a partir da nossa experiência interventiva, inventiva e criadora de/nas brechas em uma unidade de internação do Distrito Federal.

Como narrar na privação de liberdades?

Partindo das compreensões e delimitações acerca das narratividades, questionamos-nos neste trabalho: Como transformar as narratividades em um dispositivo de trabalho com jovens institucionalizados? Como utilizar a maleabilidade criativa das narrativas como estratégia na (re)construção subjetiva e identitária de jovens privados de liberdade?

Entendendo que as existências desses jovens trazem elementos de privações e violações desde a tenra idade. Portanto, o sofrimento não se inicia na privação de liberdade, mas perpassa suas infâncias e adolescências, sendo carregado sem elaboração, escuta ou acolhida por anos a fio. Não podemos desconsiderar os impactos de uma vida que o tempo todo é expurgada e desvalorizada socialmente, forjando estratégias de sobrevivência e distanciamentos relacionais.

Em diálogo, Gurski e Strzykalski (2018) apontam que as trajetórias de vida dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas são permeadas por violências e significações de si cristalizadas, considerando que na infracionalidade não há tempo para pensar, pois esses espaços são caracterizados pela luta de manutenção concreta da vida.

Outro aspecto importante ao elaborarmos ferramentas de trabalho junto aos jovens a quem se atribui a autoria de ato infracional é considerar a escolaridade e a

capacidade interpretativa deles. Apesar da maioria desses jovens serem alfabetizados, boa parte tem dificuldade na escrita e na compreensão de textos. Contudo, a ideia não é ensinar o jovem institucionalizado a escrever, desenhar, fotografar ou ser especialista em qualquer linguagem, e sim colocar as potencialidades oferecidas pela narrativa a favor do mesmo (Rebelo & Thomas, 2016) e de sua (re)inscrição psíquica e social.

Desse modo, é imprescindível a consolidação de espaços de diálogo e fala para integrar a ação, os sentimentos e os pensamentos suscitados no encontro deles com as narratividades e elaborações. Nesse sentido, os objetos da cultura não são meramente para responder ao lúdico ou distrair os jovens na restrição de liberdade, mas propiciam um processo criativo, no qual o sujeito pode se recriar a partir da intersubjetividade (Brasil, 2016; Rebelo & Thomas, 2016). Em um cenário em que as narratividades funcionam como um catalisador potente de questões, a partir da enunciação de si para além do ato infracional (Gurski & Strzykalski, 2018).

A convocação para poder ser coletivamente e se reinventar provenientes das narratividades diverge do cerne da passagem aos atos violentos, que, conforme Vilas Boas et al (2017), significa uma barreira na conservação dos laços ao silenciar as palavras. Portanto, o processo de construção narrativa cria fissuras nas obstruções e desvinculações consoantes ao ato violento, propiciando uma religadura e espaço para o/a trabalhador/a socioclínico/a intervir.

Além disso, o narrar pode contornar o cerceamento e a falta de liberdades para ser e se expressar nos estabelecimentos para cumprimento de medida socioeducativa de internação, nos quais o silêncio e o não demandar são tidos como marcadores de bom comportamento e preparo para o contexto extramuros. De que maneira é possível falar em uma quebrada de silêncio?

A escrita nas paredes da unidade socioeducativa, por exemplo, foi uma maneira de ecoar o silenciamento e reivindicar a fala por parte dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, como vemos na imagem a seguir. A escrita foi singela e com traços sutis no meio de um emaranhado de referências aos territórios e números do código penal que se referiam aos atos infracionais cometidos pelos transeuntes daquele espaço.

Entretanto, tal inscrição nos chama para pensar como o silêncio é regra nos espaços direcionados para jovens envolvidos com a infracionalidade. Como desenhar transformações e possibilidades numa lógica marcada pela não expressividade dos afetos e histórias?



Figura 4: Inscrição na parede da instituição “quebrada de silêncio”

Dessa maneira, ressaltamos que o desenho, a poesia, a fotografia ou qualquer outra narrativa por si só não consolida uma reinvenção do sujeito, mas marcam pertencimentos, possibilidades de expressão e resistências, em um cenário no qual o sujeito cria modos próprios para dizer seus sentimentos, localizações e anseios. Como

diz Carreiro (2012a), com as narrativas “não é possível transformar o passado, mas sim mudar as relações que se têm com ele” (p. 37) e formar alianças no presente, que serão basilares para o percurso e (re)configuração psíquica desse jovem.

Em consonância, Marty (2006) apresenta uma importante ponderação acerca do papel da narratividade na reconstituição subjetiva do adolescente que passa ao ato violento,

O tempo de dizer vai substituir o tempo da ação; a palavra vai criar as ligações associativas que vão reconstruir a trama em cima da qual vai-se poder retomar uma história. A história dessa narrativa, objeto da ligação transferencial ao analista, torna-se o tempo forte dessa reconstrução, como uma história dentro da História. Falar dessa maneira, falar de si mesmo a um outro, devolve a capacidade de experienciar, de reencontrar as emoções que algumas vezes estão ligadas ao primeiro tempo do traumatismo [...] (p. 128).

Considerando o exposto, o enquadre e os dispositivos socioclínicos demandam outra dimensão e uma inventividade do/a profissional nas unidades de internação. Ou seja, o enquadre está para além dos olhos, não se restringindo ao espaço físico, devendo ser fortemente maleável para ser continente às demandas dos jovens, da instituição e societárias. Por vezes, o encontro com o jovem se dará no banho de sol, nas aulas de Artes, no quarto-cela ou na enfermaria. Já que não é possível modificar a engrenagem institucional instantaneamente, vamos criando interstícios que possibilitem a liberdade, a sensibilidade, o acolhimento e a pluralidade de se narrar a vida e os mundos.

Assim, o enquadre socioclínico na privação de liberdade juvenil tem que ser efetivamente afetivo, ético e continente para possibilitar que o jovem se expresse sem sofrer retaliações institucionais ou se vulnerabilize frente aos demais jovens

institucionalizados. É um trabalho de sutilezas e cuidados em um lugar que é tomado por relações de poder, serialização e enquadramento dos corpos e subjetividades.

Destacamos que a atuação junto a esses jovens demanda de nós sobreviver à instituição, ao jovem e consolidar estratégias para acolher e ouvi-los, para assim viabilizar uma ligação propiciadora de circulação das palavras. Isso significa que cabe ao socioclínico/a reaver a própria liberdade e a potência para trabalhar com esses jovens, haja vista que as contenções e privação também capturam os/as trabalhadores/as.

No atendimento a esse público, a pessoa que acolhe tem que suportar o contato direto com a violência e solicitar por meio da palavra (escrita, falada, encarnada, cantada, desenhada...) o envolvimento do sujeito (Amparo & Pereira, 2010) consigo e com sua história de vida, propiciando uma saída da presentificação cristalizada dos discursos e ações.

Enfatizamos que na nossa jornada, o uso das narratividades conseguiu transformar questões subjetivas em verbo ou imagem, sendo ponte mediadora para a consolidação de ressignificações e elos. Desse modo, a narrativa construída acabou sendo um suporte para quem acolhe e para o jovem, servindo como uma espécie de chão para uma relação que se construiu no impalpável.

Perspectiva corroborada pela experiência de Rebelo e Thomas (2016), na qual as narrativas tinham a função de tela e apoio para as inscrições dos conteúdos concretos e psíquicos dos adolescentes com os quais trabalharam. Nesse cenário é vital sinalizar a importância da dimensão relacional, levando em conta que funciona como um apoio e acolhimento da produção narrativa (Carreteiro 2012a). Nos capítulos a seguir será possível perceber com mais detalhes como isso aconteceu na práxis cotidiana junto aos

jovens institucionalizados na medida socioeducativa de internação e como as narrativas se apresentaram de modo plural.

Nas próximas linhas, nos propomos a mostrar como as narratividades foram surgindo e sendo utilizadas como ferramentas de reparação subjetiva, social e identitária nas vivências de jovens privados de suas liberdades. Para tal feito, costuramos linguagens, encontros, episódios e histórias de vidas. Vislumbrando organizar a imensidão de materiais e experiências, estruturamos a nossa narrativa em 04 (quatro) eixos narrativos, que correspondem aos capítulos subsequentes: dos territórios; visuais: desenhos e fotografia; literários, autobiográficos e poéticos; orais/cantados e audiovisuais.

CAPÍTULO 3- NARRATIVAS DOS E NOS TERRITÓRIOS: O IMBRICAMENTO ENTRE O DENTRO E O FORA

A territorialidade de jovens institucionalizados na medida socioeducativa de internação é permeada pela luta constante por um espaço de afetos, pertencas, acolhida e constância. Tratando-se de uma geografia dos afetos. Aqui ao falarmos de territórios não dizemos de um lugar concreto e delimitado, mas consideramos, principalmente, a busca desses jovens por um lugar onde possam ser e existir, podendo ser no local de moradia, na instituição ou no próprio corpo.

Dito isso, compreenderemos a inscrição narrativa nos territórios, aqui representada pelas paredes da instituição e pelas tatuagens corporais dos jovens, como mecanismos de construir continência, segurança e diferenciação em detrimento da seriação, contenções e apagamentos. Ressaltamos ainda a forte presença dos locais onde os jovens residem, as quebradas, em suas narratividades, localizações e ligações.

Para Guerra (2017, p. 264), a territorialidade demarcaria vivacidade e escrituras de e para a resistência:

É no território, em casa, na rua, nos bailes funk que a vida corre, jorra e transborda pulsionalmente. O jovem escreve diferentes linhas de fuga e ensaia percorrê-las. Algumas se mantêm como potência, outras como realização. Sua linha de vida, nessa perspectiva, se abre para um certo número de diferentes possibilidades. Dificilmente, porém, vemos sua vida ser tomada ou mesmo articulada no interior das políticas públicas a partir do que o adolescente escreve fora da instituição. Essas linhas de fuga, contidas na trajetória de vida do jovem, poderiam ser um índice para o sistema operar com o mesmo.

Notamos que a unidade socioeducativa era significada como um lugar a ser ocupado pelos jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Porém, qualquer tentativa de se inscrever e mostrar protagonismo na privação de liberdade era tomada como mau comportamento. Nessa conjuntura, as paredes e os corpos serviam como contraponto às informações institucionalizadas (Abramovay et al, 2010; Felisette, 2006) demarcadoras de subjugação e desprezo. Dessa maneira, as narratividades dos territórios usavam planícies e linguagens alternativas para sinalizar pertenças, vidas e ancoragens na privação de liberdades.

Assim, os códigos territoriais que se constroem a margem do institucionalizado, “marca a autoria, o grupo a que pertence, possibilita, mesmo de forma bastante específica, a inscrição desses jovens neste mundo” (Abramovay et al, 2010, p. 111). Observamos na nossa caminhada como as quebradas eram usadas narrativamente como marcadores de pertencimento e alianças. O território antecedia o nome e virava identidade. Desse modo, em todas as produções e nas paredes da instituição socioeducativa, as siglas representativas das quebradas apareceram constantemente, como um meio de mostrar de onde se vem, mas também de trazer um pouco do fora para dentro da unidade socioeducativa.

Outro território que convocou o nosso olhar analítico foi os corpos dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Partindo da noção do corpo como território de simbologia, memórias, afetos e filiações. Assim, destacamos que as tatuagens dos jovens institucionalizados nos contaram bastante sobre o itinerário de vidas e perdas dos mesmos.

Portanto, a existência é primeiramente corporal (Freud, 1996; Le Breton, 2007). Dessa maneira, o corpo é nosso primeiro território e abrigo (Oxfam Brasil, 2020). A

carne torna o existir concreto, em que “o corpo funciona como uma fronteira viva para delimitar, em relação aos outros, a soberania da pessoa” (Le Breton, 2007, p. 30). A pele estabelece os limites e bordas entre o interno e externo, podendo ser compreendida como um envelope psíquico que faz proteção frente ao caos do mundo e torna-se maleavelmente a memória viva do sujeito (Amparo, Cardoso & Vilas Boas, 2016; Anzieu, 1988; Le Breton, 2010; Silva & Passos, 2016).

No cenário da privação de liberdades, apesar das deliberadas tentativas de enquadramentos e modificações, os corpos são instrumentos protetivos, de atuação e diferenciação. Portanto, podemos pensar como o corpo produz sentidos e estratégias para expressão dos sentimentos e dos sofrimentos individuais e coletivos.

Partindo disso, este capítulo vislumbrou mostrar e compreender como os territórios se inscrevem e são inscritos no contexto de privação de liberdade juvenil. Entendendo as escrituras das paredes institucionais e corporais como narrativas de existências pouco ouvidas e olhadas, de vidas que precisam se registrar constante e concretamente. Um meio de reivindicar espaço e potências ainda que às margens e nas bordas.

Para isso, trabalharemos a partir de 03 (três) pontos reflexivos: as inscrições feitas no território do estabelecimento socioeducativo e como essas podem dizer de uma busca por refletir, testemunhar e se registrar no concreto; a constância das quebradas no narrar e existir dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa; e a pele como palco de expressividade e pertença, na qual as tatuagens narram permanentemente as histórias de vida, as identificações e os sofrimentos.

Construindo paredes de reflexão no território socioeducativo

Na medida socioeducativa de internação, apesar da proibição de canetas nos quarto-celas por motivos de segurança, muito se escreve e desenha, principalmente, nas paredes. Essas inscrições demarcam uma necessidade de existir, de tornar aquele ambiente mais familiar, uma tentativa de se registrar no concreto e de testemunhar a sobrevivência ao espaço privativo de liberdade.

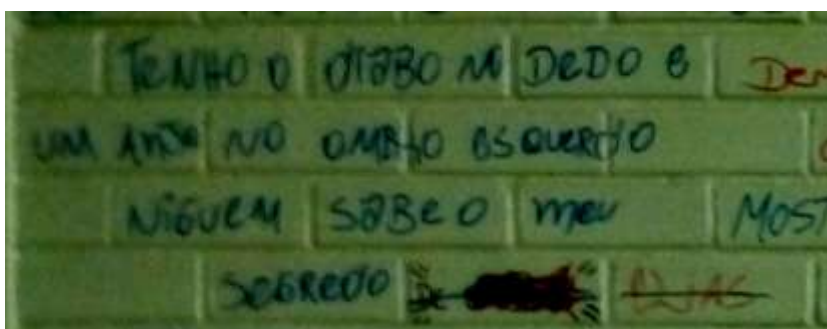


Figura 5- Inscrição na parede da escola: “Tenho o diabo no dedo e um anjo no ombro esquerdo. Ninguém sabe o meu segredo”. Este é um trecho da música “Emanuel”, do grupo brasileiro Guind’art 121.

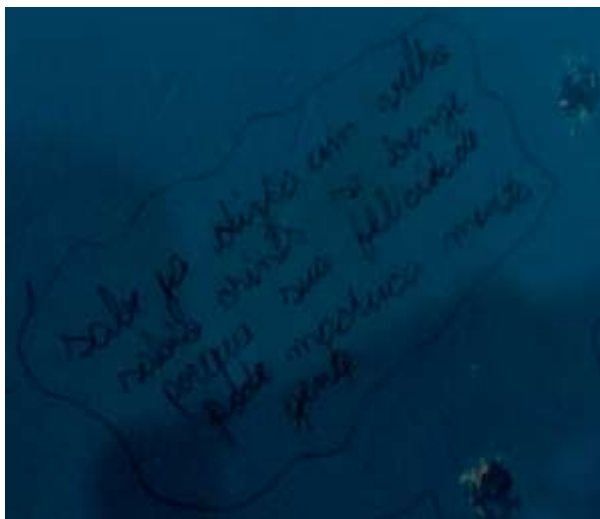


Figura 6- Inscrição na parede do quarto-cela: “Sabe já dizia um velho sábio chinês, se benze porque sua felicidade pode machucar muita gente”.



Figura 7: Frase: “Só quem é de lá sabe o q acontece”

Geralmente, os jovens não compartilhavam quem fazia determinada poesia, escrita ou desenho nas paredes com receio das retaliações institucionais. Inclusive, eles utilizavam pseudônimos para mascarar a autoria desses escritos. Percebemos que o narrar dentro do contexto privativo de liberdade é velado por códigos, estratégias e marcações próprias. Desse modo, a partilha é seletiva, isso significa que, o narratário apenas entenderá aquilo que o narrador se propõe a revelar. Haja vista que as narrativas dos jovens institucionalizados possuíam inúmeros elementos, detalhes e informações que somente podiam ser lidos por quem estava inserido nos seus círculos de afeto.

Foi preciso o estabelecimento de um elo afetivo, de confiança e horizontalidade para que os jovens mostrassem a estas pesquisadoras os seus escritos nas paredes e os seus significados, bem como permitissem que suas potencialidades criativas fossem usadas para reflexão e reparação psíquica. Em consonância, Gusmão e Amparo (2019) sinalizam como o enlaçamento intrapsíquico e intersubjetivo, resultante de modos de ligação, é basilar para a metabolização da violência por parte desses jovens.

Assim, ao trazeremos as narrativas que estavam temporariamente nas paredes da instituição para esta dissertação, apontamos que os jovens buscavam meios para dizer e

concretizarem as suas reflexões, apropriações e comunicações. As paredes da unidade socioeducativa traziam de tudo: frases clichês, recados para colegas de outros módulos, pseudônimos, marcas de conflitos territoriais... Apresentando diversos marcadores sobre os conflitos intrainstitucionais, os sofrimentos e os pensamentos, porém, eram pouco olhadas ou apenas vistas para descobrir o autor de alguma mensagem tomada como apologia. Grifamos que as paredes da unidade socioeducativa “falam” muito, como podemos ver na imagem abaixo, contudo, falta um agente mediador para trabalhar os conteúdos que só encontram espaço no concreto.

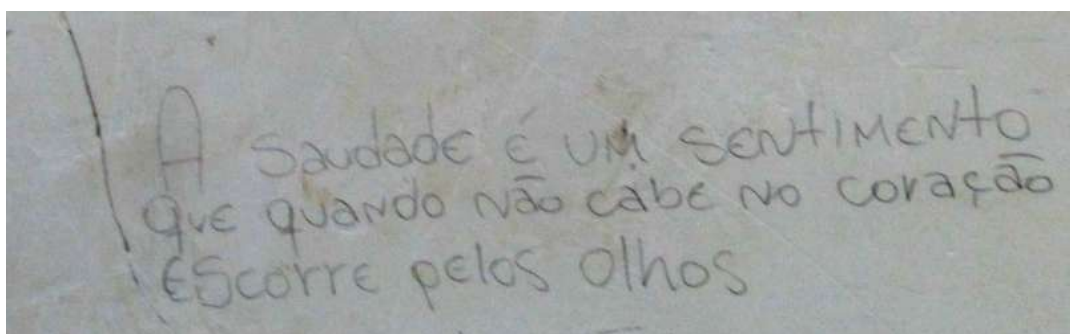


Figura 8: Inscrição na parede do quarto-cela: “A saudade é um sentimento que quando não cabe no coração escorre pelos olhos”

É como se na falta de uma pessoa ou plataforma de expressividade, as paredes pudessem testemunhar concretamente a presença, a individualidade e a transgressividade dos jovens privados de liberdade, como podemos sentir no registro mostrado a seguir. Considerando que dentro da instituição, escrever nas paredes, independentemente da escritura, era tida como uma infração grave. Apesar do risco de ser pego e penalizado pelas narrativas nas paredes, esta modalidade narrativa clamava por olhares que pudessem ler o que estava escrito.

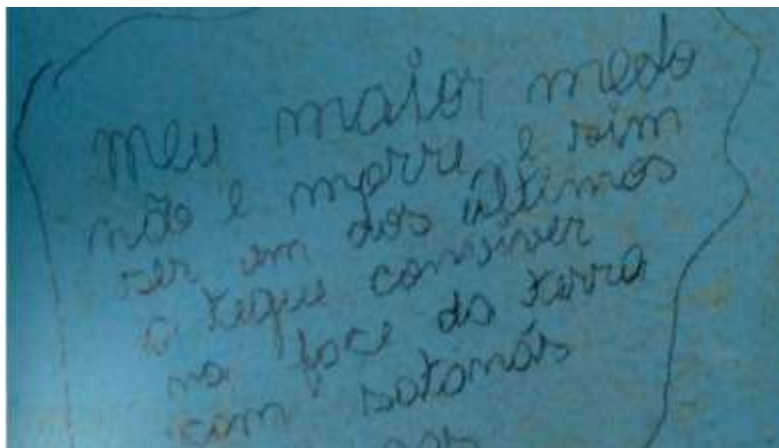


Figura 9: Inscrição na parede do quarto-cela: “Meu maior medo não é morrer e sim ser um dos últimos a teque conviver na face da terra com satanás”

A parede era uma das poucas tábulas na qual o jovem em cumprimento de medida socioeducativa de internação podia expressar e inscrever o seu caos interno, os seus pensamentos e sentimentos anonimamente e sem filtros. Uma estratégia para extravasar e marcar espaços. Para Abramovay et al (2010), as manifestações escritas nos territórios expressam o cotidiano dos jovens, “como textos a serem lidos, interpretados e debatidos” (p. 110) no espaço socioeducativo, pois, apontam a resistência à marginalização e a denúncia da ordem vigente.

O deciframento das paredes por partes dos jovens institucionalizados é um exercício corriqueiro na socioeducação e usado para se localizar dentro do estabelecimento socioeducativo, saber quem passou por ali e balizar quais conexões entre territórios foram estabelecidas. Como parte da nossa aproximação, os jovens ensinaram-nos os significados, como decifrar cada grafia e a importância de olhar para os registros que se localizam nas cascas da instituição. Mais inscrições nas paredes do estabelecimento socioeducativo podem ser vistas no Anexo I.

“Sou minha quebrada”: a constância dos territórios no narrar

A menção aos territórios, ou melhor, às quebradas é uma constante no trabalho junto a jovens privados de liberdade. Compreendendo que a quebrada não é um território delimitado geograficamente, mas por afetos, pertencimentos e referências. A localização territorial transpõe os muros e grades da unidade socioeducativa, organizando espaços, distribuição de jovens pelos módulos de acautelamento e vinculações.

Na chegada de um jovem, de educadoras/es ou de pesquisadoras à instituição socioeducativa, o questionamento dos jovens institucionalizados acerca de onde se reside antecede o nome, como se a quebrada fosse um marcador de trajetórias, identificações e o que pode ser dito ou não. Para Moscou (2018), os laços entre jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação são criados por territórios, mesmo que eles nunca tenham se encontrado na quebrada.

Por exemplo, o fato de uma destas pesquisadoras ser de periferia e convergir em várias referências regionais foi balizador para a construção de elos e partilha dos códigos. Como se o fato de ser moradora de periferia, a inscrevesse em um lugar de proximidade e coletividade, que dentro dos códigos de ética desses jovens, convoca para a proteção e alianças.

Ainda quando falamos de territórios no contexto de privação de liberdade juvenil, percebemos como alguns jovens tem o nome da sua quebrada transformado em vulgo (alcunha), tratando-se de uma estratégia para velar os diálogos entre os jovens e demarcar pertenças.

Em um nítido processo de que a quebrada deve ser representada e respeitada, os jovens passam a marcar todas as suas produções e as paredes da instituição com siglas ou códigos que remontem a suas quebradas, como pode ser visto nas construções a seguir e no Anexo II. A quebrada aparece nas falas, nos corpos, nos desenhos e nas músicas, falar dos territórios é se localizar enquanto pessoa no mundo e fora das grades.



Figura 10: Inscrição em cartaz-
“Planaltina, aí quebrada é nois na fita!!!”



Figura 11: Frase “Regrado pela rua não aceita desaforo” cercada por siglas de várias quebradas.

Não podemos esquecer a carga simbólica que pesa sobre as periferias, na qual o estigma territorial pode distorcer e distender as relações cotidianas (Abramovay et al, 2010). Contudo, no sistema socioeducativo, o jovem coloca-se como embaixador e representante da sua quebrada, precisando marcar isso concretamente o máximo possível. Talvez por isso, as marcas ligadas aos territórios são tão recorrentes na privação de liberdade.



Figura 12: Registro feito pela pesquisadora- Ocupação das quebradas na sala de Artes da instituição

Ressaltamos que durante um período, o professor de Artes da unidade de internação construiu um projeto para que os jovens pudessem ocupar a sala de Artes com as “prezas” de suas quebradas¹⁰. A perspectiva era trabalhar o respeito pelos vários territórios, entendendo o grafite como arte e cultura. De modo simbólico, notamos o quanto os jovens sentiam-se pertencentes aquele lócus desenhado no interior de uma instituição total.

¹⁰ Link de vídeo com imagens da ocupação artística da sala de Artes:
https://drive.google.com/file/d/1iv659JuYRvBt-p_n-Wf7atR50WnwWCG/view?usp=sharing

Nessa sala, na qual para quem via de fora parecia caótica, os jovens institucionalizados traziam histórias de vida, figuras de referências de suas quebradas e assinalavam elos, perdas e (de)marcações. Assim, as paredes que poderiam ser barreiras, cerceamento e fechamento foram transformadas em pontes reflexivas e de entendimentos sobre a expressão que emerge a margem. Todavia, esse processo institucional durou poucos meses, a sala foi pintada de branco e novas marcas foram proibidas. Porém, os jovens continuaram encontrando modos próprios de dizer e existir...

A presença das quebradas nas narratividades dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação é tão forte que marca as peles por meio das tatuagens (no próximo ponto falaremos mais sobre as tatuagens como narrativas). Para Freitas (2013), a tatuagem pode ser vista como um código para a inserção grupal em contextos em que a coletividade garante a fantasia de suprimento e pertencimento para a existência do sujeito.

Para exemplificar, diversos jovens de um território do Distrito Federal tinham uma gueixa desenhada em uma parte do corpo; outros traziam as iniciais da quadra onde moravam no pulso ou mão, porém de modo velado. Salientamos a marca da territorialidade nas vivências dos jovens, considerando que eles se organizam e (des)vinculam-se a partir do local onde pertencem.

Percebemos que a pele configura-se como espaço privilegiado para marcar graficamente a subjetividade (Macedo, Gobbi & Waschburger, 2009), a territorialidade e o querer ser. Para esses jovens, eles são a própria quebrada, quase em uma busca por se eternizar, pois, ele pode até não durar para sempre, mas a quebrada perdurará.

Narrativas na pele: a carne como plataforma de expressividade¹¹

Os corpos dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa trazem sinalizadores de uma memória coletiva e individual, as marcas não estão só nas tatuagens, mas em cicatrizes, cortes, jeito de andar e postura corporal. Mais do que uma carne que fala, no caso dos jovens envolvidos com infracionalidade, é um corpo que grita e tenta narrar a si e aos seus, em um nítido processo de (des)afiliações, rompimentos e pertencimento.

As tatuagens possibilitam que a história seja escrita, inscrita (Rodriguez & Carreiro, 2015) e narrada. Os jovens vinculados à infracionalidade são pouco ouvidos, pois, os medos e estigmas sociais colocam barreiras quase intransponíveis, então, as palavras na carne deixam nítidas e concretas para si e outrem a humanidade, as fragilidades, as figuras de referência e crenças. Desse modo, o corpo tatuado é um campo de manifestação, de expressão de vicissitudes e do mundo interno (Alvarez, Castro & Lasky, 2016; Lise, Gauer & Neto, 2013).

Nesse sentido, o corpo dos jovens institucionalizados pode ser compreendido como um mapa cultural, capaz de comunicar por meio das cicatrizes e tatuagens as suas histórias de vida, que estão entranhadas em suas peles e psiquismo (Freitas, 2013). Ou seja, na impossibilidade de ser ouvido, o jovem encontra outros modos de expressar e afirmar sua existência (Macedo, Paravidini & Próchno, 2014). As tatuagens são pistas que expõem o território subjetivo na carne (Garcia, 2006), marcando referências e resistências.

¹¹ A partir desta discussão acerca das tatuagens como narratividades de jovens privados de liberdade, construímos um artigo científico, que se encontra em fase de avaliação na revista Estudos em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Nas unidades voltadas para o cumprimento de medida socioeducativa de internação, depreendemos que a tatuagem é uma das poucas coisas que não pode ser despida no processo de institucionalização. O jovem pode virar um número, ter suas roupas e cortes de cabelo padronizados, ter sua voz e protagonismo cerceados, mas a sua pele jamais será arrancada. Apesar dos constantes enquadramentos, as narrativas na carne mostram um mínimo de domínio sobre si.

Dessa maneira, nas instituições totais, as tatuagens não são para enfeitar, mas tentam comunicar e instalar distâncias (Lisa, Gauer & Neto, 2013), assim, transpor os estigmas apresentados na pele é parte imprescindível para a construção do vínculo e de uma escuta sensível junto a esse público. Ou seja, é possível construir um trabalho socioclínico dentro de instituições privativas de liberdade a partir das palavras ditas no corpo.

Desde a inserção no campo, as tatuagens dos jovens convocaram a nossa atenção, sendo o único contraponto à serialização e massificação vivida no estabelecimento privativo de liberdade. Os desenhos e palavras apresentados nas peles traziam cor e demarcavam limites para a contenção imposta, era como se eles precisassem carregar constantemente um cartaz corporal sinalizador, para si e os outros, de uma história, das perdas, dos sonhos e de ser filho de alguém.

Na construção de vínculos com os jovens institucionalizados, observamos que as tatuagens serviam como gatilho para iniciarmos diálogos com aqueles mais introvertidos ou desconfiados. Falando sobre a tatuagem, eles diziam de si sem perceber e abandonavam a sensação de que estávamos investigando suas vidas. Para outros, as inscrições eram como prova de episódios ou valores, ao contar algum evento, mostravam o desenho como balizador.

Dessa maneira, ao considerar as tatuagens como narrativas, utilizamos dos elementos visíveis e possíveis para adentrar as intimidades, as angústias e os sofrimentos dos jovens. Partindo das premissas de que “a pele tatuada é o livro de nossa história” (Alvarez et al, 2016, p. 191) e as palavras na carne apresentam momentos-chaves da existência, em que o corpo torna-se um arquivo de si (Le Breton, 2004). Grifando que a atuação clínica na privação de liberdade requer criatividade e sensibilidade para escutar/ver as palavras silenciadas, mas encarnadas.

Para análise do simbolismo das tatuagens, organizamos as inscrições mais recorrentes, basicamente, em cinco eixos narrativos a partir do que indica o trabalho de Le Breton (2004): as tatuagens de *homenagens*- referentes às mães; as *memorativas*- direcionadas aos parentes e amigos mortos; as de *autorreferenciamento*- na busca por uma diferenciação, como são as do nome próprio e da Santa Morte; as *protetoras*- ligadas à religiosidade e à proteção transcendental; e as de *pertencimento*- que vislumbravam narrar às inserções em determinados espaços e grupos, com as inscrições ligadas à quebrada e ao palhaço.

“Amor só de mãe”: a família e suas idealizações na pele

A maioria das inscrições corporais dos jovens acompanhados por esta pesquisa trazia nomes de familiares, principalmente, da mãe e/ou a frase que intitula este tópico. Geralmente, essas tinham sido as primeiras tatuagens realizadas pelos jovens, ainda no início da adolescência. Eles sinalizaram que traziam o nome da mãe consigo como homenagem à única pessoa que continuava ao seu lado, mesmo no contexto de infrações e encarceramento. A frase “*amor só de mãe*” esteve presente diariamente nos corpos, produções e falas desses jovens, tornando-se justificativa para agressões a mulheres e o

abandono das companheiras. Para esses jovens, a amorosidade e a confiança são premissas exclusivas de suas mães.

No que concerne à relação dos jovens que passaram ao ato infracional e suas mães, Penso et al (2013) apontam que as suas vivências estão restritamente ligadas a essa figura, considerando o vazio da presença paterna. Essas autoras constataram serem esses filhos idealizados por suas genitoras e colocados no lugar de “homem da casa”.

Por outro lado, tinha uma parcela dos jovens institucionalizados que mesmo com o nome da mãe e/ou a supramencionada frase tatuadas possuía uma relação conflituosa ou sequer teve contato com a genitora. Há uma necessidade de demarcar ser filho de alguém. Na institucionalização, parece ser inadmissível ter conflitos com a figura materna ou não ter mãe. Nos diálogos, quando o jovem conseguia verbalizar a falta de afeto ou as brigas com a mãe, parecia que ele estava cometendo um sacrilégio, falar sobre isso era um tabu. Para eles, é melhor falar de uma relação de cuidados e afeto idealizados do que da sua experiência na realidade.

Sinalizamos como o dispositivo materno (Zanello, 2018) é algo supervalorizado e explorado na medida socioeducativa de internação. Da mãe ou de outras mulheres demandam-se a responsabilidade pelo acompanhamento, a presença nas visitas e fornecimento de alimentos e itens de higiene. Várias mães relataram a estas pesquisadoras o cansaço e o desgaste com a vida infracional dos filhos, mas as cobranças social e institucional não autorizam o seu distanciamento dos filhos.

Esse amor materno idealizado é tido como uma obrigação dessas mulheres e deve transpor qualquer barreira, assim, mesmo quando ele inexistente, os jovens o forjava e fantasiava. Assim, destacamos a necessidade de construção de pesquisas e intervenções críticas e feministas sobre as mães e mulheres que acompanham os jovens em

cumprimento de medida socioeducativa. As grandes filas de mulheres nas instituições de encarceramento não é só prova de amor, é obrigatoriedade social, anseio e renúncia.

“Conversando com os mortos”¹²: eles continuam vivos na minha carne

As tatuagens que registram a memória de amigos e parentes mortos são frequentes em jovens em cumprimento de medida socioeducativa, seja por meio de nomes, apelidos ou desenhos. Essa seria uma maneira de referendar quem morre criando uma marca no corpo (Pinho & Rosa, 2014). Relatamos aqui uma história que parece ficcional. Um dos jovens acompanhados nesta pesquisa tatuou a imagem de um famoso personagem de terror para homenagear um amigo que havia morrido, contudo, meses depois, descobriu que a morte tratou-se de uma farsa para desvencilhar-se de dívidas e conflitos territoriais, porém, nada podia ser feito e a tatuagem memorativa permaneceu como marcador da parceria e lealdade que nem a morte seria capaz de cessar.

Conforme Alvarez et al (2016), ao tatuar algo que simbolize a morte do amigo, essa cena fica cristalizada, uma experiência passada torna-se permanente e impossibilitada de ser metabolizada. A tatuagem memorial pode ainda ser entendida como uma tentativa de fazer durar ou preservar o morto como humano (Pinho & Rosa, 2014; Vannucchi et al, 2016). Nesse sentido, a depender dos significados, determinados desenhos podem demarcar um rito contemporâneo de passagem por um tempo de luto (Costa, 2015; Pinho & Rosa, 2014).

No caso dos jovens institucionalizados, as pessoas que morrem passam a ser eternizadas na pele, como um modo de continuar vivo num corpo que se transforma em baú de recordações. Assim, a memória é vivida no corpo (Rodriguez & Carreteiro,

¹² Referência à música do grupo de RAP Facção Central. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ADkJMIY77Xg>

2015), sendo possível trazer um pedaço ou a lembrança de quem se vai. Essas inscrições autenticam as perdas de figuras de referência e afetividade, as cicatrizes internas ficam na carne.

Assinalamos aqui um jovem que trazia na pele um desenho com várias cruzes. Institucionalmente, havia o relato de que era o registro das pessoas que ele havia assassinado, o que era negado pelo jovem. Nas conversas com as pesquisadoras, ele não escondia os atos infracionais, mas trazia muito mais as perdas de parentes em conflito territorial de décadas e como buscava consolidar um perfil destemido para ser linha de frente de uma “guerra” que nasceu antes dele. Apresentamos essa história para sinalizar como as tatuagens faziam a composição da fama de perigoso e impossibilitavam que as pessoas se aproximassem, essas marcas acabavam protegendo-o e balizando o lugar de temerário.

“A Santa Morte”: a morte como companheira

Outro desenho comum é a caveira mexicana, diferentemente da categoria acima, não são memoriais e referentes a entes queridos falecidos, mas podem ser analisadas como autorreferenciais. De maneira geral, quando questionados, os jovens sinalizaram que este tipo de inscrição não possuía um significado específico.

Entretanto, observamos que a morte era uma constante nas tatuagens e produções narrativas dos jovens institucionalizados, sendo representada pelas caveiras estilizadas ou a “santa morte”, este último trata-se de desenho que mistura elementos de uma divindade atrelada à caveira e são sempre figuras femininas. Gusmão (2019, p. 86) apresenta como a morbidez está presente nas narrativas de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, “estes vivem em si, em seus corpos, o imaginário de estão onde estão por serem pessoas ruins e merecedores da morte”.

Entretanto, chama atenção à vivacidade destas tatuagens, mesmo tratando-se de ossos, as expressões e cores apresentam sedução, plenitude e vivacidade. Na qual, as aludidas inscrições funcionam quase como uma aproximação paulatina do destino próximo e sem saídas, a morte, como se cultuassem um tipo de autoluto. Nas vicissitudes desses jovens, a morte é parceira cotidiana, na qual, a ameaça do fim é constante. Tal construção pode ser interpretada como uma tentativa de tornar a morte mais amigável e de ressignificar a condição que virá. Além de destino, para Gusmão (2019), a morte seria componente da própria identidade de jovens envolvidos com infracionalidade, como se eles fossem a morte personificada.

Em outra perspectiva, Grigorieff (2016) pontua que a caveira tatuada representaria a finitude e também a continuidade por meio do culto aos mortos. Desenhos que trazem o mortífero para a pele podem demarcar a repetição de atos destrutivos comum nas trajetórias infracionais dos jovens. Independente do mistério de se trazer a morte na pele, enfatizamos que pulsão de morte e o extermínio atravessam o existir dos jovens inseridos em contextos de violência. Assim, a superfície tegumentar pode funcionar como proteção contra as incertezas do mundo (Le Breton, 2004) ou nesse caso, a única certeza que eles acreditam ter, a morte.

O nome próprio: a busca por um eu

Alguns jovens tatuam o próprio nome. Quando questionados sobre a escolha desta modalidade de tatuagem, alguns diziam que facilitaria no momento de se apresentarem para alguém, pois, era só mostrar a inscrição. Outros apontaram que não sabiam. Seria uma necessidade de se singularizar? Refletindo sobre o endereçamento

para o outro, talvez servisse como um demonstrador de que não se encontra sozinho, mas de que pode contar com alguém.

Convém ainda sinalizar as tatuagens de autorreferenciamento como tentativa de demarcar uma identidade para além da forjada no contexto infracional, em que são chamados pelas alcunhas. Quase como um ensaio que traz para a carne o eu que vai se diluindo no percurso infracional.

Corroborando isso, Vannucchi et al (2016) apresenta o tatuar-se como uma forma privilegiada de forjar uma identidade diferenciada. Nesse cenário, apreendemos que a pele acaba tornando-se palco da dinâmica intrapsíquica desses jovens, em que, poderão ser projetadas uma ampla gama de estados afetivos, fantasias e conflitos inconscientes. Na carência de recursos psíquicos para conter a excitação psíquica, a pele constitui-se em um espaço delimitado, no qual se podem depositar afetos (Macedo, Gobbi & Waschburger, 2009, p.100).

Outra compreensão para tatuar o nome próprio diz respeito às desvinculações vivenciadas por esses jovens. Podendo dizer de um movimento desses jovens de se mostrarem enquanto sujeitos, com uma história que o antecede e que possuem, ao menos, a posse de si mesmo. Na qual, convém como um recurso para apresentar a relação que o sujeito estabelece com um traço dele mesmo (Silva, Carvalho & Chatelard, 2017).

“Livrai-me de todo mal”: a carne que clama proteção divina

A busca por proteção e uma blindagem divina urge na pele. Há uma mescla de figuras angelicais, terços, trechos de orações (*“Livrai-me de todo mal”*), salmos ou nomes que remontem às divindades cristãs (*Deus, Jesus Cristo*). Geralmente,

localizadas em partes visíveis como mãos e rosto, ou estratégicas para o “*fechamento*” do corpo, como é o caso do tórax. Além disso, as tatuagens religiosas são feitas para evidenciar momentos de agradecimento à sobrevivência da violência urbana.

Demarcando a necessidade de construir bordas ligadas a algo transcendental em detrimento das fragilidades humanas e falhas vivenciadas. Conforme Le Breton (2004), as tatuagens protetoras funcionariam como uma barreira, um escudo contra os infortúnios, bem como demarcaria que o sujeito não se encontra sozinho no mundo, mas ligado a figuras universais.

As marcas religiosas ligadas ao cristianismo dialogam também com um momento de vida anterior desses jovens, em que a maioria relata a estreita relação com instituições religiosas e o fato de serem provenientes de famílias cristãs. Inclusive, apontamos a escassez de estudos acerca da religiosidade de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação. No percurso desta pesquisa, podemos perceber como o discurso religioso está presente nas falas e compreensões de mundo desses jovens, além disso, os dogmas religiosos são tomados como justificativa para valores rígidos, preconceituosos e de permanência na ilicitude, numa lógica de destino e providência divina.

As inscrições corporais apresentadas neste eixo apontam ainda como esses jovens anseiam por um perdão divino pelos atos cometidos, o que seria capaz de reparar todo o sofrimento vivido e atuado durante a vida. Assim como as demais marcações, não se trata apenas de um desenho, mas de uma localização enquanto sujeito no mundo, sendo atravessada por dogmas e construções subjetivas ligadas a religiosidade.

“Chora agora, ri depois”: a máscara e o palhaço



Figura 13: O palhaço, desenho feito por um jovem institucionalizado. Narrativa visual que aparece recorrentemente nas produções e tatuagens de jovens envolvidos com infracionalidade.

Pensando no papel do outro nos processos identitários, pertencimentos e no endereçamento, sinalizamos a constância de tatuagens de palhaços, que é significado socialmente como pessoas que matam policiais. Sendo analisada pelos pares como sinal de audácia e rebeldia, porém, vista pelos profissionais da segurança pública como uma ameaça e passível de penalidade. Um jovem, por exemplo, sinalizou que ter este tipo de tatuagem era aval para ser agredido em contextos prisionais ou assassinado por policiais, o que o levou a fazer outro desenho para cobrir.

Em contrapartida, outro jovem, como numa confissão, relatou que nunca havia matado, mas tinha feito o desenho para demonstrar coragem e força em detrimento dos atos infracionais cometidos. Na busca por ser visto como alguém perigoso, que mata e mostra, divergindo da sua visível fragilidade física e social. Com o palhaço na carne, ele acreditava que se tornaria mais respeitado pelos colegas. Refletindo a partir de Rodriguez e Carreiro (2015), a tatuagem convoca o caráter coletivo de identidade, em que o sujeito se sente amparado, em um lugar.

Cabral, Saturnino e Santamaria (2020) também identificaram a presença da figura do palhaço na pele de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto em São Paulo e apontaram que a inscrição corporal desses símbolos muda como eles são identificados em suas comunidades, pela polícia, escola e pares, num tipo de reforçamento de estigmas já vividos cotidianamente. Porque esses jovens precisam marcar o seu lugar na criminalidade? Trata-se de uma defesa vulnerabilizante, porque os expõem mais ainda as violações de direitos e violências policiais e institucionais.

Considerando que, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que demarca audácia também vulnerabiliza o sujeito frente ao outro (nesse caso, os policiais). Nesta modalidade de tatuagem, além do apelo à decifração e o despertar da curiosidade (Pinho & Rosa, 2014), o portador utiliza-se de um estigma para que as pessoas não se aproximem, e ele fique resguardado com todas as suas lacunas, afinal de contas, dificilmente alguém perguntará se aquele desenho corresponde a um assassinato. Levando em conta que algumas marcas corporais são imediatamente destinadas ao julgamento alheio, principalmente, quando estão em partes visíveis (Le Breton, 2004).

Para tentarmos entender a simbologia do palhaço na carne e nas diversas narrativas, cabe ainda o apontamento do trabalho de Costa (2015), em que as marcações corporais podem trazer um movimento de mostrar e esconder, considerando que mesmo a pele sendo uma superfície que se apresenta também se almeja criar um ponto cego. O que esses jovens escondem ao mostrar o palhaço? Desse modo, essas marcas capturam o olhar nem que seja pelo horror e estranhamento.

As máscaras de tristeza e alegria da tragédia grega, geralmente acompanhadas da frase “*chora agora, ri depois*”, também estão presentes e entram no escopo dos desenhos de palhaço, entendidas pelos jovens como símbolo de mistério e não

desvelamento dos conteúdos internos. Assim, podemos questionar o que esses jovens estão querendo endereçar ao outro? Qual enigma quer se mostrar?

No trabalho de Vilhena, Rosa e Novaes (2015) apreende-se que as marcas no corpo são uma maneira de consolidar a presença dos jovens no mundo, vislumbrando sair da invisibilidade social e do apagamento psíquico em detrimento da pasteurização encarnada nas instituições encarceradoras. Tratando-se de uma estratégia para demonstrar que o corpo é o único território que a pessoa institucionalizada tem posse, assim, ele apresenta-se insubmisso, mesmo que esteja reduzido ao silêncio da cela e ao constrangimento das revistas, “a pele continua a testemunhar a sua liberdade” (Le Breton, 2004, p. 62).

De certa maneira, a relação de confiança, horizontalidade e presença das pesquisadoras foi primordial para compreender os significados próprios e a utilização das narrativas na carne, nas paredes e das quebradas como recursos de acesso à historicidade, as perdas, as angústias, as localizações e os pertencimentos dos jovens que passam ao ato infracional.

Reiteramos que várias estratégias narrativas já se encontravam no estabelecimento socioeducativo e na pele dos jovens institucionalizados, ou seja, não foi proposta nossa. Desse modo, cabendo ao socioclínico disponibilidade para mediar e desvinculação dos estigmas sociais para compreender a simbologia e a necessidade de usar as bordas (paredes e pele) como espaços de expressão e (re)existências. Por fim, ponderamos que os conteúdos apresentados no narrar espontâneo das paredes e tatuagens também apareceram nas modalidades narrativas (desenho, fotografia, poesia, literatura, audiovisual) construídas nesta pesquisa. Sendo assim, não importa onde, mas o que é e como esses jovens narram.

CAPÍTULO 4- AS NARRATIVAS VISUAIS: O DESENHO E A FOTOGRAFIA NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

As narrativas visuais, com destaque para o desenho e a fotografia, nos amparam na visualização de nossas vidas à luz de novas perspectivas e de maneira crítica, em que o caráter processual desta modalidade de narrar torna-se um mecanismo para compreender as relações humanas, explorar modos alternativos de existência, refletir criticamente sobre si e as circunstâncias atuais de suas vidas (Córdoba, 2007). O desenhar e o fotografar são formas de comunicar, designando apropriação e conhecimento de mundo, nas quais o racional e o sensível operam conjuntamente no processo de criação narrativa (Goldberg, 2019).

O desenho mostra-se como uma linguagem plural e que explora a expressão própria do narrador. No trabalho com adolescentes privados de liberdade na Fundação Casa, Gisé (2018) aponta que a construção dos desenhos ensinou sobre paciência, foco, continuidades e prática. O mesmo autor aponta a importância da ligação interpessoal para trabalhar a narrativa desenhada com jovens privados de liberdade: “acredito que o relacionamento com um(a) educador(a) que escuta o(a) jovem, leva em conta o que dizem, respeita e valoriza sua expressão, também tem um impacto em como o(a) jovem vê a si mesmo e se relaciona com o mundo” (p. 36).

Dessa maneira, independentemente da linguagem narrativa escolhida, a relação estabelecida com o agente de cuidados e mediador é basilar para que a narratividade possa acessar os afetos, a historicidade e assim promover reconexões e reparações. Na nossa jornada, a fotografia foi uma possibilidade narrativa, pedagógica, social e afetiva no trabalho socioclínico junto aos jovens privados de liberdades na medida socioeducativa de internação.

O ato de fotografar livremente, sem se prender a técnicas, até porque estas pesquisadoras não tinham conhecimentos aprofundados acerca da fotografia, funcionou como um dispositivo de cuidados e acesso a sensibilidade dos jovens institucionalizados. O registro imagético feito pelos jovens tinha intencionalidades e almejavam registrar afetos, sensações e episódios vividos no cárcere. Segundo Geraes (2018), o contato com a linguagem fotográfica na medida socioeducativa de internação possibilita um novo olhar para a realidade, os espaços e para a própria identidade.

Ponderamos ainda como a narrativa fotográfica foi importante para os registros e reflexões destas pesquisadoras. Por meio de fotos feitas no campo de pesquisa, conseguimos elaborar sentimentos, ataques, caminhos e estruturas. O ato de fotografar não se reduz ao registro, mas diz de olhares e sentir, o clique não é automático, mas atravessado por escolhas, tempos e observações.

Nesse sentido, o presente capítulo almejou apresentar como as narrativas visuais, mais especificamente, o desenho e fotografia são estratégias simples, democráticas e profundas para o trabalho no sistema socioeducativo. Para tal feito, costuramos como essas narrativas apareceram no nosso caminhar a algumas histórias de vidas ecoadas por meio dos desenhos e fotos.



Figura 14: O chegado que pesquisa (Registro fotográfico desta pesquisadora).

As narrativas desenhadas: pintando brechas e realidades



Figura 15: A pipa constante, a narrativa de um menino que só queria voar

Iniciamos este tópico com um desenho que apareceu muito nas produções espontâneas de adolescentes e jovens privados de liberdade. Esse desenho emergia simbolicamente em momentos de diálogos, no cantinho das folhas de papel ou quando eles só queriam passar o tempo. No caso do menino que só queria voar, ele fazia a cada encontro uma pipa bem colorida e ia entregando para as pessoas, a cada dia um/a era presenteado/a com esse convite para a liberdade.

O desenho é uma linguagem extensiva aos pensamentos, aos desejos, aos sonhos, aos planos e às atuações no mundo, sendo um elemento potencializador da formação humana, além disso, é uma ferramenta de elaboração e figuração de si (Derdyk, 2007; Goldberg, 2019).

Desenhar é um modo de narrar as vivências do cárcere e da vida. A ludicidade e complexidade dos desenhos apresentam uma diversidade de simbologias e expressividades, apresentando-se nas telas, paredes, tatuagens e na customização de

materiais escolares e camisetas dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Destacamos que o desenho configura-se, conforme Goldberg (2019), um espaço de reflexão sobre o mundo; de registros do fluxo de sentimentos e pensamentos; e de captura de imagens, objetos, sensações, desejos e impressões.

Enquanto narratividade, ao desenhar a pessoa cria uma linguagem composta de símbolos, com uma grafia própria que constrói significados intermediados pela simbolização, com enredos e personagens, assim, uma imagem contém toda uma construção narrativa condensada (Goldberg, 2019). Para Santos (2010, p. 19), o desenho seria uma narrativa gráfica atravessada por uma “ação inventiva de cambiar experiências, sendo por isso um modo particular de tecer fios na história, configurando-se como processo afetivo e cognitivo de comunicar-se na temporalidade”.

No nosso percurso, a parceria com os professores de Artes foi vital para descobrir as habilidades artísticas dos jovens institucionalizados, perceber a concentração e o engajamento deles na realização dos desenhos. Vários jovens sinalizaram como desenhar os fazia esquecer, mesmo que brevemente, a restrição de liberdade.

Outros jovens apontaram como o fato de estar internado os fez descobrir uma aptidão não percebida no contexto extramuros. Muitos deles haviam tido contato com as Artes apenas nas pichações de rua. Nesse sentido, notamos que o desenhar construía na privação de liberdade uma atmosfera de pausar, refletir e embarcar em uma introspecção para preencher a folha em branco ou outras superfícies com cores e formas.

Nessa conjuntura, as produções coletivas nas aulas de Artes somadas às nossas conversas possibilitaram ponderações profundas acerca da realidade social vivida pelos

jovens da periferia e o silenciamento vivido na privação de liberdade. Assim, pelos desenhos, eles contaram sobre sentimentos, as quebradas, os sonhos e as referências. Sinalizamos aqui a potência interventiva das aulas de Artes do estabelecimento socioeducativo em tela. A liberdade construída nesse espaço propiciou diálogos importantes para a ligação e processos de reconstrução subjetiva dos jovens.

Em incontáveis momentos, nos víamos sentadas ao lado de algum jovem enquanto ele desenhava. Íamos falando sobre a sua vida, as mazelas da privação de liberdade e os abandonos afetivos. Isso causava estranheza nos jovens, *“Ih, você está entrando na minha mente”* (trecho registrado no diário de campo). Por vezes, éramos chamadas por alguns jovens para darmos prosseguimento na nossa conversa (*“Eu nunca tinha pensado sobre aquilo” / “É bom demais conversar com alguém da rua, aqui a gente só fala de crime”* - falas de jovens registradas no diário de campo).

Portanto, as conversas não eram necessariamente sobre a produção feita, mas, muitos diálogos começaram com o chamamento para que olhássemos o desenho produzido, alguns buscavam sugestão sobre cores ou queriam aprovação para a produção. O desenho acabava sendo uma justificativa para convocar a presença do narratário para mais próximo e iniciarmos um bate-papo.

As produções narrativas a seguir resultaram de conversas grupais sobre as mazelas sociais que foram mascaradas ou retiradas da rua com a copa do mundo que aconteceu no Brasil em 2014, e a despersonalização e apagamento territorial que os jovens vivenciam na privação de liberdade. Além disso, outros desenhos podem ser encontrados no Anexo III.



Figura 16- Produção coletiva na aula de Artes I



Figura 17- Produção coletiva na aula de Artes II

O desenho como ponte de ressignificações individuais e desvelamentos

Além das discussões coletivas e ligadas ao contexto macrossocial, o desenho também foi uma ferramenta para as reflexões e ressignificações individuais. Kobra¹³ era um jovem institucionalizado que, segundo os profissionais da instituição, não se submetia às regras institucionais, sendo conhecido intramuros pelo comportamento disruptivo e o sarcasmo.

Apesar do pouco tempo na instituição e estar no cumprimento da primeira medida socioeducativa, ele já havia se articulado com os xerifes¹⁴ da instituição. Nos primeiros contatos, ele quase não falava de si, apenas superestimava seus atos infracionais e mostrava estranheza no nosso interesse em atuar com jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, constantemente, ele nos falava: “*Aqui só tem psicopata*” (registro do diário de campo das pesquisadoras). Com a nossa permanência, ele começou a relatar os seus relacionamentos amorosos e o receio de enlouquecer na restrição de liberdade.

Era notória a sua habilidade artística e ele qualificava como o desenhar era importante para ficar mais calmo e se desconectar dos problemas. Os desenhos desse jovem eram sempre cheios de detalhes, requerendo uma observação atenciosa para perceber todos os elementos, como podemos ver na figura a seguir.

Era preciso olhar várias vezes para captar todas as minúcias do desenho (veja alguns desenhos dele a seguir) e toda a crítica embutida, assim como as marcas da subjetividade do jovem em tela. Por intermédio do desenho, a pessoa “se conta” ao

¹³ Nome fictício inspirado no grafiteiro brasileiro, muralista, autodidata, nascido na periferia paulista, Kobra. Que é conhecido mundialmente pelos murais referentes a questões sociais e ambientais.

¹⁴ Jovens conhecidos pela liderança dentro da unidade socioeducativa e por mandar nas decisões dos espaços de convivência entre os jovens. Geralmente, são os jovens com mais tempo de medida socioeducativa de internação ou conhecidos extramuros por liderar conflitos territoriais.

representar, ao simbolizar a si e seu ambiente, narrando fatos, momentos e histórias, bem como revelando aspectos sociais, culturais, políticos, cognitivos e afetivos através da linguagem gráfica (Goldberg, 2019).



Figura 18: O palhaço e o fantoche por Kobra

A partir das aproximações mediadas por suas produções, Kobra contou-nos acerca das suas vivências em um estado do Sudeste e, que após o assassinato do seu padrasto por rivais da criminalidade, começou a furtar em supermercados quando tinha cerca de nove anos. Além disso, falou do sofrimento, pouco antes do cumprimento da medida socioeducativa de internação, gerado pelo assassinato do seu irmão mais velho.

Com o tempo, a partir das conversas e vínculo construído com as pesquisadoras, esse jovem foi trazendo diversos aspectos do seu itinerário de vida e conseguiu perceber como supervalorizava e até criava atos infracionais para mascarar a sua fragilidade e o medo de enlouquecer. Ele encenava um personagem destemido para sobreviver à restrição de liberdade e não ter que lidar com o sofrimento das diversas perdas e da complexa relação estabelecida com o genitor.

O desenho era o seu aliado para ficar mais calmo e também para externar como se sentia, era sua via de sobrevivência e elaboração. Na figura abaixo, percebemos como ele se sentia no cumprimento da medida socioeducativa de internação, apesar de não vermos os olhos do personagem desenhado, ele chora solitariamente.

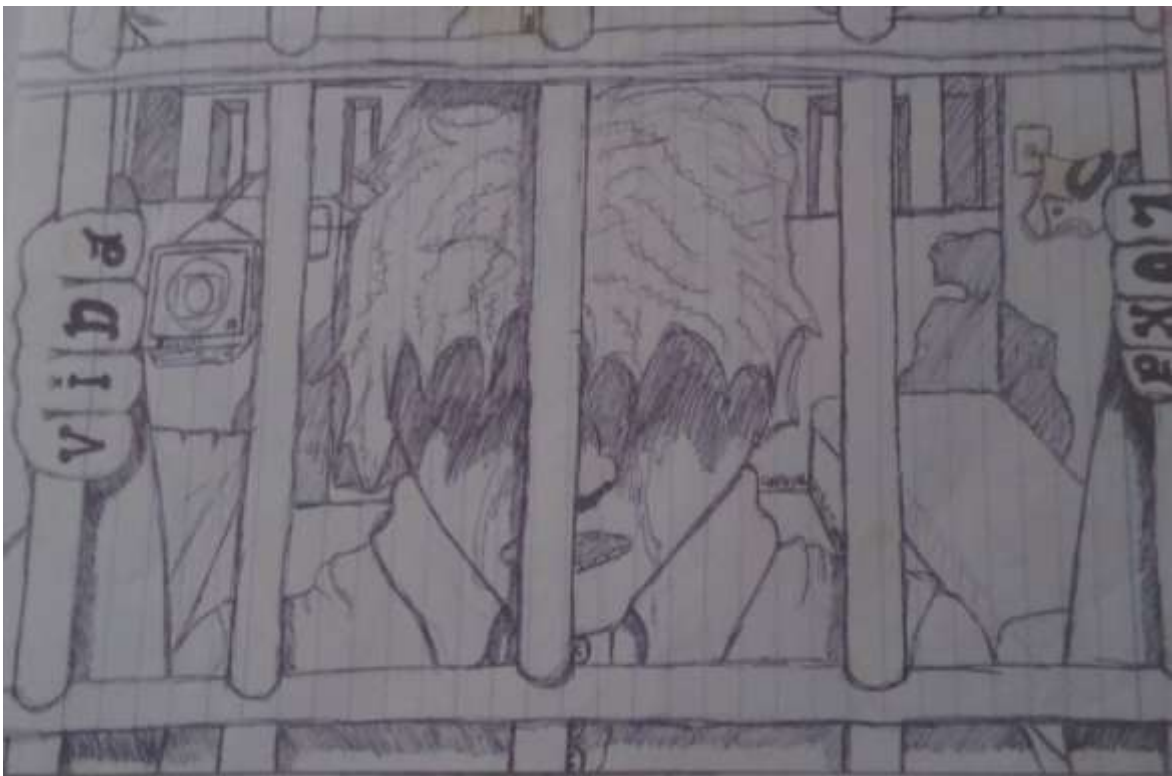


Figura 19- O cotidiano do sistema por Kobra

Acompanhamos esse jovem por 8 (oito) meses, quando ele foi para a última unidade de cumprimento da medida socioeducativa de internação¹⁵, e elencou uma das pesquisadoras e o professor de Artes como figuras de referência, o que permitiu a nossa entrada em outra instituição. Nesse período final da medida socioeducativa, ele estava mais aberto ao diálogo com os/as profissionais, tinha se reaproximado do pai, inclusive, passou a morar com o mesmo como uma estratégia protetiva.

Kobra participou dos nossos grupos psicossociais e da produção audiovisual, que são componentes desta pesquisa-intervenção, entretanto, na informalidade das aulas de Artes, com ele mostrando os seus desenhos, desenrolamos diálogos nos quais ele pode refletir acerca da sua postura, sofrimentos e potencialidades.

A proposta de trazer o desenho como estratégia no atendimento socioeducativo é demonstrar que os dispositivos, por vezes, não precisam ser propostos pelos/as profissionais, mas já estão na instituição, bastando um olhar atento e disponibilidade para estar com esses jovens. Vários processos elaborativos aconteceram a partir de um questionamento acerca de um desenho, uma tatuagem ou uma inscrição na parede.

Os sentidos para as narratividades constroem-se no encontro, não se trata de pegar um desenho e ficar tentando analisá-lo. As significações e as reinvenções emergem da conversa, do olho no olho, da presença. Isso significa que o fulcro é acessar o jovem e a narrativa é um elo suportivo e mediador.

¹⁵ O Distrito Federal tem uma unidade piloto e inédita no Brasil. Instituição voltada para adolescentes e jovens no término da medida socioeducativa de internação, na qual eles retornam paulatinamente ao convívio social. Nem todos os jovens passam por essa unidade, dependendo da avaliação judicial.

As narrativas fotográficas: além do que a visão pode alcançar

A fotografia é uma linguagem muito sensível e expressa sentidos e sentimentos que ainda não conseguem ser nomeados. Neste ponto relataremos a utilização da fotografia como uma ferramenta narrativa na atuação junto a jovens privados de liberdade na socioeducação. Demonstrando como a fotografia pode funcionar como um dispositivo de cuidado e acesso a sensibilidade desses jovens.

De acordo com Zanelato e Werba (2017), a fotografia seria uma maneira de possibilitar a expressão do inconsciente, haja vista que essa narrativa afeta quem a produz e quem a recebe, “trazendo questões que não são atingidas no campo apenas verbal, seja pela falta de palavras para expressão, ou pelo fato do sujeito desejar esconder e temer certos conteúdos” (p. 158).

Desse modo, o fotografar não se restringe ao ato de clicar ou copiar o real, interseccionando a percepção e os sentimentos de cada pessoa. Assim, o enquadramento fotográfico está intrinsecamente relacionado à subjetividade, nos fazendo reiterar a potência dessa narrativa para a finalidade de expressão e reflexão. Bem como, uma das formas de facilitar a comunicação (Zanelato & Werba, 2017).

Na nossa caminhada, não construímos uma oficina de fotografia, os registros imagéticos emergiram do contato dos jovens institucionalizados com as câmeras que iríamos usar na construção do documentário “O cotidiano do sistema” (que será abordado no capítulo VI). Assim, nas brincadeiras e experimentações para descobrir como funcionavam as câmeras que tínhamos conseguido com parceiros externos, surgiram fotografias sensíveis acerca dos espaços na privação de liberdade e do autorregistro. Portanto, aqui não estamos falando de metodologias, mas de encontros entre jovens e possibilidades narrativas.



Figura 20: Registro feito pelas pesquisadoras dos jovens experimentando a narrativa fotográfica

Desse modo, sem técnicas acerca de como fotografar, mas almejando mostrar o que viam e buscando ver a si mesmo, a narrativa fotográfica passou a ser uma possibilidade na nossa pesquisa. Ressaltamos que várias das imagens feitas pelas pesquisadoras e jovens depois se tornaram material mediador em rodas de conversas e grupos psicossociais dentro do estabelecimento socioeducativo.

O simples exercício de nomear algumas fotografias suscitava elaborações profundas e potentes acerca das peculiaridades do cárcere na juventude, da projeção de si nas imagens dos pássaros ou como uma possibilidade de olhar “de fora” as marcas e desbotamentos da instituição total. Assim, a linguagem fotográfica possibilita a inauguração de olhares sobre a realidade e, conseqüentemente, uma abertura para a

associatividade e a elaboração em espaços e tempos, na qual a simbolização é falha (Geraes, 2018; Joubert & Drieu, 2016).

Para os jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, a fotografia apresentou-se como uma possibilidade de registrar, criar memórias e possibilitar elaborações sobre o presente e a condição do encarceramento. Na nossa experiência, apreendemos como as fotos fizeram os jovens olhar para os espaços em que estavam acautelados e significaram a condição e os desafios da privação de liberdade. Mais narrativas fotográficas desta pesquisa podem ser vistas no Anexo IV.

Para exemplificar, a partir da imagem apresentada abaixo, o jovem após fotografar o céu com as redes de proteção no espaço do banho de sol da unidade socioeducativa, refletiu sobre como sentia falta da liberdade de poder ter contato com o sol sem interferências e como não valorizava os pequenos detalhes cotidianos da sua vida extramuros.



Figura 21- Foto feito jovem institucionalizado “*Nem ao céu tenho direito*”

Nessa conjuntura, a fotografia além de um método de expressão, pode ser empreendida como uma ferramenta que auxilia na decompressão de elementos e sentimentos reprimidos nos sujeitos, tendo o poder de criar pontes e simbolizar conflitos (Zanelato & Werba, 2017). Para as mesmas autoras, “desde a concepção mental de certa imagem (como e o que eu desejo fotografar) até a sua objetivação em uma representação concreta (a fotografia real), surgem diversos fatores, diversas dificuldades e escolhas” (p. 159).

Assim, a fotografia mostra-se como potente dispositivo narrativo de acesso e formação de subjetividades, que é impulsionada pelo desejo, experiências internas e externas (Zanelato & Werba, 2017). Ao considerarmos as vivências dos jovens privados de liberdade, as atividades ligadas à fotografia mostraram-se como uma possibilidade de literalmente se ver em completude, de se observar na inteireza e contornos, ocupando lugar de destaque no retrato, o que podemos ver na foto a seguir.



Figura 22: A sombra do menino rei!

Nos primeiros contatos com a câmera na privação de liberdade, os jovens tendem a fazer muitas fotos próprias, desejam ver como estão, qual os melhores enquadres, luzes e se registrar para além das marcas do cárcere e do lugar despersonalizado do interno. Percebemos que a fotografia foi um importante recurso terapêutico no encontro consigo, para um eu que passou tempos sem ser olhado, percebido em detalhes, cores e texturas. Ao se fotografar, o jovem passa a se enxergar como gente, com histórias e formas.

Em diálogo, Geraes (2018) aponta a partir da sua experiência na condução de oficinas de fotografia na Fundação Casa, que há uma ausência dos adolescentes em perceber-se durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação, havendo a privação da própria imagem. Nesse cenário, um trabalho socioclínico mediado pela fotografia traz a questão da identidade, das singularidades e de uma pessoa em constante transformação.

No encontro com a narrativa fotográfica, as câmeras viraram um espelho, foram recorrentes os autorretratos, haviam jovens que não se viam de corpo inteiro há mais de dois anos. Os registros de si estavam desatualizados, viam com estranheza as próprias mudanças físicas: “*Estou bonito*”/ “*Eu cresci*”/ “*Minhas roupas da rua não vão mais me servir*” (falas de jovens registradas em diário de campo). Eles se viram em inteireza e fizeram frente à despersonalização dos estabelecimentos socioeducativos.

Por questão de sigilo e respeito, aqui não podemos colocar os autorregistros feitos pelos jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Porém, como espectadoras desse olhar para si, testemunhamos sorrisos, poses, construção de cenas e reencontros identitários. A seguir uma foto para demonstrar um pouco da potencialidade

da narrativa fotográfica em colorir e desenquadrar corpos privados de suas liberdades e subjetividades.

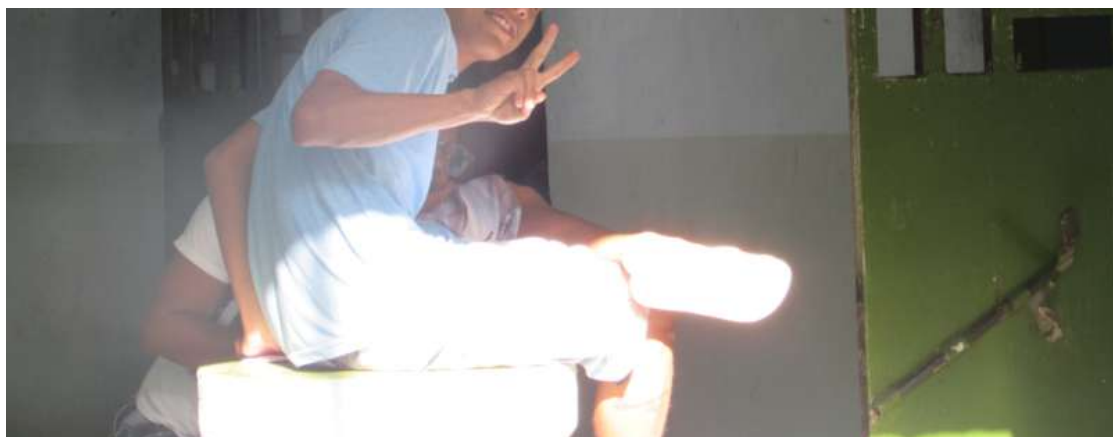


Figura 23: “*Foca em mim*”, registro de um jovem no dia da visita familiar.

Reiteramos que a criação de cenas e mensagens por intermédio da fotografia, os convocou a se olharem pelas próprias lentes e enxergarem as suas humanidades. O trabalho feito a partir da fotografia possui grande potencial junto a esse público, apesar de haverem poucos registros metodológicos acerca da utilização desta narratividade no sistema socioeducativo. Destacamos aqui a beleza dos projetos “A nossa visão”¹⁶, do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro; e do “Vozes da Cidadania”¹⁷ do Instituto de Estudos Socioeconômicos no Distrito Federal, que fazem uma mediação educativa a partir de oficinas de fotografia.

¹⁶ Acesse o resultado das oficinas de fotografia do projeto “A nossa visão” em: <https://www.instagram.com/degaseanossavisao/>

¹⁷ Para conhecer algumas produções do projeto “Vozes da Cidadania”, acesse: <https://www.inesc.org.br/campanhas/noistambemehumano/>

CAPÍTULO 5- “COMO ESCREVER COM AS MÃOS PARA TRÁS¹⁸?: NARRATIVAS LITERÁRIAS, AUTOBIOGRÁFICAS E POÉTICAS

Na medida socioeducativa de internação no Distrito Federal, canetas, lápis ou qualquer coisa que escreva são proibidas fora da escola. Nesse cenário, escrever na restrição de liberdade requer uma verdadeira operação, por vezes, os jovens furtam canetas da escola ou pedem emprestado por alguns minutos a algum/a trabalhador/a. Apesar das barreiras, escrever é uma constante na privação de liberdade, se apresentando de duas formas: a pública e a privada.

Na primeira, temos os textos que podem ser acessados por qualquer ator/atriz institucional, como as cartas para o Judiciário e as redações escolares. A última categoria abarca as produções escritas íntimas, poesias e escritos autobiográficos, que são partilhadas apenas entre os pares, estas são o cerne do nosso interesse, por revelar as fragilidades, os sonhos, as linhas de resistências e fugas dos jovens.

Para jovens privados de suas liberdades no sistema socioeducativo, a narrativa escrita mostrou-se como uma possibilidade de narrar o seu itinerário, de modo profundo e agregador. A potencialidade do escrever na restrição de liberdade juvenil é encontrada na obra de Diniz e Talia (2018), formada por cartas trocadas por uma antropóloga e uma adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Em termos logísticos, para a efetivação das narrativas literárias, autobiográficas e poéticas nesta pesquisa foi necessário tornar as ferramentas para criação dos objetos

¹⁸ Título de um poema feito por um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação do Distrito Federal e publicado, em 2019, no livro “Nois também é humano” (<https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Para-AI%C3%A9m-das-Algemas-3Edi%C3%A7%C3%A3o-2019.pdf?x98583>), fruto do projeto Vozes da Cidadania.

culturais autorizados em toda a instituição. Houve reiteradas articulações e justificativas para que alguns jovens fossem autorizados a terem um refil de caneta¹⁹ e papel A4 nos quartos-celas, onde passavam maior parte do tempo. Óbvio que existiu um monitoramento institucional das produções, por vezes, elas eram rasgadas, jogadas no lixo e molhadas “acidentalmente”. Intervir usando objetos culturais no sistema socioeducativo é um trabalho de proteção e guarda dos materiais produzidos. Não basta demandar que o jovem escreva, ele precisa saber “*qual é a sua*” e ter a segurança para se lançar numa viagem autorreflexiva e de constante recomposição.

No nosso itinerário, notamos como o fato de escrever foi possibilitador de reinvenção e redescoberta de si enquanto pessoa. Dessa maneira, no escrever mudou-se papéis e humanizaram-se as vivências do período de privação de liberdade. O fato de escrever sobre sua história e as particularidades do cárcere na juventude não foi apenas uma ocupação do tempo ocioso, mas a inauguração de um novo papel, o de escritor de si, um convite para romper com o carimbo de jovem infrator e olhar para a sua existência e projetar possibilidades.

Portanto, escrever ocupa tempos e propicia encontros internos. Todavia, ainda é entendido como ameaçador pelos/as profissionais, havendo uma constante vigilância e proibição acerca do que pode ser escrito ou não. Vários temas são enquadrados como apologia ao crime e passíveis de penalidade intramuros. Além disso, escrever pode ser interpretado pelos colegas de confinamento como um marcador de fraqueza. Desse modo, ousar escrever em um lugar de silêncio (Moscou, 2018) e cerceamentos é arriscado, pois, confronta os vários não-ditos e as contradições institucionais, além de escancarar as inseguranças dos jovens e um letramento cheio de lacunas.

¹⁹ Apenas a parte interna da caneta.

Dito isso, o presente capítulo vislumbrou mostrar como preparamos um terreno afetivo e seguro para que os jovens institucionalizados pudessem escrever e significar o que estava sendo posto no papel. Para tal feito, contaremos como se deu a construção do projeto de leitura, Livros Livres; narraremos alguns encontros que foram mediados pela narrativa poética; e compartilharemos a construção de algumas narrativas literárias e autobiográficas.

O projeto de leitura e a simbologia da presença

Esta parte da pesquisa nasceu em maio de 2016, durante o processo de filmagem da produção audiovisual. Um jovem falou-nos sobre sua vontade de pegar livros na biblioteca da escola, mas que isso não acontecia devido empecilhos institucionais. Não havia uma proibição expressa acerca do empréstimo de livros, contudo, faltava a disponibilidade de alguém para se responsabilizar pelo material entregue a eles. Desse modo, esse jovem pediu ajuda para que intermediássemos a sua relação com a biblioteca. Inicialmente, éramos apenas uma ponte entre a biblioteca da unidade socioeducativa e ele. Os livros eram os que pegávamos emprestado na biblioteca da escola em nosso nome ou do nosso acervo pessoal.

Cada empréstimo era uma negociação informal com os/as atores/atrizes institucionais. Todos/as diziam que os livros seriam rabiscados, rasgados e destruídos. A entrega de livros ao primeiro jovem era esporádica e dependia do plantão de agentes socioeducativos que estivesse no módulo. Após alguns diálogos e embates com alguns/mas trabalhadores/as socioeducativos/as, formalizou-se a entrega dos livros em um módulo.

Essa conjuntura de formalização inicial possibilitou que outros jovens demandassem livros e gibis. Nesse cenário, jovens de outro módulo viam-nos passando

com livros e ficaram curiosos. Sempre perguntavam sobre o projeto e quando iríamos expandir para outros espaços institucionais. Até que a conjuntura perfeita se instaurou: havia demanda dos jovens em outros módulos e uma figura conhecida (um jovem), que abriria a porta para o nosso vínculo com os demais.

Antes de continuar o percurso do projeto Livros Livres, faço um adendo acerca da minha ligação com os jovens a essa altura da pesquisa. Com mais de dois anos de intervenção, após um período de férias escolares, não precisei apresentar-me aos novatos. Eles já sabiam o meu nome e o que eu fazia. Era como se a minha presença não precisasse ser só física, os livros deixados durante as férias representaram que eu ainda estava ali. Escutei vários “*Ah, você é a Thaywane (ou outras variações do meu nome)?*”; “*Bom dia, dona Thaywane!*”. A formalidade da palavra ‘dona’ indicava que aqueles sabiam da minha presença, porém não me conheciam.

Conversando com alguns deles, descobri que os jovens com mais tempo de unidade falaram de mim aos mais novos. Acerca disso, recentemente outro aspecto surgiu, a ligação comigo transpôs a unidade e chegou às comunidades desses jovens (“*Meu primo fala muito da senhora na rua*” / “*Fulano (jovem egresso) perguntou por você e te mandou um abraço*” / “*Você lembra do meu irmão?*” / “*Fulano (jovem egresso) pediu para eu te avisar que está vivo*”- falas de jovens institucionalizados no diário de campo), ou seja, esta pesquisa-intervenção passou a ter vários jovens como testemunhas.

Continuando o percurso do projeto de leitura, os livros começaram a ecoar e chegar vagarosamente aos 07 (sete) módulos da unidade socioeducativa. Enfatizamos que todo o processo foi alicerçado no vínculo, na implicação e na disponibilidade. Destacamos aqui a entrada dos livros (e a nossa) no último módulo: os jovens eram

desconfiados, mal respondiam quando nós os cumprimentávamos, além disso, observavam todos os nossos passos na escola da instituição.

Sob a tutela de um jovem que havia mudado de módulo, passamos a nos aproximar. Eles faziam vários questionamentos tanto para nós como a esse jovem-mediador de ligação. Depois da primeira sabatina, eles chamaram-nos para em outro dia ir à sala de aula deles. Na outra semana, quando fomos, o posicionamento deles já era outro, estavam mais afetivos e receptivos. Descobrimos que o jovem-mediador havia explicado as atividades e os projetos com os quais estávamos envolvidas, como eles disseram: “*a propaganda foi boa*”. Nosso vínculo consolidou-se depois do seguinte questionamento: “*Ela é por nós, né?*” e a afirmativa daquele que mediava.

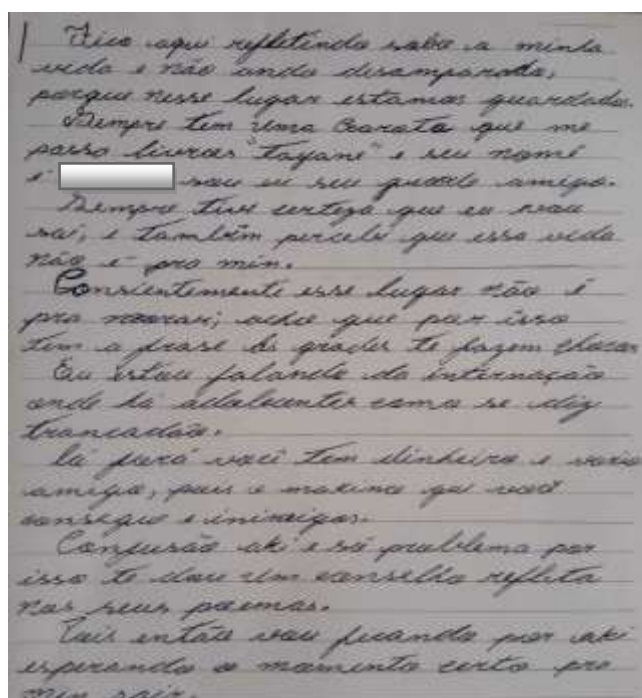
A ideia era que os livros ganhassem pernas e chegassem a todos os espaços institucionais. Nos primeiros meses, poucos jovens liam e o projeto de leitura concentrou-se em dois módulos. Após 11 meses, as sementes começaram a dar frutos e a leitura espalhou-se. Assim, eles passaram a construir suas próprias narrativas escritas e orais, a partir do material lido.

Inicialmente, os livros serviam meramente para entretenimento, contudo, com o tempo, eles passaram a discutir as narrativas das obras com estas pesquisadoras. Ponderamos que havia uma diversidade de gostos, entretanto sobressaiu-se a escolha por gibis e livros de romance, realidade social e ficção. De acordo com Moscou (2008), textos que propiciam uma analogia e convergências com as vivências desses jovens são bem aceitos e garantem adesão aos projetos de literatura.

Observamos que o contato com os livros instaurou um processo de responsabilidade e cuidado tanto com o material emprestado como com a relação estabelecida com estas pesquisadoras. Em convergência, Moscou (2018, p. 117) assinala que a literatura nas unidades socioeducativas, potencializa voz “a quem ousa enfrentar a

página em branco e ocupá-la com a própria vivência e percepção de mundo. Oferece também a oportunidade de entrarmos em outros mundos, pontos de vista e vivências”.

Ademais, as leituras realizadas pelos jovens tiveram um avanço, considerando que inicialmente eles escolhiam obras simples e mais populares, posteriormente, passaram a solicitar títulos com maior complexidade e ligados à própria realidade e/ou projetos de vida, como relacionados à possível escolha profissional ou para tentar compreender algum acontecimento de suas vidas. Ponderamos ainda a importância da presença disponível para mediar as reflexões suscitadas pela literatura, como pode ser visto abaixo na carta abaixo endereçada a esta pesquisadora,



Fico aqui refletindo sobre a minha vida e não ando desamparado, porque nesse lugar estamos guardados. Sempre tem uma garota que me passa livros "Tayane" é seu nome, e (nome do jovem) sou eu, seu grande amigo. Sempre tive certeza que eu vou sair, e também percebi que essa vida não é pra mim. Conscientemente esse lugar não é pra morar; acho que por isso tem a frase as grades te fazem chorar. Eu estou falando da internação onde há adolescentes como se diz trancadão. Lá fora você tem dinheiro e vários amigos, pois o máximo que você consegue e inimigos. Confusão aki e só problema por isso te dou um conselho reflito nos seus poemas. Pois então vou ficando por aki esperando o momento certo pra mim sair.

Figura 24: Carta²⁰ feita por um jovem após começar o projeto de literatura

²⁰ “Fico aqui refletindo sobre a minha vida e não ando desamparado, porque nesse lugar estamos guardados.

Sempre tem uma garota que me passa livros “Tayane” é seu nome, e (nome do jovem) sou eu, seu grande amigo.

Sempre tive certeza que eu vou sair, e também percebi que essa vida não é pra mim.

Conscientemente esse lugar não é pra mora; acho que por isso tem a frase as grades te fazem chorar.

Eu estou falando da internação onde há adolescentes como se diz trancadão.

Lá fora você tem dinheiro e varios amigo, pois o maximo que você consegue e inimigos

Confusão aki e só problema por isso te dou um conselho reflito nos seus poemas.

Pois então vou ficando por aki esperando o momento certo pra mim sair.”

Com a amplitude da intervenção e a “propaganda” dos jovens, o projeto de leitura passou a compor por mais de 03 (três) anos o rol de atividades de atendimento diferenciado dentro da instituição, o que certamente facilitou nosso acesso a eles e instaurou nossa visibilidade na instituição. Entretanto, a perspectiva de construir um território educativo e de diálogo na unidade de internação não é compactuada por todas as pessoas. Infelizmente, os olhares estigmatizantes e lotados de descrédito não estão apenas no “mundo” externo, mas também dentro da unidade, não se restringindo aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa, incidindo em quem ousa se aproximar dos que são tidos como resto social e um ato infracional ambulante.

O desmonte das atividades e intervenções é um ataque rotineiro nos estabelecimentos socioeducativos. Ficar por muitos anos em uma instituição não significa que a presença da intervenção socioclínica está concretizada. Para exemplificar, o projeto de literatura citado acima foi incluído nas atividades da unidade de internação e conquistou um espaço físico, entretanto, mesmo com o avanço das ações e adesão por parte dos jovens, o local onde os livros estavam organizados foi desmontado em 2019, sem autorização destas pesquisadoras.

Esse término abrupto acontece com várias intervenções dentro da unidade socioeducativa, além da resistência, isso convocou as pesquisadoras para uma recorrente costura dos retalhos dos ataques. Significando que a atividade pode até acabar, mas a essência de estarmos ali, o encontro, a reflexão acerca das idiossincrasias resiste...

Desse modo, grifamos que a literatura pode ser utilizada como um recurso para acessar a historicidade e o mundo interno dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, sendo um instrumento para ampliação de mundo e repertórios. Todavia, no caso desta pesquisa socioclínica, os livros eram um elemento

concreto de que iríamos voltar para conversarmos sobre a literatura escolhida, sobre a vida, a família, os conflitos, ou simplesmente, para rirmos juntos.

Além disso, o contato com as narrativas dos livros educou afetivamente os jovens para que eles também pudessem contar as suas histórias e imaginações, como no relato publicizado abaixo. Não por coincidência, durante os empréstimos dos livros, estas pesquisadoras foram abordadas com textos e poesias autorais, pedidos de papel e caneta para continuar escrevendo, e solicitações de oficinas de redação para melhorar a escrita. Ponderamos que no Anexo V estão algumas poéticas e relatos de jovens escritores que estavam em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

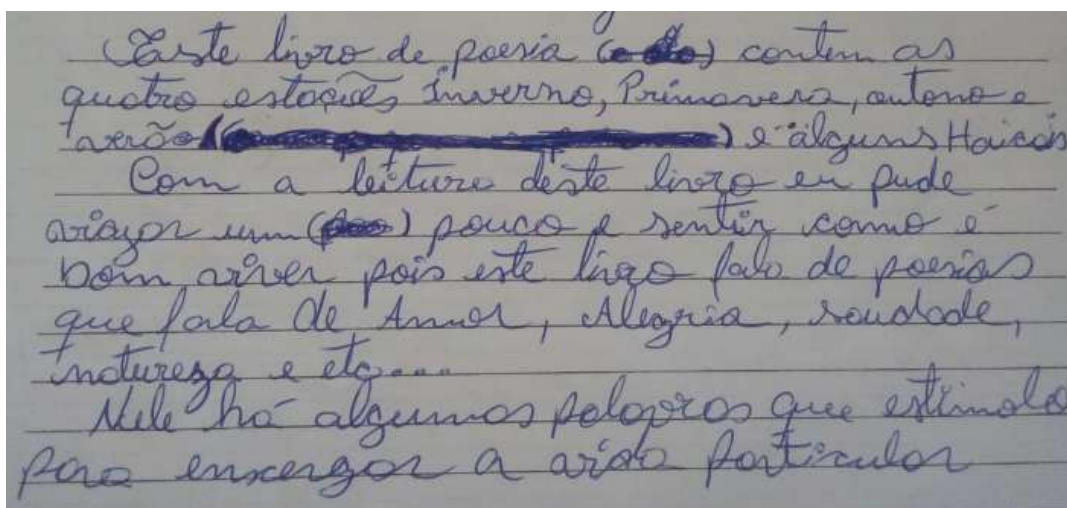


Figura 25: Percepções sobre o livro lido²¹

²¹ “Este livro de poesia contem as quatro estações inverno, primavera, outono e verão e alguns Haicais. Com a leitura deste livro eu pude viajar um pouco e sentir como é bom viver pois este livro fala de poesia que fala de amor, alegria, saudade, natureza e etc... Nele há algumas palavras que estimulo para enxergar a vida particular”

“Eu não sou poeta, viu!”: a escrita poética na restrição de liberdade

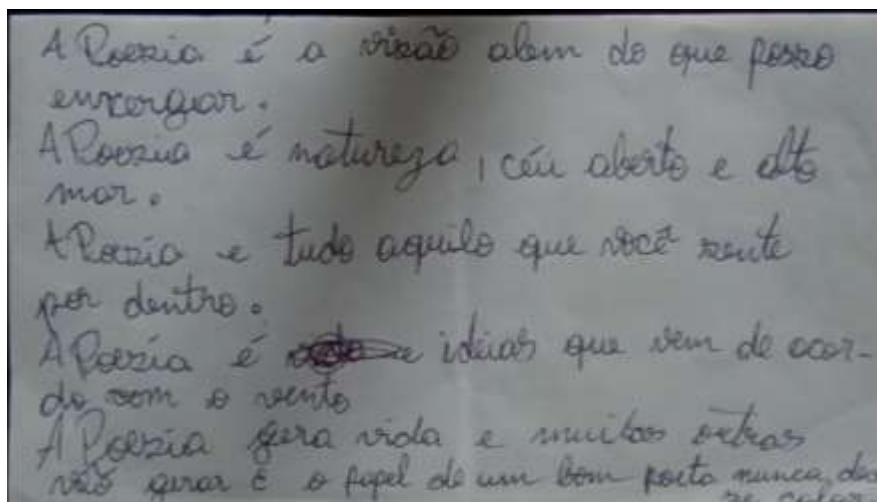


Figura 26: “Poesia da poesia”: narrativa escrita por Doutor²²

A escrita poética é recorrente nos estabelecimentos socioeducativos, todavia, geralmente, acontece de maneira secreta ou sob o título de música de RAP. Contudo, assim como Gurski (2017), entendemos o RAP como um modo de poetar e se aventurar pela polissemia das palavras.

Ser poeta é algo quase impensável no grupo de jovens institucionalizados, como se isso demarcasse sensibilidade e fragilidade. Certa vez um jovem nos questionou: *o que as pessoas pensariam de alguém que sofre na cadeia e ainda escreve?* O que será que eles pensam sobre os próprios sofrimentos? Notamos que a poesia mostrou-se como um escape, uma ferramenta de sobrevivência psíquica para vários deles.

²² Nome fictício, mas que faz menção ao sonho de “ser doutor” desse jovem institucionalizado.

“A poesia é a visão além do que posso enxergar.
A poesia é natureza, céu aberto e alto mar.
A poesia é tudo aquilo que você sente por dentro.
A poesia é ideias quem vem de acordo com o vento
A poesia gera vida e muitas outras vão gerar
E o papel de um bom poeta nunca deve se calar.”

Para Gurski (2017), nas narrativas de jovens em cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade, a dimensão do traumático da exclusão é nítida e denunciam a desobjetivação e a descartabilidade de suas vidas. Todavia, é pela palavra que é possível evocar deslocamentos de significações cristalizadas para linhas de vida. Dessa maneira, pela poesia, pelo RAP e pela palavra, o jovem em cumprimento de medida socioeducativa de internação “pode registrar um indizível, relativizando os efeitos do desamparo e a experiência da mera vida” (p. 23).

O nosso encontro com GOG²³ foi mediado por outros jovens institucionalizados, ele era tão tímido que não conseguia fixar os olhos nas pessoas. Um dos jovens entregou a uma das pesquisadoras um pedacinho de papel escrito o nome de um MC²⁴ e pediu para que ela procurasse vídeos daquele artista. Quando questionado acerca da motivação, eles sinalizaram que era GOG e que precisávamos conhecer o seu talento. Buscando os vídeos, descobrimos que ele tinha músicas produzidas com artistas conhecidos e desde a infância participava de batalhas de RAP.

O artista dos vídeos era completamente diferente do jovem que se encontrava na unidade socioeducativa, ainda tinha certa timidez, porém, a robustez do que dizia nas suas falas poéticas não coadunava com aquela introspecção institucional. Pesquisando um pouco mais, descobrimos que esse jovem era um artista conhecido e vários comentários em vídeos de plataformas virtuais questionavam acerca do seu paradeiro.

Em outro momento, ao conversarmos com GOG acerca do que havíamos visto, ele pediu ajuda para provar aos/às profissionais da instituição que escrevia, pois, as pessoas, incluindo alguns colegas de instituição não acreditavam nele (“*Se é rapper, por*

²³ Nome fictício inspirado em GOG, que é o nome artístico de Genival Oliveira Gonçalves, rapper e escritor brasileiro, um dos precursores do movimento RAP no Brasil.

²⁴ Mestre de Cerimônias, diz respeito à pessoa que canta RAP ou Funk.

que está aqui?”- questionamento de um profissional registrado no diário de campo). Ele já tinha traçado um plano, “vou escrever um texto e a senhora vai mostrar para as pessoas” (registro no diário de campo). Era como se ele precisasse de uma testemunha para dar o aval do seu talento, demonstrando que necessitava reparar a sua identidade artística e de pessoa. Ele então entregou o texto a seguir para uma das pesquisadoras.

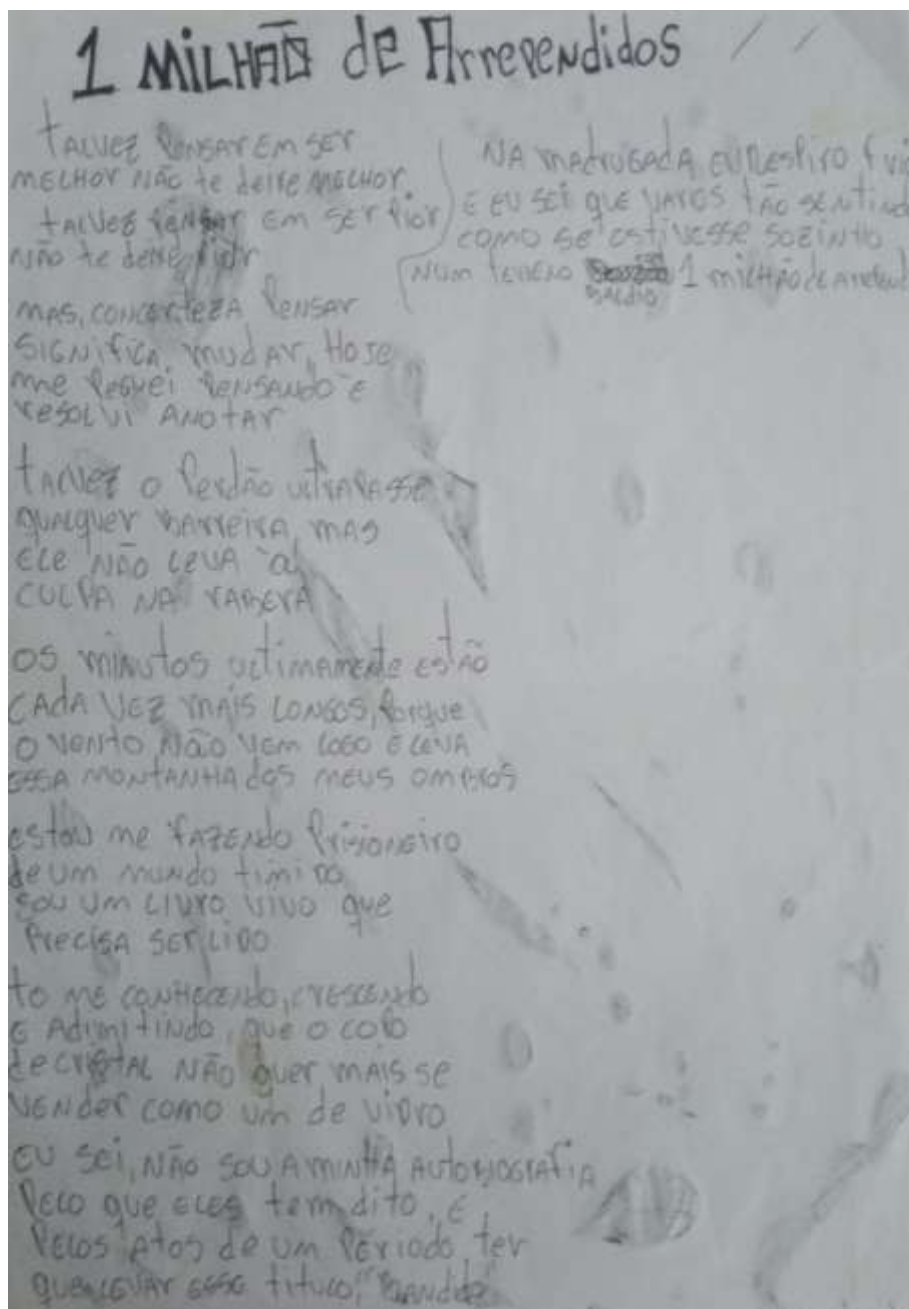


Figura 27: Poesia “1 milhão de arrependidos”. Esta narrativa também foi publicada no livro “Nois também é humano”, do projeto Vozes da Cidadania.

Na poesia ficou nítido como GOG também estava desacreditando de si e a escrita foi uma ferramenta para se desvencilhar do “*título de bandido*” direcionado àqueles que estão no cumprimento da medida socioeducativa de internação. Conforme Costa (2006), o passo mais decisivo para que esses jovens vençam as dificuldades pessoais é a reconciliação consigo e com o outro. Com essa poesia em mãos e vários links de vídeos, passamos a dialogar com a equipe responsável por acompanhá-lo e com outros/as atores/atrizes institucionais.

Era como se emprestássemos a confiança que desfrutávamos institucionalmente a favor da reparação pessoal desse jovem. Com um tempo de aproximação e a divulgação intramuros, ele passou a ser conhecido por suas habilidades artísticas e participou de diversas atividades e eventos institucionais. Ao mesmo tempo em que não parava de produzir novas músicas e construir parcerias poéticas com outros jovens institucionalizados. No final da medida socioeducativa de internação, ele tinha outra postura, inclusive, corporal e buscava articulações extramuros para continuar uma carreira que não chegou ao fim, apenas deu uma pausa...

Outra experiência mediada pela escrita poética foi com Eduardo²⁵, jovem conhecido por afrontar os/as profissionais e não se submeter à autoridade de nenhum deles. Contudo, desde o primeiro encontro com uma destas pesquisadoras foi muito carinhoso e falou acerca das suas produções. No nosso primeiro contato, ele se disponibilizou para construir a música de um projeto que estava sendo conduzido à época. Posteriormente, participou de eventos internos e externos e realizou várias produções musicais. Isso coaduna com a premissa de Costa (2006), na qual, o jovem privado de liberdade precisa se tornar fonte de iniciativa, liberdade e compromisso

²⁵ Nome fictício inspirado em Eduardo Taddeo, rapper paulista, ativista e escritor. É um dos fundadores do grupo “Facção Central”, conhecido pelas músicas que apresentam a realidade nua e crua das violências vividas na periferia.

consigo e com os demais, em uma tentativa de integrar as manifestações desencontradas de si.

Com Eduardo, tivemos a possibilidade de construir um *setting* de escuta mais estruturado fisicamente para conversar sobre as suas produções e referências familiares e musicais. Começávamos falando sobre artistas de RAP, apresentávamos uns e ele nos falava de alguns outros. Depois ele ia discorrendo sobre suas vivências familiares, do início na infracionalidade, os planos futuros e o fato de não conseguir “*abaixar a cabeça para ninguém*” (registro no diário de campo).

Tivemos várias conversas sobre a importância da escrita no seu processo socioeducativo: “*Se eu tivesse na rua, não teria escrito tanto*” / “*Quero aproveitar para escrever o máximo*” - registro no diário de campo. É como se a escrita fosse um escape das violências interna e externa sentida por ele. Alguns dos escritos desse jovem foram rasgados e jogados fora dentro das unidades socioeducativas por serem interpretados como tendo teor de apologia ao crime. Mesmo assim, ele persistia na construção e foi forjando estratégias para mascarar o conteúdo violento dos seus escritos.

De fato, alguns poemas tinham trechos violentos, de mortes e assassinatos, entretanto, institucionalmente os/as profissionais não buscaram entender os significados ou fazer a escuta da violência que transbordava nas suas narratividades. No caso de Eduardo, colocar no papel o impedia de passar ao ato violento dentro da instituição, ele escrevia para não devolver toda a violência que viu e vivenciou na vida, na apreensão e na restrição de liberdade. Ele tentava se inscrever pela palavra e não pela via da violência (Gurski, 2017).

Nos nossos encontros, ele refletiu bastante acerca do seu comportamento dentro da unidade e como estava conseguindo lidar melhor com a impulsividade a partir da

escrita. Escrever tornou-se para ele uma ferramenta de canalização. Em vários momentos, usamos suas poesias como mediadores para as nossas conversas e reflexões.

Abaixo alguns trechos das palavras de Eduardo.

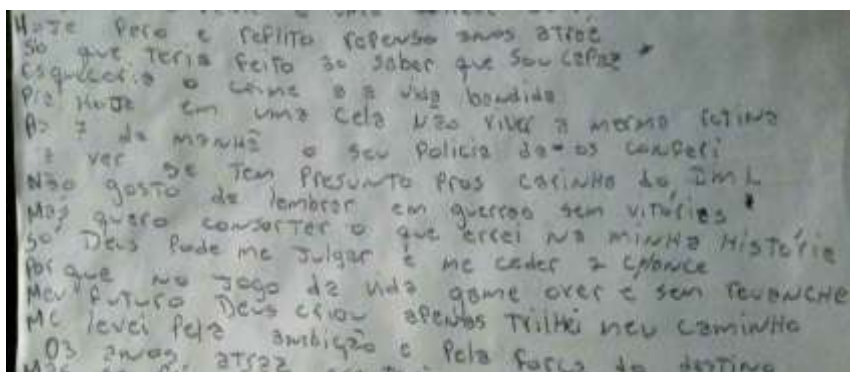


Figura 28: Trecho de uma poesia acerca do futuro²⁶

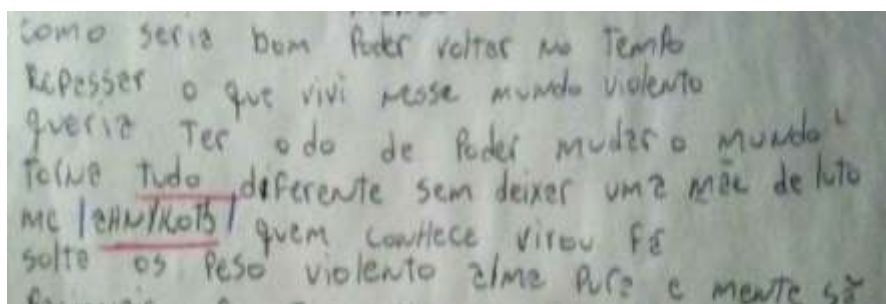


Figura 29: Trecho de uma narrativa acerca da história de vida²⁷

²⁶ “Hoje paro e reflito repenso anos atrás
Só que teria feito ao saber que sou capaz
Esqueceria o crime e a vida bandida
Pra hoje em uma cela não viver a mesma rotina
Às 7 da manhã o seu policia dá os conferi
Ver se tem presunto pros carinha do IML
Não gosto de lembrar em guerras sem vitórias
Mas quero consertar o que errei na minha história
Só Deus pode me julgar e me ceder a chance
Por que no jogo da vida game over é sem revanche
Meu futuro Deus criou apenas trilhei o meu caminho
Me levei pela ambição e pela força do destino [...]”

²⁷ “Como seria bom poder voltar no tempo
Repassar o que vivi nesse mundo violento
queria ter o do de poder mudar o mundo
Torna tudo diferente sem deixar uma mãe de luto
Me ahnykob quem conhece virou fã
Solta os peso violento alma pura e mente sã [...]”

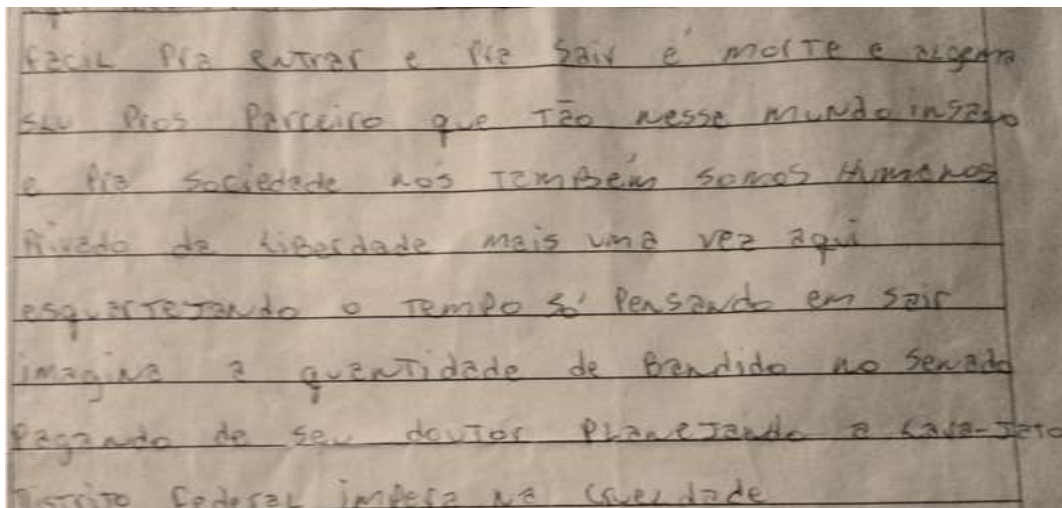


Figura 30: Trecho da poesia “Meu céu é de concreto”²⁸

Proibidos de escrever e se inscrever: as narrativas literária e autobiográficas

A partir do projeto de leitura Livros Livres, explicitado anteriormente, e da nossa presença nos módulos da instituição, fomos convocadas a partilhar com 04 (quatro) jovens escritores a construção de um livro sobre os seus percursos no mundo e nas medidas socioeducativas.

Sabendo da necessidade do respaldo de um agente de cuidados, os jovens convocaram-nos para estar junto na construção desse livro, não na escrita, mas no fornecimento de materiais e guarda da produção literária. Foram necessárias várias articulações e justificativas para que pudesse entrar algumas folhas de papel A4 e um refil de caneta. Compreendendo a dinamicidade institucional, esses jovens escreveram

²⁸ “Fácil pra entrar e pra sair é morte e algema
Slv (salve) pros parceiro que tão nesse mundo insano
E pra sociedade nós também somos humanos
Privado da liberdade mais uma vez aqui
Esquartejando o tempo só pensando em sair
Imagina a quantidade de bandido no Senado
Pagando de seu doutor planejando a Lava-jato
Distrito Federal impera na crueldade [...]”

todo o material em três noites e entregaram-nos, pois, alguns/mas servidores/as da unidade socioeducativa ficaram sabendo da movimentação para a escrita do livro e queriam ler para verificar a existência de alguma denúncia de violência.

O livro produzido pelos quatro jovens foi chamado de “A realidade Verdadeira”, em que eles discutiram, pensaram e criaram possibilidades para as mazelas sociopolíticas e econômicas do Brasil, demonstrando um processo narrativo pautado no protagonismo juvenil e na consideração dos olhares desses jovens. Eles enxergaram na escrita um modo de serem ouvidos e fazerem ecoar as suas trajetórias de vida e de seus pares. Corroborando isso, Souza e Souza (2017) apontam que o trabalho com narrativas autobiográficas questiona o sentido das vivências e aprendizagens, haja vista que as trajetórias pessoais são construídas e mediadas por práticas sociais.

Destacamos que a tese de doutorado de Gusmão (2019) apresenta mais informações acerca do processo autônomo dos jovens escritores na criação de um livro que convergiu crítica social e histórias de vidas. A seguir traremos algumas reflexões partindo da narrativa expressa no livro “A realidade verdadeira”, além disso, no Anexo V disponibilizamos alguns relatos autobiográficos na íntegra do livro e de outros encontros.

“Me tornei um escritor” : os relatos de história de vida

O processo de uma escrita livre e protegida dos olhares policialescos propiciou que os jovens trouxessem de modo genuíno as suas histórias de vidas, angústias e (des)compassos familiares. Eles puderam desnudar os seus percursos sem máscaras ou floreios, pois ninguém conseguiria saber suas identidades, nem mesmo nós. Ressaltamos que todo o processo foi feito exclusivamente pelos quatro jovens

organizadores, eles mediam os relatos de histórias de vida dos colegas e fizeram os registros. Como usaram nomes fictícios e que não convergiam com o nome ou apelidos, não sabemos de quem são as histórias, as ponderações e inquietações, porém, coletivamente fizemos rodas de conversa com os jovens que se dispuseram a participar desta construção narrativa.

Nos relatos abaixo é possível observar os jovens falando de si na infância e de seus contextos familiares. Nos atendimentos profissionais corriqueiros dentro da unidade socioeducativa, dificilmente se consegue extrair conteúdos desse tipo dos jovens, pois, os mesmos buscam construir um personagem ressocializado e que compreendeu o “castigo dado pela juíza”, almejando sair o mais rápido possível da privação de liberdade. Ponderamos que o jovem sabe o dia que começa a sua medida socioeducativa, mas não sabe quando termina, tudo dependerá de como o seu comportamento será avaliado intramuros.

Além dos atravessamentos ligados a construção do relatório avaliativo, reiteramos como é complexo para os jovens privados de liberdade se mostrarem em um território marcado pela desconfiança e ligações sociais desconectadas. Como falar de si, de suas sombras e percalços sem saber o que será feito com esse conteúdo?

Os jovens narradores marcaram que desde a tenra idade tiveram contato com violências e perdas afetivas e concretas ligadas às figuras parentais:

Koten: Há muito tempo atrás, eu presenciei minha genitora ser apreendida por furto, artigo 155 do Código Penal. Eu não sabia muito bem o que era aquilo, mas senti uma raiva muito grande daquelas pessoas que estavam fazendo aquilo comigo e com minha mãe. Por esse ato, ela ficou apreendida na cidade de Santo Antônio do Descoberto por longos 2 anos. Nesse período em que estive com meu

irmão descobri que meu pai havia morrido dentro de uma cadeia em Brasília, onde estava cumprindo pena por homicídio, artigo 121 do Código Penal. Aquilo era muita coisa para minha cabeça, na época, eu era apenas uma criança de oito anos. Eu me perguntava se não tinha noção a minha vida, eu achava que tinha errado só de ter nascido.

MT: *Quando eu nasci, meu pai foi preso e minha mãe arrumou outro marido, eu não quis morar com eles, e sim, com a minha avó e tios em [nome de uma Região Administrativa do Distrito Federal] até completar meus oito anos. Então, decide morar com a minha mãe, passei esse tempo meio conturbado, brigando com meu padrasto. Voltei para [nome de uma Região Administrativa do Distrito Federal] aos meus 12 anos, comecei a me envolver com bandidos “de maior”, que eram envolvidos com crime de alta periculosidade.*

Mata rindo: *Quando eu tinha 2 anos, meu pai foi preso por homicídio, então eu já cresci sem pai. Minha mãe também era do crime, ela vendia drogas e furtava no shopping para nos alimentar. Aos meus 10 anos, minha mãe foi presa, por furto, artigo 155 do código penal brasileiro, e por 33, tráfico de drogas. Foi condenada há 15 anos no regime fechado. Eu morava de aluguel com minha mãe, mas como ela foi presa, o dono da casa me expulsou por eu não pagar o aluguel. Mas como menino de 10 anos paga um aluguel de R\$ 350?*

Então, procure ajuda com meu vizinho, que me levou para o conselho tutelar. Lá eles me encaminharam para o abrigo, depois de um tempo me expulsaram

porque eu fugia e voltava tarde doidão de droga e com dinheiro roubado. Deste modo, comecei a morar na rua. Com outros moradores de rua, comecei a roubar todos os dias, tudo o que via de valor, eu roubava com faca, sem nada, correndo com pertences das pessoas pelas ruas de Brasília.

Apesar de apresentar conteúdos profundos, de sofrimentos extremos, abjeção social e vivências de pessoas reduzidas ao ato infracional, as narrativas do livro “A realidade verdadeira” ensaiam linhas de sonho, enunciações enquanto pessoa que deseja se inscrever socialmente pela via do trabalho, dos estudos:

Tiaguinho: Minha revolta é muito grande, mas vou fazer a diferença, vou estudar para ser um advogado ou defensor público. Estudar todos os casos, para não deixar jovens, como eu, sem provas suficientes e deixá-lo anos presos por algo que não fizeram.

Neguinho: Estou no momento internado na [nome da unidade socioeducativa], cumprindo uma medida quando eu era “de menor”, estava de saída e cometi outro crime. Agora espero por 6 meses para eu ir embora e seguir uma nova vida, sem crime, sem cadeia, já perdi muito tempo da minha vida com isso. Agora é só aproveitar as melhores coisas da vida, como casar, ter filhos e ter uma família, se Deus quiser. Aqui fica um pouco do meu relato. Espero que tenham entendido como a vida do crime é cercada de ilusões e consequências grandes. Pode crer, fica na paz e até mais.

“O peso da cadeia”: a restrição de liberdade pelas linhas de quem a vive

O encarceramento é vendido como solução frente à ilicitude e para devolver a tranquilidade social. Contudo, a privação de liberdade não é uma máquina transformadora de percursos de vida e disparidades sociais. Pelo contrário, por vezes, enraíza o jovem no papel social ligado à criminalidade e ao resto social. Como mudar percursos de vidas com o mero trancafiar? Óbvio que deve haver responsabilização para quem comete atos infracionais, todavia, atrelado ao acesso a direitos e respeito à dignidade da pessoa humana.

Nos relatos autobiográficos dos jovens narradores e nas conversas que costuraram esta pesquisa foram notórios os impactos na vida e historicidade de uma juventude encarcerada e com carimbo de infrator. Ou como diria Gurski (2017), de uma existência reduzida à criminalidade. Assim, infelizmente, ainda temos que lutar bastante para efetivar os paradigmas de proteção integral do ECA e transformar as unidades socioeducativas em espaços de reparação social e psíquica:

Estrignado: *Ficar trancado 20 horas por dia mexeu com o psicológico, um ódio que eu não tinha, acabou entrando na minha vida. Comparado com bicho fiquei [...]. Cheguei ao CAJE em setembro de 2013, todo quebrado, fiquei 45 dias por lá, com ladrões como eu, assassinos, traficantes, só falávamos de maldade que queríamos fazer quando saíssemos. Assim foi feito, voltei para a sociedade cometendo diversos crimes, fui apreendido diversas vezes.*

Dentin: *Depois disso [passagem ao ato infracional], eu fiquei 26 dias no CESAMI [Centro Socioeducativo Amigoniano- nomenclatura antigo das unidades socioeducativas de internação provisória no Distrito Federal] e fui*

liberado com uma L.A [Liberdade Assistida]. Eu saí pior do que antes, comecei a roubar carros, motos e tudo que via pela frente.

MT: *Assim, eu ia me iludindo com poder do crime, até começar as várias internações provisórias no CESAMI, chegando ao ponto de pegar uma sentença de 6 meses a 3 anos no CAJE, onde eu só aprendi mais sobre o crime, fiquei mais malicioso na vida bandida no 1 ano e 6 meses de internação. Voltei para minha cidade com mais malícia de crime [...]. Eu já tinha puxado cadeia, então não era mais aquele bobinho, era um pouco “mente”.*

A produção do livro “A realidade verdadeira” não foi algo planejado na nossa pesquisa, mas emergiu a partir do diálogo horizontal com os jovens que estavam institucionalizados. Um material que chegou a nossas mãos com o objetivo de ser guardado para não ser rasgado, mostrou-se como uma ponte entre pesquisadoras, trabalhadores da unidade socioeducativa e os jovens-escritores.

Grifamos que, em algumas atividades intramuros, usamos os relatos de história de vida como ferramenta no trabalho com outros jovens institucionalizados, haja vista a veracidade, o desvelamento e compartilhamento de sentimentos e situações traumáticas. Sendo assim, na nossa caminhada, a escrita autobiográfica de jovens institucionalizados mostrou-se como um transpor de grades simbólicas. Os jovens escritores puderam se colocar de modo genuíno, sem precisar construir um alterego, que atendessem aos nossos desejos, dos/as profissionais ou da juíza. Eles puderam se mostrar sem receios de ser o que são ou o que querem construir.

Urge a construção de estratégias de atendimento, acolhimento e escuta junto a jovens privados de liberdade no sistema socioeducativo. A escrita traz o poder ser à tona e quando mediada propicia reflexões acerca do passado, do presente, e, conseqüentemente, do futuro. A chave para um fazer socioeducativo possibilitador de transformações na vida desses jovens não está nas algemas e cadeados, mas na caneta e no lápis, que podem possibilitar um (re)desenho, uma (re)escritura, uma (re)inscrição, uma (re)ligadura...

CAPÍTULO 6- “SE EU FALAR, TU ME ESCUTA?”: AS NARRATIVAS ORAIS/CANTADAS E AUDIOVISUAIS NA SOCIOEDUCAÇÃO

Trabalhar com grupos de jovens institucionalizados na socioeducação, nos fez pensar acerca de como fazer falar quem é silenciado? Mais que um silenciamento é um amordaçamento, um emudecimento forçado. Todavia, na nossa caminhada de pesquisadoras, percebemos que eles falavam, mas as nossas limitações metodológicas, pessoais e institucionais não nos permitia ver a multiplicidade de linguagens e estratégias para dizer. Quando a boca não pode falar, as paredes, os corpos, as poesias, as fotografias e as músicas ecoam.

Além disso, nos questionamos: Como construir estratégias de expressão sem considerar a desconfiança e “*o silêncio como regra número 1*”? (fala de jovem registrada no diário de campo). De que maneira desenhar ferramentas que protejam os modos plurais de dizer desses jovens? Em outros espaços de atendimento a adolescências e juventudes há um reforço do protagonismo juvenil, mas nos estabelecimentos socioeducativos deslegitima-se os posicionamentos deles, tudo pode ser compreendido como afronta, desacato e mau comportamento.

Pensando nos espaços de restrição de liberdade, Santos (2012) aponta que a possibilidade de narrar lança os jovens institucionalizados a um lugar de interpretação subjetiva da experiência, o que raramente ocorre na privação de liberdade, ainda voltada à punição em detrimento da reparação. No trabalho com narratividades na medida socioeducativa de internação, percebemos que esse dispositivo propicia um retorno da vivacidade, contornando a mortificação e a despersonalização das instituições totais, na qual, mais importante do que a plataforma escolhida para narrar é o como o narrador e

narratário se conectam e usam as narratividades enquanto elemento mediador para elaborações, reparações e reinscrições.

Athayde, Bill e Soares (2005) apontam como a ilicitude é um mecanismo para que o jovem periférico salte da invisibilidade e a arma de fogo acaba sendo o salvo-conduto para ser visto. Em consonância, Gurski (2017) aponta que esses jovens tentam se inscrever no laço pela via da violência. Ao chegar ao estabelecimento socioeducativo, esse jovem continuará sendo invisível, não tendo nome ou história de vida. Na verdade, lhe é retirado qualquer marca identificatória, ele torna-se apenas mais um interno.

Nos documentos e relações institucionais, dificilmente aparece a voz do jovem, o lugar de autoria fica ainda mais distante e com destituição subjetiva (Guerra, 2017). Por vezes, o comportamento desses jovens de não se encaixar ou desrespeitar é um clamor para ser enxergado como pessoa, com potencialidades e que precisa de retratação subjetiva, social e histórica.

Portanto, compete no atendimento socioeducativo, auxiliar esses jovens a encontrarem outros passaportes de visibilidade e que revigorem a autoestima, a subjetividade e as identidades. A escrita, o desenho, a canção, a tatuagem, o programa de rádio, a fotografia (ou outra narratividade) podem ser usados como subterfúgios para sobreviver às violências vivenciadas e perpetradas, bem como para resgate ou descoberta de uma vida para além do contexto infracional.

Entretanto, para restaurar a autoestima, a pessoalidade, a saúde mental e o laço social esse jovem precisa de um solo firme, entretanto, o sistema socioeducativo acaba mostrando-se como um pântano (Athayde, Bill & Soares, 2005). Dessa maneira, as narratividades foram ferramentas de ligação entre jovem, pessoa que acolhe e coletividades. Além disso, mostrou pujança ao se apresentar como chão simbólico, em

que eles podiam se alicerçar, e um espelho interno no qual eles podem voltar a se (re)enxergar sem os véus de “*menino problema*”...

Por isso, práticas narrativas com as vozes e as imagens, respeitando o sigilo, são necessárias para os jovens em cumprimento de medida socioeducativa possam literalmente ocupar a cena. Construir narratividades que convoquem o corpo e a fala pode no início assustá-los, mas, no processo é significada como uma plataforma para despejar sofrimentos coletivos, vivacidade e criatividade. Como transformar em verbo e cena sentimentos e sensações de uma vida privada de expressividade? De que maneira é possível sensibilizar aqueles que acham os jovens privados de liberdade verdadeiros monstros?

Este capítulo buscou narrar as nossas experiências e desdobramentos coletivos a partir das narrativas audiovisual, orais/cantadas e radiofônicas no trabalho sensível com jovens acautelados na medida socioeducativa de internação. Em linhas gerais, notamos que essas modalidades narrativas chamaram os jovens para a coletividade, a reconexão com o laço social e inaugurou um lugar: aquele que é escutado!

As narrativas orais/cantadas e radiofônicas: quem vai me ouvir?

A oralidade é um dos modos mais tradicionais de narrar histórias de vida e coletividades. As narrativas orais atravessam gerações, sofrimentos e silenciamentos, sendo responsável por ecoar e perpetuar memórias e testemunhos coletivos. No caso dos adolescentes e jovens privados de liberdade na socioeducação, a fala é cerceada, contudo, eles sempre arrumam uma maneira dizer, criando palavras, estruturas linguísticas e entonações vocais.

Para Perazzo (2015), na narrativa oral, a pessoa é recolocada em cena, valorizando a sua concepção de mundo e as camadas subjetivas, bem como, costurando imaginários sociais, construindo identificações e revelando formas de comunicação cultural. Assim, reiteramos a potência das narratividades orais e a possibilidade de usar a palavra entoada como ferramenta de intervenção e aproximação.

Nas formalidades do mundo acadêmico, a dimensão da oralidade pode ser desconsiderada ou subestimada, por não ter concretude ou comprovações de sua existência. Contudo, para exemplificar, destacamos que os povos tradicionais do nosso país continuam existindo por intermédio dos saberes, segredos e códigos transmitidos pela oralidade. Assim, apontamos que nas vivências da restrição de liberdade, a palavra falada ou cantada cria elos, ecoando resistências e manejos.

Dialogando com a perspectiva das oralidades e do cantar, cabe mencionar como a música e o ato de cantar se apresentam na privação de liberdade. A velha premissa de que “quem canta os seus males espanta” faz muito sentido quando pensamos as estratégias de sobrevivência ao cárcere por parte de adolescentes e jovens. Com a licença poética das músicas, eles conseguem narrar as suas dores, sofrimentos, lugares e sonhos.

Para sentir um pouco de como isso se apresentou na nossa pesquisa, compartilhamos dois vídeos que demarcam como a musicalidade apareceu de modo espontâneo e trouxe vivacidade para a privação de liberdade juvenil. O cantar era recorrente no estabelecimento socioeducativo e no processo de gravações da produção audiovisual, assim, eles fizeram questão de registrar as suas narrativas cantadas e demonstrar como a poesia cantada aparecia na rotina de atividades intramuros. Este material é resultado da produção audiovisual “O cotidiano do sistema”. O primeiro vídeo chama-se “O famoso

chefe”:(https://drive.google.com/file/d/1GYk5hQ3e5auyb_8ZpwYy-9BkUD1vkyox/view?usp=sharing), e o segundo chama-se “Quebradas e pessoas”:(https://drive.google.com/file/d/1GalxYERjHey7_981LHmJ0IR8nlGAA0yt/view?usp=sharing).

Inclusive, uma escuta socioclínica quando esses jovens estão construindo as letras para as suas apresentações intramuros ou “só para passar o tempo” é ímpar, pois, eles embarcam na introspecção e resgatam episódios de suas vidas e dos seus marcadores de referência (territórios, religiosidade, familiares) para terem robustez no que será compartilhado. Esse processo pode acontecer de diferentes modos, em grupo durante as aulas de Artes ou na solidão do quarto-cela. Aqui, partilhamos dentro os vários elos estabelecidos por mediação da música, o enlaçamento junto a Emicida²⁹, jovem que havia desistido de cantar após ter várias de suas produções rasgadas e a sua performance desqualificada em alguns estabelecimentos socioeducativos.

Emicida era um jovem divertido e com um discurso de pertencimento à negritude que se sobressaía. Somente após um ano de internação é que descobrimos a sua habilidade artística. Isso só foi possível devido à realização de uma atividade para o dia da Consciência Negra, na qual, durante um dos ensaios para a apresentação final, outro jovem apontou Emicida como autor da música e melodia que estava cantando, a letra encontra-se a seguir.

Ao conversarmos com Emicida, ele trouxe a experiência ligada à música desde a infância, quando acompanhava os ensaios e shows do pai. Mas, que não queria mais cantar, apenas produzia em segredo algumas músicas para os colegas. Mesmo assim, o

²⁹ Nome fictício e inspirado em um rapper, compositor e empreendedor paulistano. Emicida é reconhecido pelas narrativas afetivas e por apresentar as fragilidades humanas, classistas, racistas e sexistas em suas canções, contudo sem perder a sensibilidade e o acalento.

convidamos para apoiar tecnicamente nos ensaios e na apresentação final do projeto, ele aceitou e começou a auxiliar os colegas a partir da própria performance. Ao invés de sinalizar como era para ser feito a apresentação ou a melhor estratégia para cantar, ele exemplificava atuando.

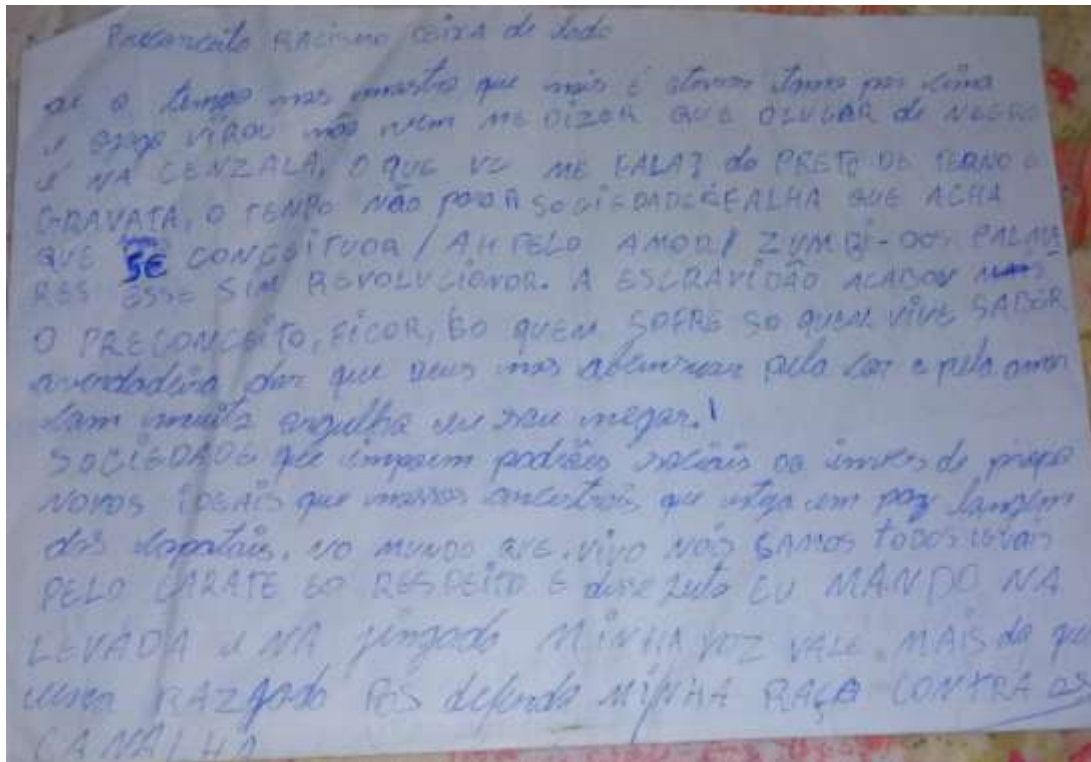


Figura 31: Música “Preconceito, racismo deixa de lado”, escrita por Emicida³⁰

³⁰ “Preconceito racismo deixa de lado

Ae o tempo nos mostra que nois é o terror tamo por cima
e o jogo virou não vem me dizer que o lugar de negro
é na senzala, o que vc me fala? Do preto de terno e gravata,
O tempo não para, a sociedade é falha que acha que se conceituor
Ah pelo amor
Zumbi dos Palmares esse sim revolucionor
A escravidão acabou, o preconceito ficar
Só quem sofre so quem viver saber a verdadeira dor
que Deus nos abensuar pela cor e pelo amor
Com muito orgulho eu sou negro!
Sociedade que impoem padrões sociais ao inves de propor novos ideais
que nossos ancestrais que esteja em paz longe dos capatais
No mundo que vivo samos todos iguais
pelo carate e o respeito
E desse jeito eu mando na levada e na jingada
Minha voz vale mais do que uma rajada
Pos defendo minha raça contra os canalha”

De tanto atuar e ter decorado as músicas de todos os jovens, ele decidiu por também se apresentar, mostrando na letra e na postura corporal a apropriação do papel de artista. O evento institucional era aberto aos familiares e contou com a presença da mãe de Emicida, que não acreditou quando o viu no palco, porque ele tinha prometido nunca mais cantar.

Após essa apresentação, Emicida relatou para estas pesquisadoras as violências psicológicas e os impactos no episódio em que todas as suas produções musicais tinham sido rasgadas e colocadas em um saco de lixo durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação em outra instituição. Participar do evento e sentir novamente a sensação de pisar em um palco, segundo ele, foi renovador e sinalizador de que tinha talento e possibilidades.

Com a saída desse jovem da internação, ele entrou em contato com esta mestrandanda para confessar onde e com quem estavam algumas de suas produções musicais, que durante um tempo fazia no sigilo. Como uma maneira de agradecimento e partilha, ele presenteou esta com uma pilha de letras de músicas e com a promessa de que ninguém ia mais silenciar o seu cantar...

AKI O SISTEMA BANALIZAR SEUS
 SONHOS LE FAZENDO VÍTIMA DA
 ROTINA, ODIO E DESILUSÃO SEGUE
 NO MESMO COMPASOR NA PENITA
 NA MADRUGA ~~OS~~ PENSAMENTO
 PERTUBA ~~AS VEZES ASSUSTA~~
 BARULHA A MENTE E SALDADE
 E ARREPENDIMENTO SEMPRE TÁ
 NO PENTE
 O SISTEMA SE DIZ SOCIOEDUCATI
 VO AO INVEZ DE TRANSMITIR
 INCENTIVO VEM EM FORMA DE
 PODER ABUSIVO, REPRIMINDO
 OS MENINO DE FORMA Dese
 LEGANTE, MODO OPERANTE E
 IGNORANTE QUE SEGUE OFUS
 CANDO O SEMBRANTE O

Figura 32: Poética do jovem Emicida³¹

³¹ Aki o sistema banaliza seus sonhos
 te fazendo vítima da rotina,
 odio e desilusão segue no mesmo compasor na Penita
 Na madrugada, os pensamento
 Pertuba
 Barulha a mente e saldade
 E arrependimento sempre tá no pente
 O sistema se diz socioeducativo, ao invés de transmitir incentivo
 Vem em forma de poder abusivo,
 Reprimindo os menino de forma deselegante
 Modo operante e ignorante
 Que segue ofuscando o semblante

Sintonizando afetos e críticas sociais: as narrativas radiofônicas

A narratividade radiofônica não fez parte do itinerário desta pesquisa diretamente, mas do percurso desta mestrandia enquanto educadora social no projeto Vozes da Cidadania do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). A construção de programas de rádio nos chamou a atenção como um dispositivo simples, que resolveu facilmente a questão do sigilo de identidades dos jovens e promoveu debates profundos acerca das disparidades sociais, racismo, questões de gênero, família... Imaginando que não estão sendo vistos, mas ouvidos, os jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação embarcaram na proposta de dizer coletivamente dimensões apagadas ou menosprezadas das suas vidas.

Importa mencionar que a proposta de construir programas de rádio aconteceu depois de um ciclo educativo, que possibilitou aos jovens conhecerem diversas temáticas ligadas aos Direitos Humanos, ampliarem seus repertórios e se ligarem afetivamente aos educadores/as do projeto. Antes de apontar mais detalhes da construção de narrativas radiofônicas, salientamos que o trabalho que interliga rádio e socioeducação democratiza o acesso a mídias e informações e propicia o resgate da autoestima (Vint, 2018), no qual o jovem ocupa um lugar de poder e protagonismo, e não como o “problema social”, ele deixa de ser a manchete para ser o locutor.

Em termos metodológicos, existiu um percurso de discussões, rodas de conversa, construções e afetos que antecederam o planejamento e a execução do programa de rádio. Destacamos aqui os debates feitos acerca da mídia, da comunicação e da construção do ECA como ancoragens para ecoar vozes pelas ondas da rádio. Por coincidência, assim como na experiência de Vint (2018) na fundação Casa, usamos como disparador narrativo para construção dos programas, o filme “Uma onda no ar”, que explana acerca da experiência de uma rádio comunitária, abordando de maneira

muito contundente o racismo, o monopólio das mídias, as disparidades sociais e o poder das narrativas radiofônicas para denunciar e coletivizar pautas de grupos periféricos.

Na perspectiva de que os jovens são os protagonistas, eles debatem qual a temática, os conteúdos, o roteiro, quais as perguntas da entrevista, quem serão entrevistados/as, a trilha sonora do programa de rádio... Desse modo, “todo o processo de criação é feito em grupo, onde todos(as) expõem suas ideias e, no fim, chegamos a um consenso” (Vint, 2018, p. 60), os/as educadores/as se restringem ao papel de mediar a chuva de ideias e provocar reflexões.

Um ponto para ser sinalizado foi o cuidado dos jovens privados de liberdade acerca de quem ouviria o programa feito por eles. Um dos nossos primeiros questionamentos: Quem a gente quer que nos escute? Eles apontaram que queriam falar para as suas famílias, em especial os irmãos mais novos; a quebrada; e o Judiciário. Pensando em quem seriam os nossos narratários, eles pensaram em eixos norteadores dos programas, surgiram temas como maternidade e dupla jornada feminina; racismo; periferias; preconceitos, estigmas, sonhos e projetos futuros.

Durante a construção das narrativas radiofônicas, eles se envolveram, opinaram, recordaram de momentos de suas vidas que dialogavam com a temática do programa de rádio e faziam associações com discussões feitas anteriormente (Vint, 2018). Todos contribuíram a sua maneira e iam executando papéis, alguns escolheram ser o locutor, cantar uma música, recitar um poema ou organizar a logística de todo o processo de gravação.

Esta modalidade narrativa nos ensinou acerca da imaginação, da construção de soluções em detrimento da acústica ruim ou de compreensões reduzidas sobre a linguagem periférica. Apesar de poucos registros no que tange à construção de

programas de rádio na medida socioeducativa de internação, apontamos as narrativas radiofônicas como uma ferramenta para efetivarmos a dialética falar-escutar dentro de instituições e sociedades excludentes, que mortificam algumas existências. Assim, nos programas de rádio aqui relatados, os jovens ocuparam a mídia, falaram para si e para o coletivo, bem como, literalmente, se escutaram.

Abaixo disponibilizamos os links dos programas de rádio, para que você possa ouvir e embarcar em narrações de elos coletivos, ressignificações individuais e institucionais. Escute!

A) Rádio Fala Quebrada- Programa **Voz do gueto**:

<https://drive.google.com/file/d/1BjhoRvs4uCXrY7N6R-akoW-9qKP3G2wk/view?usp=sharing>

B) Rádio Fala Quebrada- Programa **M3-A**:

<https://drive.google.com/file/d/1r1fTTmGGp7ksQrxFmzW3OK3vzGwFLWeo/view?usp=sharing>

C) Rádio Fala Quebrada- Programa **Imprevisíveis da periferia**:

https://drive.google.com/file/d/1b3FgkyAJssU3X_HG8yuofH_5SOv5L37I/view?usp=sharing

D) Rádio Fala Quebrada- Programa **O cotidiano dos favelados**:

<https://drive.google.com/file/d/1s4YJiJifHH84tHOPPfMISAQgCp1wBQr/view?usp=sharing>

“O cotidiano do sistema”: o audiovisual



Figura 33: Início das filmagens da produção audiovisual

Esta modalidade de narrativa é complexa, coadunando em seu bojo vários modos de narrar, como as dimensões visuais, corporais, escritas e orais. Por isso, optamos por apresentá-la no final desta dissertação, ressaltando que a mesma intersecciona diversas linguagens. Além disso, destacamos que a produção audiovisual “*O cotidiano do sistema*” foi crucial para conhecermos vários lugares da instituição e ampliarmos ligações e criações.

Enfatizamos o processo de protagonismo e autonomia que emergiu na nossa experiência com a narratividade audiovisual. Os jovens foram responsáveis pelo roteiro, locações e gravações. Com as devidas autorizações institucionais e judiciais, foi possível gravar no módulo e em dia de visita familiar. Nas visitas familiares é quando a unidade ganha afetos, calma e acolhimento, eles deixam, minimamente, de ser

internos e tem uma história, nome, apelidos carinhosos e família. Parte desses momentos pode ser vistos abaixo.



Figura 34: Mosaico de fotos com o processo de filmagens, entrevistas de familiares, escolhas de imagens para a produção audiovisual “O cotidiano do sistema”

Construiu-se durante esse processo uma confiança mútua, possibilitando que eles tratassem de questões delicadas nas suas falas. Para exemplificar, nas gravações houve relatos acerca de violência policial, confrontos entre grupos rivais, dificuldades na relação com os/as profissionais da instituição, inserção no contexto infracional e os

projetos de vida. Como podemos ver no seguinte trecho da narrativa audiovisual: https://drive.google.com/file/d/12oKn1HVjv8rhmq7K8XWIPeZ_Znt9Ncm/view?usp=sharing.

A narrativa audiovisual pautou-se no sigilo das imagens produzidas, preservando a identidade dos jovens envolvidos na produção, como preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Foram realizados vários encontros para construção do roteiro e captação de imagens. No que tange à construção do roteiro e execução de produções audiovisuais no sistema socioeducativo, Santos (2018) aponta que a identificação direta das narrativas e argumentos dos jovens é primordial para que o ponto de partida da construção narrativa seja o olhar deles para a sociedade e não o contrário.

Cerca de 30 jovens estiveram envolvidos diretamente no processo de construção e criação da ideia aqui apresentada. Antes da captação das imagens, em parceria com a escola da unidade, utilizamos as aulas de Artes para compor um grupo de trabalho formado por 10 jovens, de dois módulos distintos, e cada um representava a sua turma da escola, ou seja, havia jovens das séries iniciais até o terceiro ano do ensino médio. Participaram também duas psicólogas e um professor de Artes.

Portanto, o grupo tinha uma diversidade de olhares, construções e trajetórias. Como critérios para participar do grupo, era preciso ter um vínculo aproximado com os proponentes do trabalho, afinidade com alguma das frentes de trabalho da produção e desejo de participar. Como arcabouço, usou-se a proposta dos grupos reflexivos, em que os jovens consolidavam as ideias, debatiam e decidiam conjuntamente. Tudo foi decidido no coletivo, do roteiro ao nome da produção.

Acerca dos encontros grupais semanais, aconteceu um planejamento prévio, que partiu do roteiro construído por um dos jovens interlocutores. Os pontos trabalhados foram os seguintes:

- 1º encontro: apresentação e levantamento de expectativas;
- 2º encontro: Quem é o adolescente que se encontra cumprindo medida socioeducativa de internação?
- 3º encontro: Quem é o socioeducador? Quem³² é a socioeducação?
- 4º encontro: Como e com o quê estes adolescentes se envolvem? É uma busca pelo encontro com a liberdade? Mas afinal, o que é essa tal liberdade?
- 5º encontro: Mudança é diferente de ressocialização? Mudança: realidade ou ficção?
- 6º encontro: A ótica do socioeducando e do socioeducador sobre a redução da maioria penal - contribuições ao debate;
- 7º, 8º e 9º encontros: operacionalização - aspectos práticos do documentário.

Desse modo, os encontros tiveram como fio condutor a produção e as colocações dos jovens institucionalizados, sendo um tipo de processo formativo e afinador de ideias. O grupo era flexível e debatia diversas questões. Ademais, no decorrer dos encontros, o papel de coordenação diluiu-se, todos eram responsáveis pelo espaço, todas as vozes ecoavam da mesma forma. Eles passaram a tomar a ideia de uma produção audiovisual para si, era uma construção coletiva. Esse grupo pode ser visto como um ensaio da vida extramuros, em que, as pessoas precisam debater e construir juntas em detrimento da violência.

Com isso, o período da medida socioeducativa de internação foi utilizado como um espaço para reflexão acerca da própria história de vida e da construção de projetos futuros. E possibilitou que passagem deles pelo cárcere fosse menos hostil (Kalunga, 2018). Nesse cenário, a meta era “qualificar ao máximo as relações dentro do grupo,

³² Respeitamos a originalidade do termo usado pelo jovem. A colocação da palavra “quem” nessa situação nos convoca a refletir sobre a personalidade na socioeducação, ou seja, é um sistema formado e conduzido por pessoas, com valores e histórias de vida.

dentro daquele lugar, para que os muros possam ficar pequenos diante das asas da imaginação” (Santos, 2018, p. 52).

Na captação das imagens e formação técnica, contamos com parceria com educadores do terceiro setor. Além disso, tivemos que adaptar ou conseguir câmeras e microfones com coletivos periféricos que trabalhavam com audiovisual. Assim, apesar da potência da narrativa audiovisual, a especificidade da linguagem demanda a presença de um profissional da área, o que não contávamos na nossa pesquisa.

De maneira geral, a construção do documentário sobre as vivências diárias no contexto privativo de liberdade significou a inauguração de uma relação diferenciada com o espaço da unidade e uma reflexão sobre a medida socioeducativa. Diversos jovens ficaram surpresos com as imagens captadas, como se nunca tivessem visto o local em que se encontravam. A partir da imagem abaixo, eles tiveram vários entendimentos sobre a estrutura institucional e social: “*Nós vivemos nesse chiqueiro?*”- relato em diário de campo.



Figura 35: “*Nós vivemos nesse lugar?*”, foto feita pelos jovens institucionalizados

As imagens captadas auxiliaram os jovens na compreensão e visualização da instituição, numa aproximação com a realidade e com o espaço ocupado. Rompendo a lógica de mero depósito de pessoas dos estabelecimentos privativos de liberdade; além disso, vincularam-se aos/as profissionais da unidade, compreendendo os desafios de se trabalhar no sistema socioeducativo. Os jovens estabeleceram uma relação respeitosa, horizontal e contextualizada com quem entrevistaram e se aproximaram para entender o funcionamento daquela instituição.

Como já dito, todas as imagens e locações foram proposições dos jovens. Em alguns momentos, eles ficaram com os equipamentos sozinhos filmando os quartos e o banho de sol, porque estas pesquisadoras não foram autorizadas a entrarem no módulo no momento do banho de sol. Mais uma vez, a autonomia dos jovens emergiu, eles foram responsáveis pelas perguntas, apontamentos de contradições e escolhas dos/as entrevistados/as. Como podemos visualizar na seguinte gravação: <https://drive.google.com/file/d/1GaehB4iINqM2IOUxJ8TgKTahX-11gjP8/view>.

Durante a produção, ficou nítido que a construção e as escolhas relacionavam-se com o encontro deles com a instituição e consigo. Vários locais foram descobertos e outros passaram a ter outro tônus. Um bom exemplo disso é a enfermaria, na qual, os jovens conversaram com as profissionais da saúde e puderam perceber os desafios de atuar naquele espaço sem a estrutura adequada para os serviços em saúde.

A edição do documentário “O Cotidiano do Sistema” ainda está em processo, considerando que estas pesquisadoras não possuem habilidades técnicas nesse sentido, nem encontraram parcerias seguras para essa etapa da produção audiovisual. Entretanto, de modo caseiro, conseguimos editar alguns trechos que serviram de subsídios para debates intramuros e participação em eventos acadêmicos.

A narratividade é um dispositivo democrático, que dialoga com diversas perspectivas teóricas, compreensões de mundo e linguagens. Além disso, propicia tratar de modo profundo e transformador temas complexos e multidimensionais, como as relações de gênero, a violência, o futuro, as incertezas. Ponderamos ainda que a narrativa audiovisual permitiu utilizar linguagens diversas e que coadunam com as vicissitudes desses jovens. Não há único modo de narrar porque não existe um jeito uníssono de existir.

NOTAS (in)CONCLUSIVAS

Iniciamos as palavras finais desta dissertação mais uma vez questionando como o debate acadêmico tem narrado a socioeducação? De que maneira a Psicologia tem se aproximado das populações estigmatizadas? Qual olhar endereçamos a esses jovens? De modo geral, percebemos que as discussões e pesquisas acerca dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa são reducionistas, individualizantes ou trazem reflexões que não convergem com a realidade vivida nas unidades socioeducativas.

No período em que estivemos imersas em campo, aprendemos a ver as humanidades e as sombras de todas as pessoas pertencentes à comunidade socioeducativa, inclusive, as nossas. Olhando de fora ou nos restringindo ao contexto acadêmico poderíamos demonizar algumas pessoas e relações estabelecidas nas unidades socioeducativas, mas qual a força que isso tem para a mudança da socioeducação e para a realização integral dos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente?

A medida socioeducativa de internação é cheia de dualismos e embates: segurança x especialistas; escola x segurança; projeto educativo x penalização; professores x professores; jovens x jovens; entre outros. Muito tempo e energia são investidos para dar conta dessas relações e conflitos. Às vezes, parece que você tem que está apenas de um lado, lógica que se repete nos conflitos territoriais dos jovens, “*não sei quando essa guerra começou, mas tenho que continuar*” (fala de um jovem registrada em diário de campo). Por isso, reforçamos a urgência de construção de fazeres democráticos, éticos e com intencionalidade em prol dos jovens institucionalizados e dos/as profissionais que operacionalizam a política pública socioeducativa. Não tem como pensar o sistema socioeducativo em estanques.

Ao trabalhar com jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação aprendemos que o conhecimento acadêmico não daria conta de todas aquelas especificidades, códigos e dinamicidade. Foi preciso construir, entender e ter tempo para observar e sentir. Por falar em tempo, como ele é necessário no trabalho com esses jovens, a vida deles e a institucionalização são tão frenéticas que o simples fato de você os olhar com calma já demarca outro tipo de relação. Quantas horas permanecemos conversando com o mesmo jovem sobre futebol, por exemplo, mesmo sem entendermos nada. Para alguns/mas isso é perda de tempo, mas em um cenário de correria, isso é cuidado.

A presença é outra pauta necessária para a consolidação de um socioeducar ancorado no protagonismo e respeito às vidas que se encontram na comunidade socioeducativa. Ser presente genuinamente e não precisar forjar um personagem no cotidiano das relações socioeducativas pode parecer simples, mas não é. Entretanto, a presença não é algo inato, pode ser aprendida e contextualizada para o trabalho na privação de liberdade (Costa, 2001). A presença não é uma categoria inalcançável e que se restringe às normativas educativas da socioeducação, ela pode e deve ser empreendida no cotidiano das relações interpessoais e intersubjetivas e no encontro com o outro.

Se entendermos o ato infracional como uma saída das sombras societárias, quais ferramentas poderiam ser construídas para que essa visibilidade seja saudável, protegida e agregadora? No itinerário desta pesquisa-intervenção, as narratividades demonstraram atender a isso, foram pontes para a construção de elos e contato com as histórias de vida desses jovens. Todavia, o uso das narrativas não diz respeito a obrigar o jovem a escrever acerca de si, mas a entender qual a comunicação eles usam para expressar suas vicissitudes. No trabalho com jovens que passam ao ato, o acesso também é pelo ato

infracional, por isso, as ações apresentadas neste trabalho priorizaram atividades em que os jovens puderam se expressar a partir da multiplicidade de linguagens.

Enfatizamos as múltiplas formas de narratividades empreendidas por jovens privados de liberdade no sistema socioeducativo, eles usam as imagens, as vozes, o corpo, as paredes e uma infinidade de plataformas. Desse modo, a narratividade desse público ocorre a partir de uma pluralidade de semiologias e comunicações elaborativas e reivindicatórias, o que requer mais estudos e pesquisas. Contudo, as unidades socioeducativas são limitadas na oferta, na escuta e no acolhimento da comunicabilidade e expressividade desses jovens.

Salientamos a importância da implicação no trabalho com jovens institucionalizados. As relações estabelecidas por eles no percurso de suas vidas e institucionais são marcadas pelo distanciamento, desconfiança e rupturas abruptas, assim, ao nos colocarmos em cena como pessoa e profissionais/pesquisadoras houve a convocação para que os jovens fossem eles mesmos e saíssem do papel do jovem em conflito com a lei.

Portanto, depreendemos que a pessoalidade é um mecanismo vital na atuação com esse público. O envolvimento com os dispositivos e as propostas interventivas caminha junto com o elo e a reciprocidade. Entretanto, ao falar de implicar-se falamos de uma ligação a partir da autocrítica e análise constantes, não é se jogar sem filtros nas relações institucionais, mas se perceber e colocar a si como peça interventiva e na dialética de aproximar-distanciar.

Os questionamentos, o toque, o lanche coletivo, o olhar, o saber o nome ou assistir a um jogo de futebol na quadra da unidade socioeducativa. As pequenezas do cotidiano também se mostraram como possibilidades e apontadas pelos jovens como

importantes para sobreviver ao encarceramento e marcar a nossa presença. Nesse cenário, Guerra (2017) nos convoca a pensar sobre o poder das linhas de fuga, podemos também pensar em brechas subjetivas, empreendidas pelos jovens em detrimento do apagamento vivenciado nos estabelecimentos socioeducativos. As brechas interventivas se fazem com ações estruturadas, intuições, sentimentos e posturas.

No itinerário aqui apresentado, assim como o florescer, realizou-se um trabalho de dentro para fora com os jovens e com a instituição. Ou seja, o foco não era trabalhar nas superfícies, mas nas entranhas do estabelecimento socioeducativo e na inteireza dos jovens privados de suas liberdades. Aqui não se falou da criação de novas teorias ou metodologias inéditas, e sim da necessidade da Psicologia detectar a sutileza das malhas de dominação e não confundir seus efeitos com o sujeito (Rosa, 2004).

A lógica de trabalhar com uma escuta socioclínica da e para a liberdade e a desinstitucionalização, enquanto os jovens estão literalmente atrás das grades, é complexa e desgastante. Todavia é, principalmente, um processo semeador. Este percurso ensinou-nos que o planejamento de atividades é necessário, mas o essencial é estar, dentro das possibilidades, ao lado dos jovens institucionalizados e dos/as profissionais. Considerando que a instituição organiza-se a partir de um emaranhado de subjetividades, valores, instituições, demandas e afetos.

Devemos valorizar a potência da pequenez e o impacto das microintervensões diárias. Como já apontamos, por vezes, nos desgastamos construindo ações grandes, mas que não tem significado para os jovens. Em uma socioclínica implicada e da presença, o estar e o exemplo também são educativos. As brechas construídas na informalidade e no cotidiano são basilares para o desenquadre de todas as pessoas que estão na unidade socioeducativa.

Acreditamos que é preciso trazer para a reflexão, a necessidade dos limites educativos na relação com esses jovens. O amparo a grupos tomados como resto social deve ocorrer de modo crítico e atrelado às especificidades. Os limites não se relacionam à contenção ou violência, pelo contrário, é o estabelecimento de uma relação ancorada no respeito, na sinceridade, nas reais possibilidades e nas linguagens plurais.

Não é saudável construir elos a partir de promessas infundadas só para se aproximar dos jovens ou a partir de um elo permissivo. Os jovens ligados à infracionalidade tem um código de ética rígido e paralelo, mas um dos principais preceitos é a lealdade, e isso pode ser usado no trabalho analítico com eles. Eles respeitarão mais por uma negativa sincera do que por uma promessa que não se concretizará.

Trabalhando por muitos anos com jovens institucionalizados entre 18 e 21 anos e só depois com adolescentes (de 14 até 17 anos) em cumprimento de medida socioeducativa de internação, observamos como é necessário construir normativas e parâmetros para o atendimento socioeducativo da juventude encarcerada. Apesar de parecer um mero detalhe, o fato de ter 18 anos inaugura no jovem uma rigidez de valores e uma postura diferente. Entretanto, as medidas socioeducativas são desenhadas para os mais novos sem considerar o processo peculiar de se tornar um jovem adulto privado de liberdade.

Nessa conjuntura, seria as narrativas uma estratégia protetiva para que esses jovens saiam da invisibilidade exterminadora e possam falar? No percurso da pesquisa-intervenção aqui apresentada, mostrou que sim. Os jovens passaram a ser vistos com outros olhos dentro da instituição. Mas, principalmente, passaram a se ver de outro modo, como quem pode produzir, que tem voz, alguém que está vivo.

Contudo, esse processo de visibilidade e reparação identitária tem que ser feito de modo cauteloso, pois, pode ser analisado institucionalmente como mau comportamento. Trabalhar com narratividades é construir pontes e barreiras protetivas para esses jovens. É restaurar autoestima e autonomia, todavia, também blindá-lo para falas e ações que façam um trabalho contrário.

Os jovens envolvidos com ilicitudes possuem diversos modos de se comunicar. Estratégias criadas para narrar uma vida, porém à margem dos padrões societários. Para esses jovens, a linguagem se apresenta por outras vias, por isso, não faz sentido construir uma clínica que se restrinja a oralidade. Os jovens institucionalizados falaram por meio de suas produções escritas, fotografadas, desenhadas e pelos seus corpos. Acerca desse último, a carne deles é uma importante plataforma de expressividade, é um corpo que luta para existir.

Dessa maneira, o corpo é tomado como casa e o sujeito cria camadas narrativas, protetivas e que vislumbra a permanência. Nesse cenário, na concretude da pele, os pertencimentos, a identidade e as buscas tornam-se narrativas móveis e permanentes. Em vários momentos, ficávamos pensando em quais estratégias usar para que os jovens pudessem falar de si. Porém, a clínica da presença e das narratividades mostrou que nos faltava sensibilidade para perceber como o corpo era território de inscrição e narração. Eles nos falam o tempo todo!

Cabe olhar o perfil da maioria dos jovens que se aproximou destas pesquisadoras, eles eram considerados afrontosos, disruptivos e com mau comportamento. Entretanto era nesses aspectos que estavam a força motriz deles e das suas narrativas. Costa (2006) aponta que a socialização genuína não é uma aceitação dócil, mas a possibilidade humana de equilíbrio e cidadania plena.

Desse modo, as narratividades mostraram-se como um dispositivo que trabalhou a autorreflexão e reparação em detrimento da docilização e contenção demandada por estabelecimentos socioeducativos, bem como entreviu na perspectiva comunitária e coletiva. Ademais, por meio de uma identificação com uma pessoa-chave, no estabelecimento de uma relação de abertura, reciprocidade e respeito, o jovem considerado como “difícil” foi levado a um sucesso inesperado, porque esse relacionamento intersubjetivo restituiu a consciência de aceitação e de que possui valor para alguém (Costa, 2006).

Sugerimos e enxergamos a necessidade de abordarmos em produções futuras a transferência e a contratransferência no trabalho com adolescentes em privação de liberdade; como a questão de gênero e as masculinidades atravessam a construção do vínculo e compõem os ataques; e o manejo dos afetos na atuação direta com adolescentes ligados à infracionalidade.

Portanto, um fazer que pretenda ser analítico com jovens institucionalizados, precisa se implicar; desvelar as especificidades institucionais, territoriais, relacionais e individuais; resistir e ser maleável. O campo socioeducativo é diverso, com múltiplas intersecções e inúmeras possibilidades inventivas. É um lugar cheio de criatividade, localizações e conhecimentos de mundo. Os jovens trazem um repertório de vida e de sobrevivências tão profundos, por que não utilizar isso a favor de uma socioeducação emancipadora?

Esses jovens inventam tantos mecanismos para transformarem o cárcere em algo familiar: aprendem a cozinhar sem fogão, arriscam as suas vidas para esquentar água com a fiação elétrica, constroem máquinas de tatuagem, fazem artesanatos ecológicos com as embalagens dos sucos industrializados, costuram sem agulha e com restos de

tecidos velhos. Eles deixariam qualquer cientista impressionado/a com tamanha engenhosidade. De que maneira a Universidade poderia aprender com a sabedoria da sobrevivência desses jovens? Quantos desses jovens poderiam usar sua sagacidade para realizar descobertas científicas? As nossas pesquisas buscam criar barreiras ou brechas para a inserção desses jovens?

...

Referências

Abramovay, Miriam et al. (2010). *Gangues, gênero e juventudes: Donas de rocha e sujeitos cabulosos*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos (SDH).

Alvarez, Luisa Elena; Castro, Lourdes Garcia & Lasky, Clarisa. (2016). Tatuagens. A pele como tela de expressão cultural. *IDE*, São Paulo, 39[62], p. 185-192.

Amparo, Deise Matos do & Pereira, Márcia Santos. (2010). Adolescência e passagem ao ato violento: aspectos clínicos e psicodinâmicos. In Amparo, Deise Matos do, Almeida, Sandra Francesca Conte de, Brasil, Katia Tarouquella R., & Marty, François. (Orgs.). *Adolescência e violência- Teorias e práticas nos campos clínico, educacional e jurídico*. Brasília: Liber Livro Editora, p. 67-88.

Amparo, Deise Matos do; Cardoso, Bruno Cavaignac Campos & Vilas Boas, Laís Macedo. (2016). Corpo e escarificação: o trabalho de simbolização na adolescência. In: Brasil, Katia Tarouquella & Drieu, Didier. (Orgs.). *Mediação, simbolização e espaço grupal*. Brasília: Liber Livro, p. 113-134.

Anzieu, Didier. (1988). *O Eu-pele*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Athayde, Celso; Bill, MV & Soares, Luiz Eduardo. (2005). *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Birraux, Anne. (2012). Violência e objetos culturais. In: Amparo, Deise Matos do; Almeida, Sandra Francesca Conte de; Brasil, Katia Tarouquella R.; Conceição, Maria Inês Gandolfo & Marty, François (Orgs.). *Adolescência e violência: intervenções e estudos clínicos, psicossociais e educacionais*. Brasília: Liber Livro e Editora Universidade de Brasília, p.227-238.

Bordini, Gabriela Sagebin & Sperb, Tania Mara. (2012). Concepções de gênero nas narrativas de adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25 (4), p. 738-746. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722012000400013>.

Borges, Flávio Adriano; Rézio, Larissa de Almeida; L'Abbate, Solange & Fortuna, Cinira Magali. (2018). A entrada no campo e a fabricação de dispositivos em pesquisas socioclínicas. *Psicologia em Estudo*, nº 23, p. 1-15. doi: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v23i0.40373>

Branco, Islene Gomes Mateus Castelo & Gomes, Thaywane do Nascimento. (2020). A socioeducação como política pública: Historicidade e efetivação dos direitos de adolescentes e jovens em conflito com lei. In: Silveira, Carlos Frederico Gurgel Calvet da. *Perspectivas interdisciplinares sobre políticas públicas*. Rio de Janeiro: Pembroke Collins, p. 165-178.

Brasil, Katia Tarouquella. (2016). Apresentação. In: Brasil, Katia Tarouquella & Drieu, Didier. (Orgs.). *Mediação, simbolização e espaço grupal: propostas de intervenções com adolescentes vulneráveis*. Brasília: Liber Livro, p. 7-10.

Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e outras providências. Brasília.

Brasil. (2019). *Levantamento Anual SINASE 2017*. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

Bruner, Jerome. (1997). *Atos de significação*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

Cabral, Leonel Castro; Saturnino, Bruno Peron & Santamaria, Larissa Mazzotti. (2020). Projeto Riscando o Risco. In: Bisinoto, Cynthia; Rodrigues, Dayane Silva & Cruz, Elessandra da Silva (Orgs.). *Anais do II Simpósio Nacional em Socioeducação: desafios da prática socioeducativa*. Brasília: Universidade de Brasília, p. 65.

Cairus, Raquel & Conceição, Maria Inês Gandolfo. (2010). Adolescentes na corda bamba: aspectos psicossociais na relação com a lei. *Psicologia Política*, vol. 10, nº 20, p. 275-292.

Carreiro, Teresa Cristina. (2012a). Adolescências nas malhas dos tráficos sociais. In: Amparo, Deise Matos do; Almeida, Sandra Francesca Conte de; Brasil, Katia Tarouquella R.; Conceição, Maria Inês Gandolfo & Marty, François (Orgs.). *Adolescência e Violência: intervenções e estudos clínicos, psicossociais e educacionais*. Brasília: Liber Livro e Editora Universidade de Brasília, p. 267-275.

Carretero, Teresa Cristina O. (2012b). Vidas fazendo história e construindo histórias de vida. In: Viana, Terezinha de Camargo; Diniz, Gláucia Starling; Costa, Liana Fortunato & Zanello, Valeska. (Orgs.). *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea*. Brasília: Liber Livros, p. 32- 46.

Carretero, Teresa Cristina Othenio Cordeiro. (2020). Reflexões sobre adolescências e a complexidade das comunidades de afeto no processo socioeducativo. *Revista Sociedade e Estado*, volume 35, número 1.

Catrolí, Viviani S. C. & Rosa, Miriam Debieux. (2013). O laço social na adolescência: a violência como ficção de uma vida desqualificada. *Estudos clínicos*. São Paulo, v. 18, n. 2.

Córdoba, Victor Yanes. (2007). La narrativa visual como metodología del sentido: articulación metodológica e implicaciones terapêutico-educativas [A narrativa visual como metodologia do sentido: articulação metodológica e implicações terapêutico-educativas]. *Arteterapia- Papeles de arteterapia y educación artística para la inclusión social*, vol. 2, p. 233-246.

Costa, Ana. (2015). *Litorais da Psicanálise*. São Paulo: Escuta.

Costa, Antonio Carlos Gomes da. (2001). *Pedagogia da Presença: da solidão ao encontro*. Belo Horizonte: Modus Faciendi.

Costa, Antonio Carlos Gomes da. (2006). *Socioeducação: Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Dell’Aglío, Débora Dalbosco. (2020). Prefácio. In: Pessoa, Alex Sandro Gomes; Rosa, Edinete Maria & Alberto, Maria de Fatima Pereira (Orgs.). *Atendimento Psicossocial de Adolescentes em Conflito com a lei: resultados de pesquisas e práticas exitosas*. Curitiba: CRV, p. 11-13.

Derdyk, Edith. (2007). *Disegno. Desenho. Desígnio*. São Paula: Editora Senac: São Paulo.

Diniz, Debora & Talia. (2018). *Cartas de uma menina presa*. Brasília: Letras Livres.

Duchet, Clara. (2006). Du psychotraumatisme à la résilience: perspectives cliniques [Do psicotrauma à resiliência: perspectivas clínicas]. In: Jehel, Louis & Lopez, Gérard (ss la dir.) *Psychotraumatologie: Evaluation, clinique, Traitement* [Psicotraumatologia: Avaliação, clínica e Tratamento], 2ème éd., Paris, Dunod.

Favret-Saada, Jeanne. (2005). “Ser afetado”. *Cadernos de campo*, n. 13.

Felício, Thauana Letícia. (2020). A socioeducação da utopia: construindo histórias de vida em meio à política de morte. In: Pessoa, Alex Sandro Gomes; Rosa, Edinete Maria & Alberto, Maria de Fatima Pereira (Orgs.). *Atendimento Psicossocial de Adolescentes em Conflito com a lei: resultados de pesquisas e práticas exitosas*. Curitiba: CRV, p. 23-36.

Felisette, Marcos Corrêa de Mello. (2006). Pichação: escrita, tipografia e voz de uma cultura na cidade de São Paulo no século XXI. *Anais do XVIII Encontro Regional de História- O historiador e seu tempo*. ANPUH/SP- UNESP.

Ferreira, Gianmarco Loures & Igreja, Rebecca Lemos. (2017). Narrativas como metodologia crítica para o estudo das relações raciais no Direito. *Revista de Pesquisa e Educação Jurídica*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 62-79.

Ferreira, Marcelo Santana. (2011). Walter Benjamin e a questão das narratividades. *Mnemosine*, vol. 7, nº 2, p. 121-133.

Figueiredo, Luís Carlos. (2007). A metapsicologia do cuidado. *Psychê*, Ano XI, nº 21, p. 13-30.

Fortuna, Cinira Magali; Monceau, Giles; Valentim, Silvia & Mennani, Khadija Lalah. El. (2014). Uma pesquisa socioclínica na França: Notas sobre a análise institucional. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 26, nº 2, p. 255-266. doi: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1309>.

Foucault, Michel. (2014). *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. 42ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Franco, Neil. (2018). Autobiografia do “Não Lugar”: o espaço escolar em desestabilização. In: Monteiro, Filomena Maria de Arruda; Matos de Souza, Rodrigo & Berkenbrock-Rosito, Margaréte May. *Diversidades, redes de sociabilidades e história de vida: outros modos de narrar*. Curitiba: CRV, p. 29-44.

Freitas, Rilda Bezerra de. (2013). A prática da tatuagem entre jovens em conflito com a lei: Arte, cultura juvenil ou identificação grupal? *Políticas Culturais em Revista*, 1(6), p. 117-136. doi: <https://dx.doi.org/10.9771/1983-3717pcr.v6i1.8262>

Freud, Sigmund. (1996). *O ego e o Id e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago.

Froemming, Cecília Nunes. (2016). *Da seletividade penal ao percurso punitivo: a precariedade da vida das adolescentes em atendimento socioeducativo*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Política Social, da Universidade de Brasília.

Garcia, Wilton. (2006). *Corpo e subjetividade: estudos contemporâneos*. São Paulo: Factash Editora.

Geraes, ZGÊ. (2018). Focos sobre a privação da identidade na medida. In: Firmiano, André et al. *Na linha tênue: experiências de arte-educação em privação de liberdade*. São Paulo: Ação Educativa, p. 66-74.

Gisé, Daniel. (2018). Desenhando novas propostas. In: Firmiano, André et al. *Na linha tênue: experiências de arte-educação em privação de liberdade*. São Paulo: Ação Educativa, p. 32-37.

Goffman, Erving. (1981). *Manicômios, prisões e conventos*. Editora Perspectiva.

Goldberg, Luciane Germano. (2019). Da potência narrativa do desenho infantil para a pesquisa (auto)biográfica com crianças. *Revista @mbienteeducação*, v. 12, n.2, p. 141-163. doi: <https://doi.org/10.26843/ae19828632v12n22019p141a163-2>

Golse, Bernard. (2017). Narrativité, séparabilité et ligabilité [Narratividade, separabilidade e ligabilidade]. In: Clouard, Chantal; Golse, Bernard & Vanier, Alain. *La narrativité: Racines, enjeux et ouvertures* [Narratividades: raízes, apostas e aberturas]. Paris: Editions in press, p. 47-62.

Grigorieff, Alexandra Garcia. (2016). Fragilidade narcísica na adolescência: a caveira mexicana como paradoxo da vida e da morte. *Contextos clínicos*, 9(1), p. 118-123. doi: <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2016.91.10>

Guerra, Andréa. (2017). Educar para a cidadania: nas fronteiras da socioeducação. *Currículo sem Fronteiras*, v. 17, n. 2, p. 260-274.

Gurski, Rose. (2017). Jovens “infratores”, o RAP e o poetar: deslizamentos da “vida nua” à “vida loka”. *Revista Subjetividades*, 17(3), p. 45-56. doi: 10.5020/23590777.rs.v17i3.5573

Gurski, Rose & Strzykalski, Stéphanie. (2018). A “invencionática” na pesquisa em psicanálise com adolescentes em contextos de violência e vulnerabilidade: narrando uma trajetória de pesquisa. In: Brasil, Katia Tarouquella; Almeida, Sandra Francesca Conte de & Drieu, Didier. *Proteção à infância e à adolescência: intervenções clínicas, educativas e socioculturais*. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade e Universidade Católica de Brasília, p.127-139.

Gusmão, Maristela Muniz. (2019) *Um dispositivo clínico de cuidado para jovens em medida socioeducativa*. Tese (Psicologia Clínica e Cultura), 153f. Brasília: Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

Gusmão, Maristela Muniz & Amparo, Deise Matos do. (2019). Um dispositivo clínico para adolescentes em medida socioeducativa. In: Antloga, Carla; Brasil, Katia Tarouquella; Lordello, Silvia Renata; Neubern, Maurício & Queiroz, Elisabeth. (Orgs.) *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea 4*. Brasília: Technopolitik, p. 291-316.

Gusmão, Maristela Muniz; Gomes, Thaywane do Nascimento & Amparo, Deise Matos do. (2020). Os interstícios institucionais e as possibilidades de trabalho na socioeducação. In: Amparo, Deise Matos do; Moraes, Renata Oliveira; Brasil, Katia Tarouquella & Lazzarini, Eliana Rigotto (Orgs.). *Adolescência: psicoterapias e mediações terapêuticas na clínica dos extremos*. Brasília: Technopolitik, p. 133-147.

Gutton, Pierre. (1990). *Le pubertaire* [O púbere]. Paris : PUF, 1990.

Kalunga, Buia. (2018). Música na contramão. In: Firmiano, Andre et al. *Na linha tênue: experiências de arte-educação em privação de liberdade*. São Paulo: Ação Educativa, p. 102-107.

Joubert, Christiane & Drieu, Didier. (2016). Trabalho grupal com a fotolinguagem-Determinante epistemológico e metodológico. In: Brasil, Katia Tarouquella & Drieu, Didier. *Mediação, simbolização e espaço grupal: propostas de intervenções com adolescentes vulneráveis*. Brasília: Liber Livro, p. 89-111.

Laffitte, Pierre-Johan. (2017). Parler du sujet sans em parler- La narrativité, modalité de l'intégration et métapsychologie [Falando sobre o assunto sem falar- Narratividade, modalidade de integração e metapsicologia]. In: Clouard, Chantal; Golse, Bernard & Vanier, Alain. *La narrativité: Racines, enjeux et ouvertures* [Narratividades: raízes, apostas e aberturas]. Paris: Editions in press, p. 117-134.

Lamanno-Adamo, Vera Lucia Colussi. (2013). Entre o público e o privado: o espaço intersticial. *Jornal de Psicanálise*, 46 (84), p. 93-98.

Le Breton, David. (2004). *Sinais de identidade: Tatuagens, piercings e outras marcas corporais*. Lisboa: Miosótis.

Le Breton, David. (2007). *A sociologia do corpo*. Petrópolis: Editora Vozes.

Le Breton, David. (2010). Escarificações na adolescência: uma abordagem antropológica. *Horizontes Antropológicos*, v. 16, n. 33, p. 25-40. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832010000100003>

Lise, Michelle Larissa Zini; Gauer, Gabriel José Chittó & Neto, Alfredo Cataldo. (2013). Tatuagem: Aspectos Históricos e Hipóteses sobre a origem do estigma. *Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics*, 2(3), p. 294-316. doi: [https://doi.org/10.17063/bjfs2\(3\)y2013294](https://doi.org/10.17063/bjfs2(3)y2013294)

Lopes de Oliveira, Maria Claudia Santos. (2006). Identidade, narrativa e desenvolvimento da adolescência: Uma revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 427-436. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000200022>

Macedo, Mônica Medeiros Kother; Gobbi, Adriana Silveira & Waschburger, Evelise Machado Pinto. (2009). Marcas corporais na adolescência: (im)possibilidades de simbolização. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 90-105.

Macedo, Sybele & Paravidini, João Luiz Leitão. (2015). O ato de tatuar-se: gozo e identificação o ato de tatuar-se. *Tempo psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 47.2, p. 138-155.

Macedo, Sybele; Paravidini, João Luiz Leitão & Próchno, Caio César Souza Camargo. (2014). Corpo e marca: tatuagem como forma de subjetivação. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 14(1), p. 157-166.

Marty, François. (2006). Adolescência, violência e sociedade. *Ágora*, Rio de Janeiro. Vol. IX, nº 1. doi: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982006000100009>

Miranda, Tiago Alves & Celes, Luiz Augusto Monnerat. (2019). Freud e Socioeducação: a educação entre a repressão e a oferta de alternativas de vida. In: Antloga, Carla; Brasil, Katia Tarouquella; Lordello, Silvia Renata; Neubern, Mauricio & Queiroz, Elizabeth (Orgs). *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea 4*. Brasília: Technopolitik, p. 91-112.

Moscou, Cristiane. (2018). Oficina de literatura: a luta por igualdade. In: Firmiano, André. et al. *Na linha tênue: experiências de arte-educação em privação de liberdade*. São Paulo: Ação Educativa, p. 111-122.

Oliveira, Cynthia Bisinoto Evangelista; Oliva, Olga Brigitte; Arraes, Juliana; Galli, Carolina Yoshii; Amorim, Gustavo & Souza, Luana Alves. (2015). Socioeducação: Origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.20, n. 4, p. 575-585. doi: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v20i4.28456>

Onocko Campos, Rosana Teresa & Furtado, Juarez Pereira. (2008). Narrativas: utilização na pesquisa em saúde. *Revista de Saúde Pública*, 42(6), p. 1090- 1096.

Onocko-Campos, Rosana Teresa et al. (2013). Narrativas no estudo das práticas em saúde mental: contribuições das perspectivas de Paul Ricouer, Walter Benjamin e da Antropologia médica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18 (10), p. 2857-2857.

Oxfam, Brasil (Org.). (2020). *Juventudes nas cidades*. Brasília: Oxfam.

Pachoud, Bernard. (2017). Flux des vécus, narrativité et définition réflexive de soi [Fluxo de experiências, narratividade e autodefinição reflexiva]. In: Clouard, Chantal; Golse, Bernard & Vanier, Alain. *La narrativité: Racines, enjeux et ouvertures* [Narratividades: raízes, apostas e aberturas]. Paris: Editions in press, p. 63-84.

Paiva, Élica Luiza. (2015). *Narrativas de histórias de vida como formação de si: um jogo com adolescentes do povoado do Maracujá*. Tese em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Penso, Maria Aparecida; Conceição, Maria Inês Gandolfo; Costa, Liana Fortunato & Carreiro, Teresa Cristina Oliveira. (2012). *Jovens pedem socorro: o adolescente que praticou ato infracional e o adolescente que cometeu ofensa sexual*. Brasília: Editora Universa e Liber Livro.

Penso, Maria Aparecida; Costa, Liana Fortunato; Conceição, Maria Inês Gandolfo & Carreiro, Teresa Cristina Othenio Cordeiro. (2013). As mães dos adolescentes que cometeram ato infracional e de natureza sexual. *Interacções*, nº 25, p. 151-179. doi: <https://doi.org/10.25755/int.2856>

Perazzo, Priscila Ferreira. (2015). Narrativas Oraís de Histórias de Vida. *Comunicação & Inovação*, PPGCOM/USCS, v. 16, n. 30, p. 121-131.

Pinho, Miriam Ximenes & Rosa, Miriam Debieux. (2014). Luto em versão contemporânea: as tatuagens memoriais. *Trivium*, vol. 6, nº 1, Rio de Janeiro.

Racionais, MC's. (1997). *Diário de um detento*. São Paulo: Cosa Nostra. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_CZunqkl_r4&t=209s. Acesso em 28 de agosto de 2019.

Rebello, Teresa & Thomas, Marie. (2016). Trabalho de narratividade com adolescentes em uma residência terapêutica. In: Brasil, Katia Tarouquella & Drieu, Didier. (Orgs.). *Mediação, simbolização e espaço grupal: propostas de intervenções com adolescentes vulneráveis*. Brasília: Liber Livro (153-171).

Rebello, Teresa. (2018). Dispositivos de mediação cultural nos espaços educativos e socioculturais com adolescentes vulneráveis. In: Brasil, Katia Tarouquella; Almeida, Sandra Francesca Conte de & Drieu, Didier. *Proteção à infância e à adolescência: intervenções clínicas, educativas e socioculturais*. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade e Universidade Católica de Brasília, p. 99-113.

Ricoeur, Paul. (1997). *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus.

Ricoeur, Paul. (2012). *Tempo e Narrativa I: a intriga e a narrativa histórica*. São Paulo: Martins Fontes.

Rodrigues, Susy Cristina & Guimarães, Áurea Maria. (2015). Narrativas de adolescentes: um convite para captar subjetividades. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 40, n.2, p. 289-305. doi: <https://doi.org/10.5216/ia.v40i2.32672>

Rodriguez, Luciana da Silva & Carreteiro, Teresa Cristina O. C. (2015). O corpo que fala: a tatuagem na contemporaneidade. In: Conceição, Maria Inês Gandolfo; Tafuri, Maria Izabel & Chatelard, Daniela Scheinkman. *Psicologia Clínica e cultura contemporânea 2*. Brasília, Technopolitik, p. 419-435.

Rosa, Miriam Debieux. (2004). Uma escuta psicanalítica das vidas secas. In: Comissão de Aperiódicos da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Org.). *Adolescência: um problema de fronteiras*. Porto Alegre: APPOA, p. 148-161.

Rosa, Miriam Debieux & Vicentin, Maria Cristina. (2010). Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. *Psicologia Política*, vol. 10, nº 19, p. 107-124.

Roussillon, René. (1988). Espaços e práticas institucionais. O quarto do despejo e o interstício. In: Käs, Rene. (Org.). *A instituição e as instituições*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 133-149.

Roussillon, René. (2013). La fonction médium malleable et les pathologies du narcissisme [As funções do meio maleável e as patologias do narcisismo]. In: Brun, Anne; Chouvier, Bernard & Roussillon, René (Orgs.). *Manuel des médiations thérapeutiques* [Manual de mediações terapêuticas]. Paris: Dunod.

Roussillon, René. (2015). A função simbolizante. *Jornal de Psicanálise*, 48 (89), p. 257-286.

Santos, Antônio Bispo. (2018). Somos da terra. *Piseagrama*, Belo Horizonte, número 12, p. 44 - 51.

Santos, Hermílio. (2012). Ação e relevância em narrativas de adolescentes autoras de atos infracionais. *Contemporânea*, v. 2, n. 2, p. 489-512.

Santos, Jefferson Baptista dos. (2018). Roteiro em ação. In: Firmiano, André. et al. *Na linha tênue: experiências de arte-educação em privação de liberdade*. São Paulo: Ação Educativa, p. 48-56.

Santos, Michele Idaia. (2010). A criança na experiência temporal de suas narrativas gráficas. *Signos*, ano 31, n.2, p. 19-29.

Silva, Gilberto Lucio da & Passos, Maria Consuelo. (2016). Um lugar para chamar de seu: uso de tatuagens por adolescentes em programas socioeducativos. *Estudos de Psicanálise*, Belo Horizonte, n. 46, p. 67-76.

Silva, Livia Campos e; Carvalho, Isalena Santos & Chatelard, Daniela Scheinkman. (2017). Considerações sobre a noção de nome próprio em Lacan: entre o significante e a letra. *Cadernos de Psicanálise*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 36, p. 161-174.

Soares, Lissandra Vieira & Machado, Paula Sandrine. (2017). “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Psicologia Política*, 17(39), p. 203-219.

Souza, Elizeu Clementino & Souza, Rodrigo Matos de. (2017). Literatura e educação: narrativas na pesquisa educacional. In: Oliveira, Inês Barbosa & Reis, Graça (Orgs.). *Pesquisas com formação de professorxs: rodas de conversa e narrativas de experiência*. Petrópolis: DP ex Alii.

Suarez, Daniel. (2010). Documentación narrativa de experiencias pedagógicas: indagación-formación-acción entre docentes. In: Passeggi, Maria da Conceição & Silva, Vivian Batista (Orgs.). *Invenções de vidas, compreensão de itinerários e alternativas de formação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 181-204.

Vannucchi, Ana Maria Stucchi; Fernandes, Josefa Maria Dias da Silva; Ribas, Andreza; Chuman, Danielle Batista Bounassar; Martin, Fabíola Augusta Januário; Ortolon, Ligia Mara de Carvalho; Silva, Luis de Paiva; Rossetti, Patrícia Elena Bertini Scomparin; Pereira, Regina Lucia da Silva Vicente; Antônio, Rosimari Boer & Bressan, Silvana. (2016). Escrevendo em mim- me inscrevo e me descrevo. *IDE*, São Paulo, 39[62], p. 193-213.

Vilas Boas, Laís Macedo; Amparo, Deise Matos do; Almeida, Sandra Francesca Conte de & Brasil, Katia Tarouquella. (2017). Clínica com adolescentes em conflito com a lei: contribuições da psicanálise no trabalho com a demanda. In: Amparo, Deise Matos do; Lazzarini, Eliana Rigotto; Silva, Isabela Machado da & Polejack, Larissa. (Orgs.) *Psicologia clínica e cultura contemporânea*, vol. 3. Brasília: Techonopolitik, p. 129-158.

Vilhena, Junia; Rosa, Carlos Mendes & Novaes, Joana de Vilhena. (2015). Narrando dores. A tatuagem como narrativa. *Cadernos de Psicanálise*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 33, p. 129-154.

Vint, Victor. (2018). Para mudar o olhar- Sintoniza lá! In: Firmiano, André. et al. *Na linha tênue: experiências de arte-educação em privação de liberdade*. São Paulo: Ação Educativa, p. 58-64.

Winnicott, Donald Woods. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.

Xavier, Francisco Coullanges. (2020). Aula 4: Acompanhamento à Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida- LA. In: *Curso Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no SUAS*, Eixo 2: Atores responsáveis e Parâmetros de Execução. Brasília: Escola Nacional de Socioeducação. Disponível em: http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/MedidasSUAS/Eixo2-SUAS.pdf. Acesso em 03 de julho de 2020.

Zanelato, Vanessa Magnus & Werba, Graziela Cucchiarelli. (2017). Psicologia e fotografia: a subjetividade como protagonista da imagem. *UnilaSalle*, Canoas, n.36, p. 157- 168. Doi: <http://dx.doi.org/10.18316/dialogo.v0i36.3474>

Zanello, Valeska. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.

Zappe, Jana Gonçalves & Dias, Ana Cristina Garcia. (2010). Delinquência juvenil na produção científica nacional: distâncias entre achados científicos e intervenções concretas. *Barbaroi*, (33) p. 83-103.

APÊNDICE I- Linha do tempo da imersão desta pesquisadora em campo



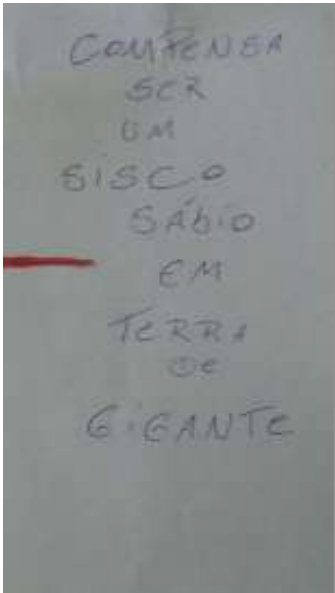
ANEXO I- Escrevendo nas paredes, crio um chão!

No espaço dos anexos, incluiremos algumas das narrativas dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, que emergiram durante a nossa caminhada dentro da socioeducação. Neste primeiro momento, colocaremos alguns registros que passaram pelas paredes da instituição e contornaram sentimentos, reflexões e embates.

Mais uma vez, respeitaremos o sigilo das identidades e códigos, pois alguns significados são de conhecimento apenas dos jovens e partilhado com estas pesquisadoras. Posto isso, não focaremos em explicar a representação de cada palavra ou modo de escrever, levando em conta que isso poderia identificar pessoas, territórios e organizações. O foco é a apreciação e demonstrar com as narrativas podem se apresentar de várias maneiras e não somente no papel, mas nas paredes, nos detalhes e nos não-ditos.



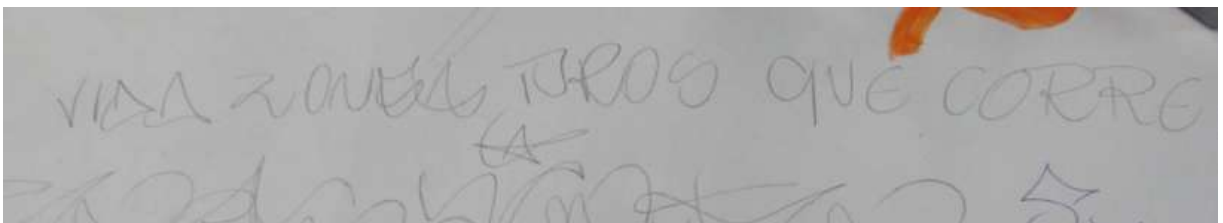
Frase: “Navego em um navio de graduados a procura de uma ilha chamada liberdade”



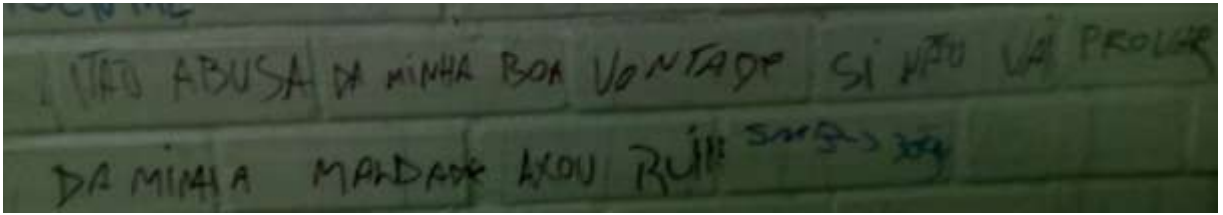
Frase: "Compensa ser um sisco sábio em terra de gigante"



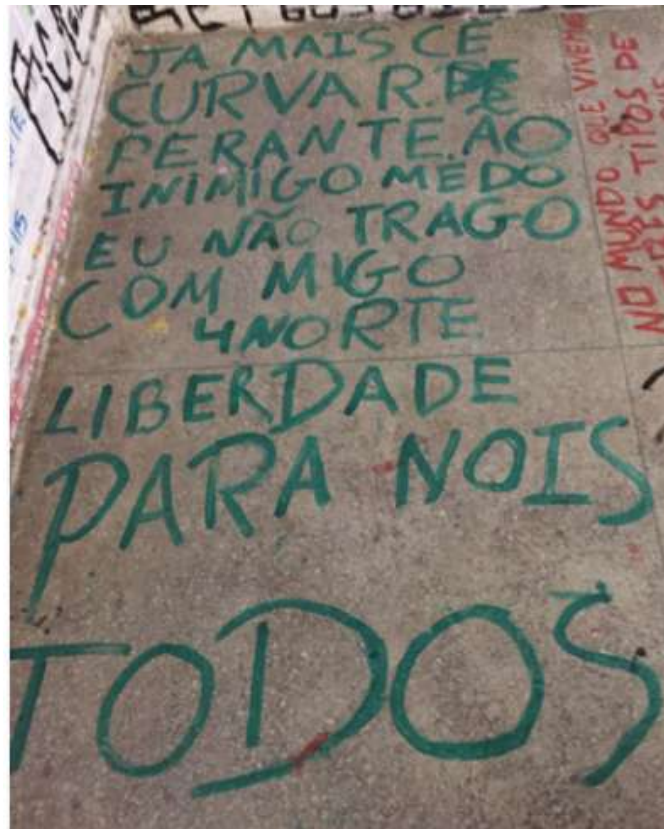
Frase: "Quem tar guardado não ver a hora de sair"



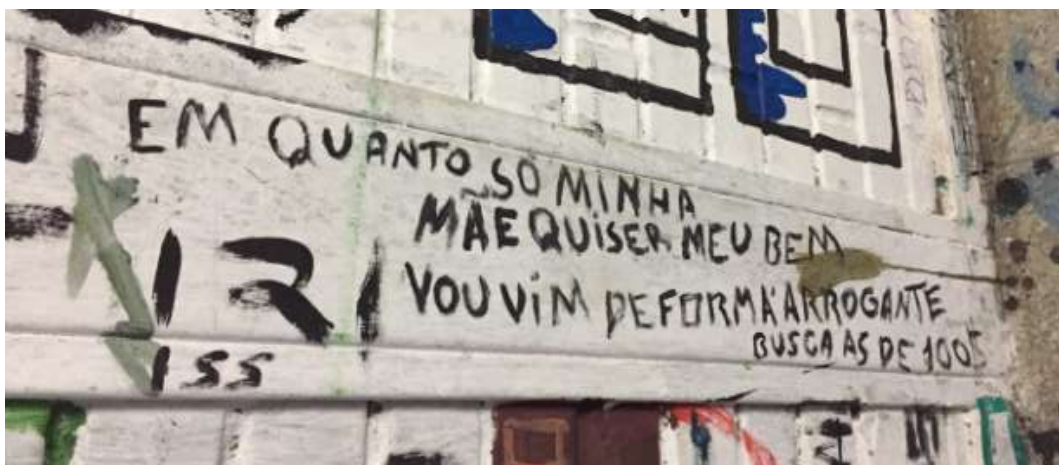
Frase: "Vida longa pros que corre"



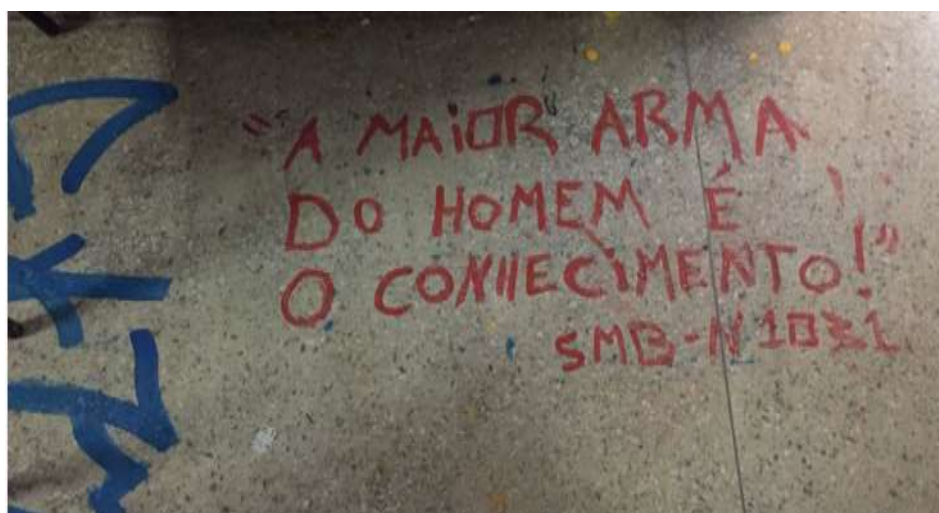
Frase: “Não abusa da minha boa vontade si não vai provar da minha maldade. Axou ruim”.



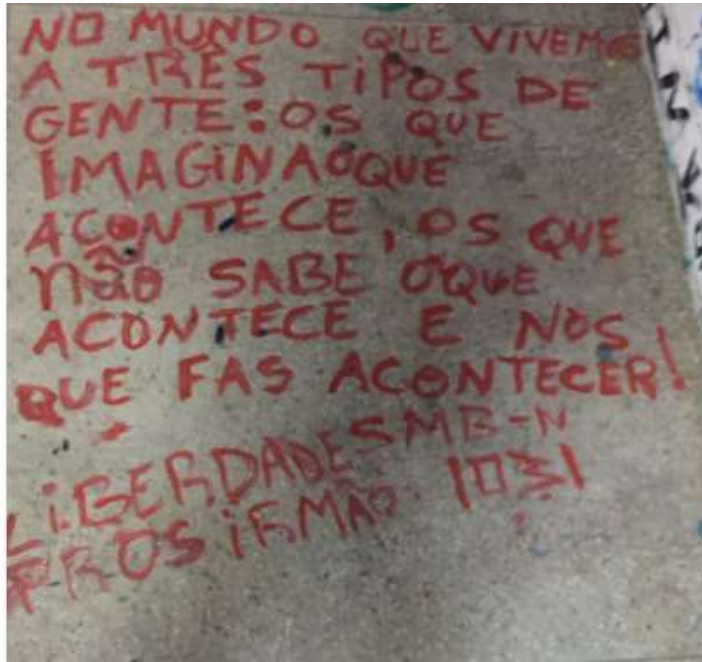
Inscrição no chão da sala de Artes: “Jamais ce curvar perante ao inimigo. Medo eu não trago com migo. Liberdade para nois todos”



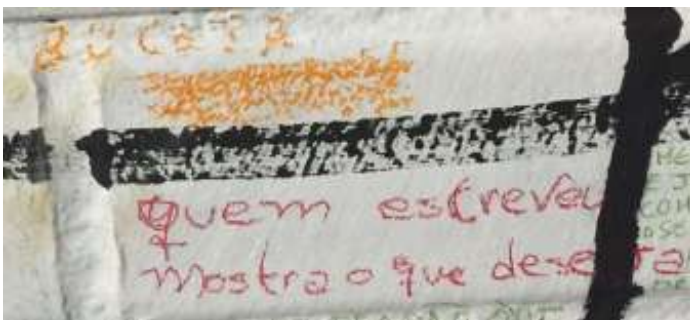
Frase da música Amnésia (https://www.youtube.com/watch?v=CmH-qAEH-IU&ab_channel=TribodaPeriferia), do grupo Tribo da Periferia: “Em quanto só minha mãe quiser meu bem, vou vim de forma arrogante busca as de 100 \$”.



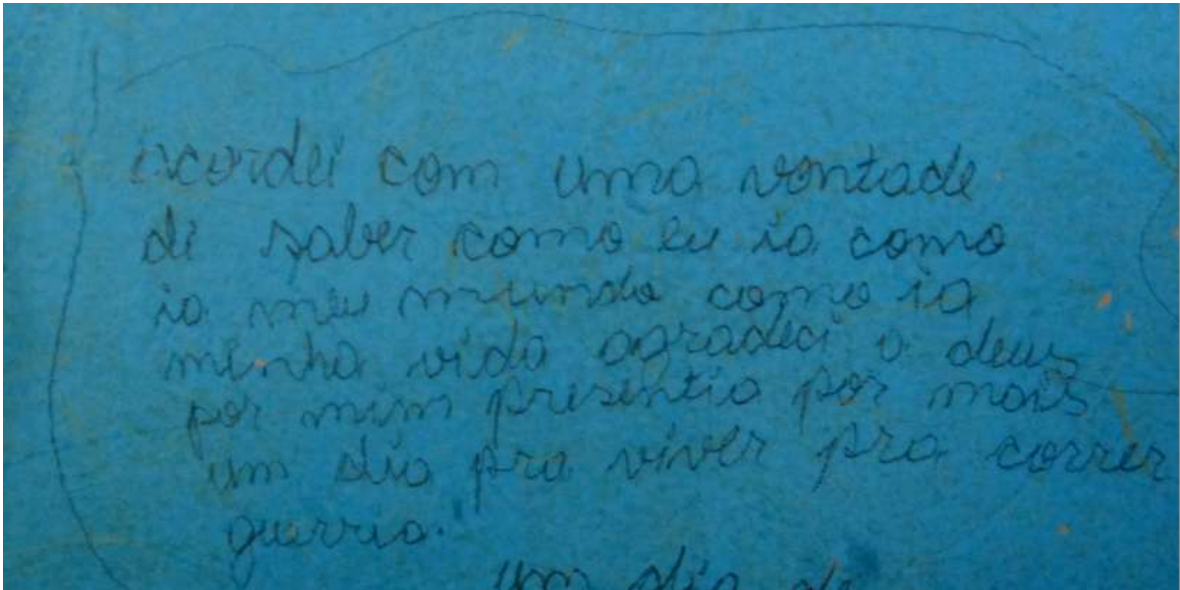
Frase escrita no chão da sala de Artes: “A maior arma do homem é o conhecimento”



Escrito no chão da sala de Artes: “No mundo que vivemos a três tipos de gente: os que imagina o que acontece, os que não sabe o que acontece e nós que faz acontecer! Liberdade pros irmão”



Frase: “Quem escreveu mostra o que deseja”



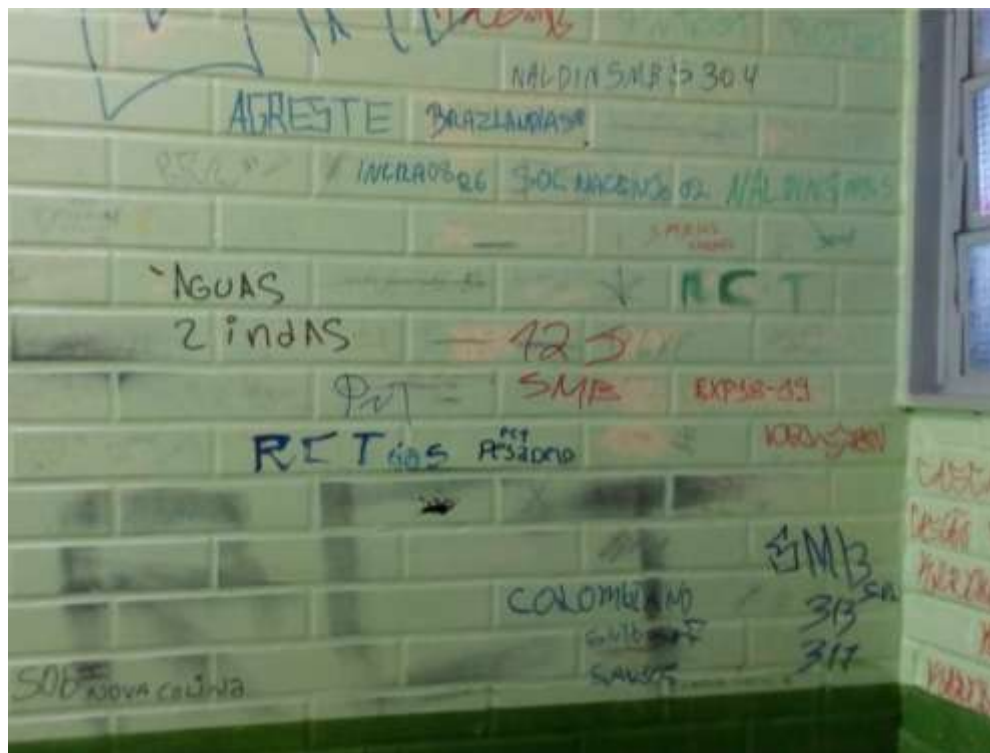
Trecho da música “Como vai o seu mundo”, do rapper Dexter (https://www.youtube.com/watch?v=s1FyT0xbN8Q&ab_channel=byFR15), escrito na parede do quarto-cela:

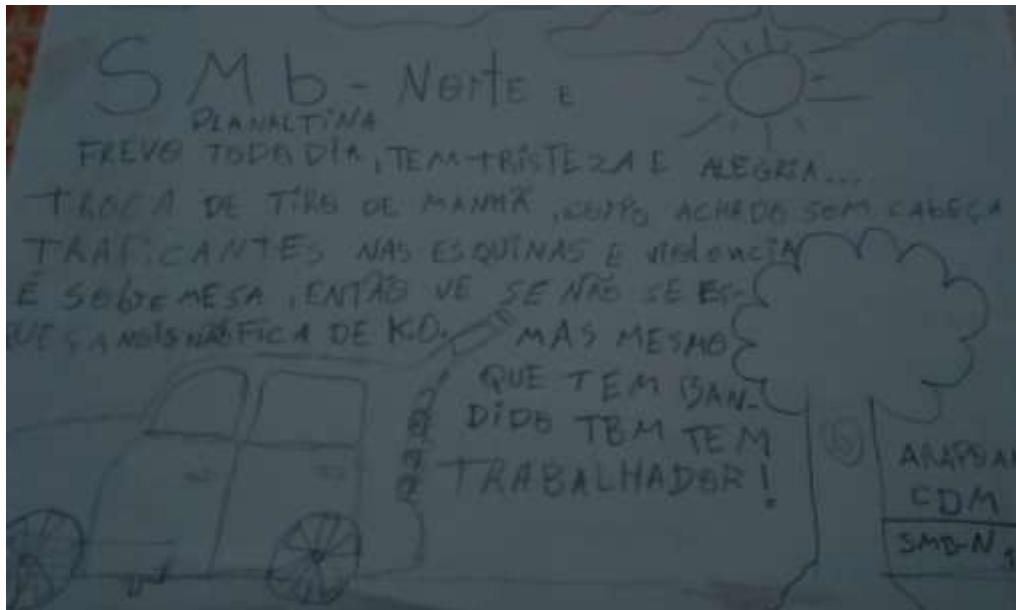
“Acordei com uma vontade
de saber como eu ia
como ia meu mundo
como ia minha vida
agradei a deus por mim presentia
por mais um dia pra viver pra correr guerra”

ANEXO II- "Salve quebrada"









“SMB- Norte e Planaltina

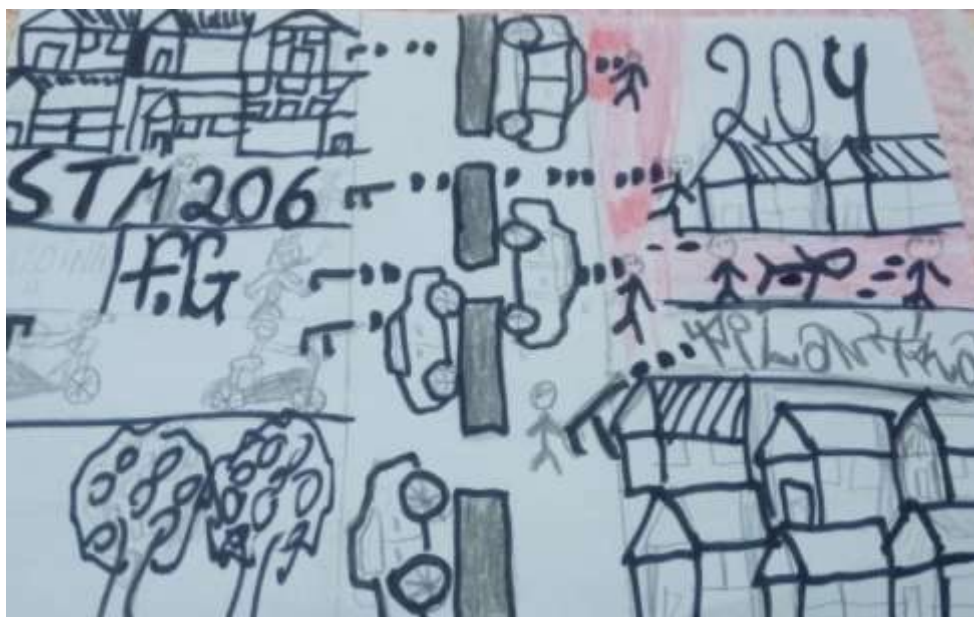
Frevo todo dia, tem tristeza e alegria...

Troca de tiro de manhã, corpo achado sem cabeça

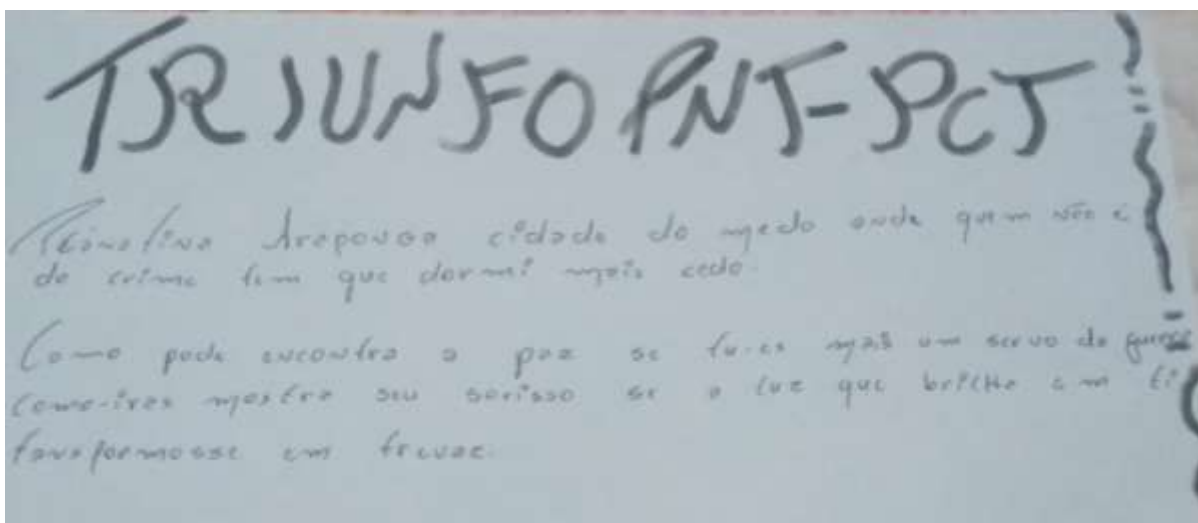
Traficantes nas esquinas e violencia

É sobremesa, então ve se não se esqueça nois não fica de K.O

Mas mesmo que tem bandido tbm tem trabalhador!?”.



Desenho acerca do conflito territorial entre duas quadras residenciais na região administrativa de Santa Maria-DF



“Triunfo PNT-PCT

Planaltina Araponga cidade do medo onde quem não é do crime tem que dormir mais cedo.

Como pode encontra paz se tu és mais um servo da guerra.

Como iras mostra seu sorriso se a luz que brilha em ti transformosse em treva”

ANEXO III- (Re)desenhando referências, imaginação e sonhos

Todas as imagens expostas abaixo são resultados das aulas de Artes da unidade socioeducativa em parceria com estas pesquisadoras ou entregues como presentes para estas pesquisadoras após um diálogo/encontro. Tratando-se de produções coletivas ou individuais dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação...





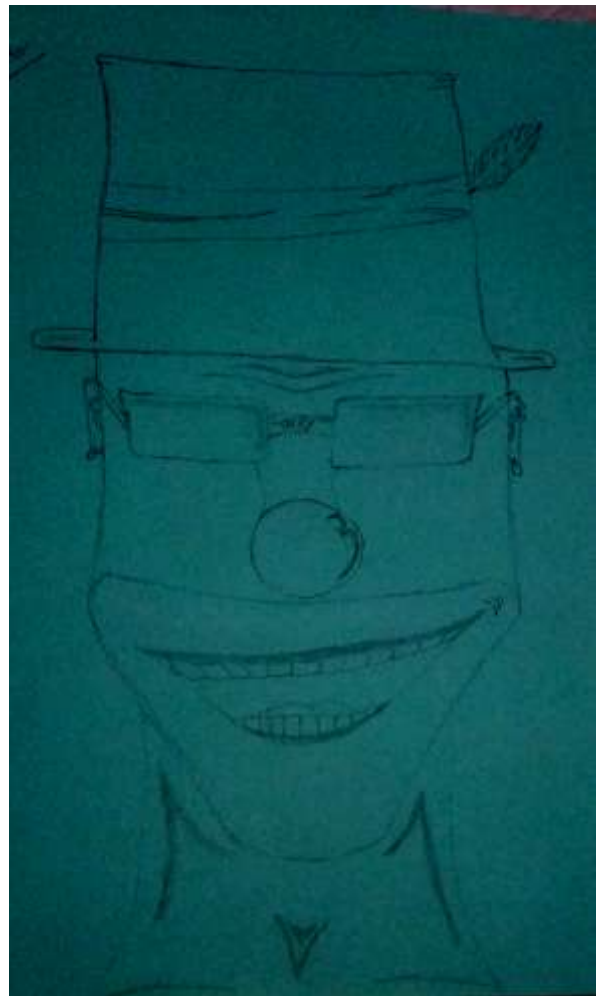


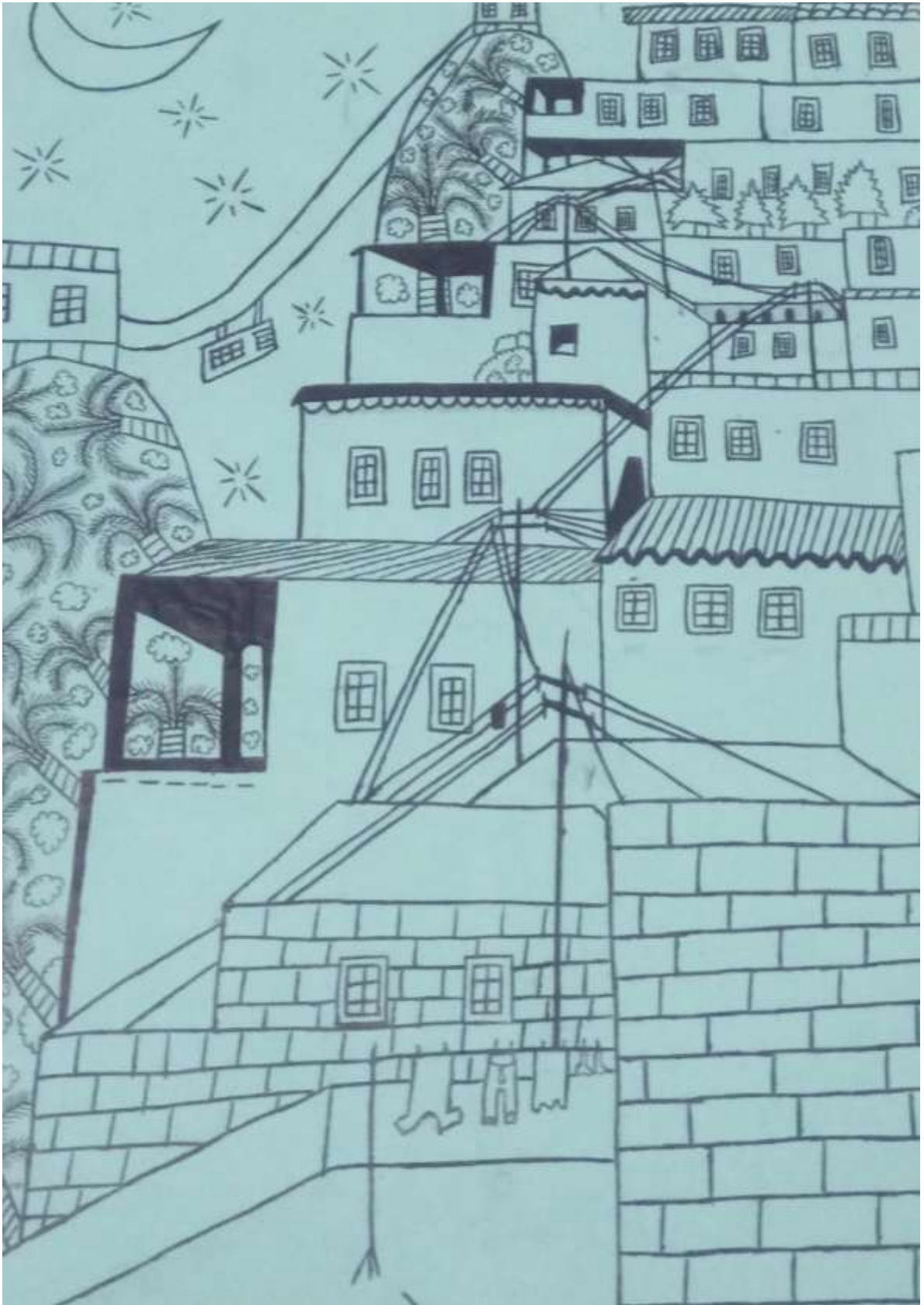












**ANEXO IV- “As flores mais bonitas nascem onde ninguém cultivou”: vendo
belezas na aridez**

Todas as fotos apresentadas neste anexo são de autoria de jovens que estavam em cumprimento de medida socioeducativa de internação e participaram da produção audiovisual “Cotidiano do sistema”







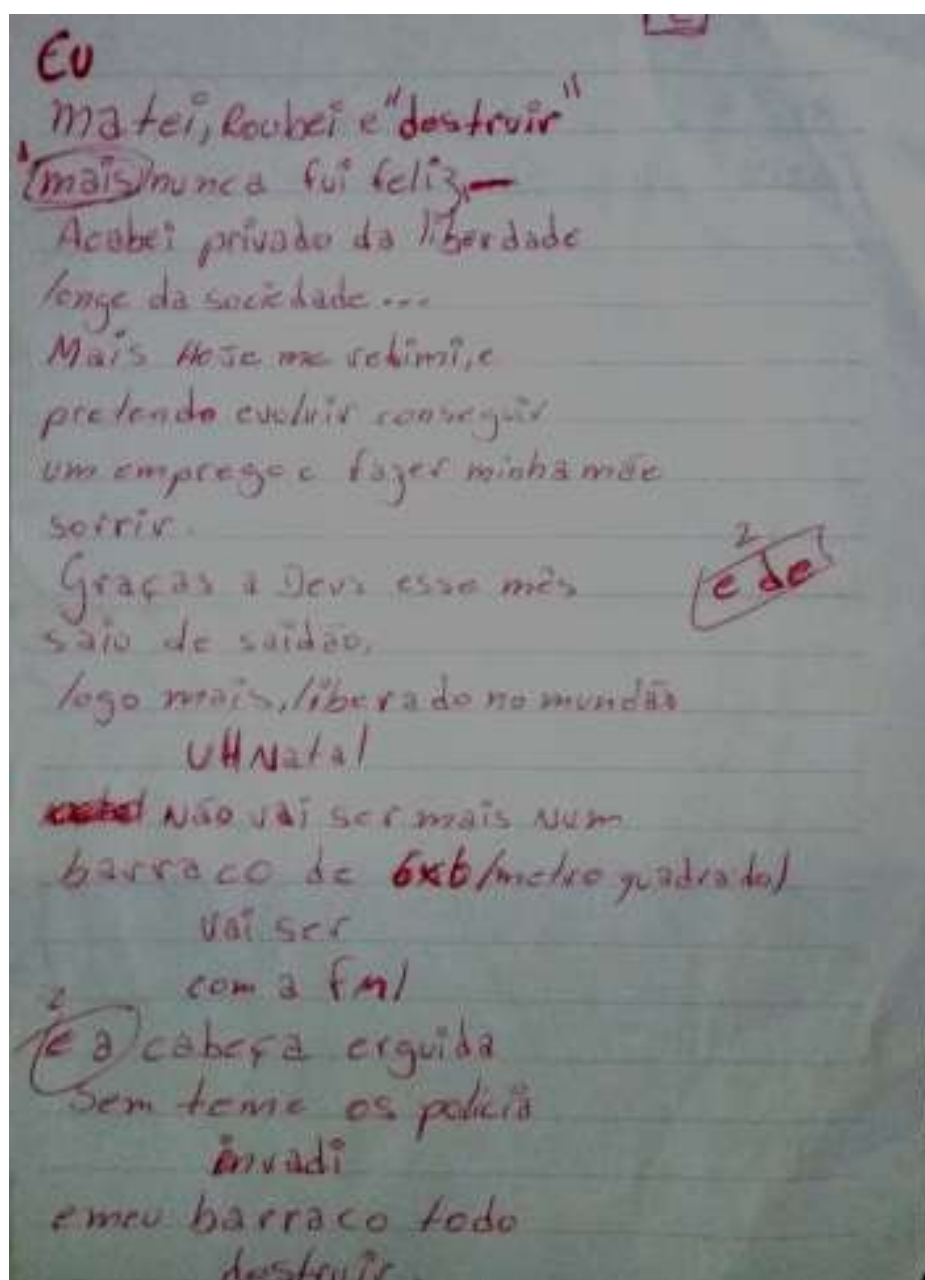




ANEXO V- “Relato dos aliados”: as narrativas poéticas e autobiográficas de jovens privados de liberdade

Narrativas poéticas

As poesias apresentadas neste anexo foram feitas por jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação e surgiram no transcorrer desta pesquisa.



Eu
matei, roubei e "destruir"
Mais nunca fui feliz,
Acabei privado da liberdade
longe da sociedade...
Mais hoje me redimi, e
pretendo cumprir, conseguir
um emprego e fazer minha mãe
sorrir.
Graças a Deus esse mês
saio de prisão. ² e de
logo mais, liberado no mundo
U! Natal
~~o~~ Não vai ser mais num
barraco de 6x6 (metro quadrado)
vai ser
com a FM!
e a cabeça erguida
sem ter os policiais
invadi
o meu barraco todo
destruir.

Por VR411

Sem título

Doutor

Já tem um tempo que eu 'tô' a procura
de paz

Na realidade, parece que nem existe
mais

Queria tanto ver o DF todo sorrindo

Mas, tem a fome, os problemas, tiro
descendo e subindo

Meu RAP protagoniza o que eu vejo nas
'perifas'

Centro-Oeste 'nois' que 'tá'
denunciando na rima

Não é normal eu ver a paz nessa cidade

Eu vejo crime, eu vejo morte, violência
e maldade

Eu vejo crack, vejo 'lança', cocaína e
maconha

Vejo mãe de 15 anos, que seu filho
abandona

Eu vejo inveja, ganância, pilantragem,
ambição

Já vi, por conta de dinheiro, irmão
matar irmão

Na esquina, eu vejo tráfico

Nas 'telas', eu vejo assalto

Vejo um corpo de um ladrão que
acharam esquartejado

Vejo que vai ser cobrado, ou então, que
já cobrou

Aqui se faz, aqui se paga! E mais um
sangue derramou

Vejo pistola, fuzil, escopeta e granada

Vejo os 'traficantes' na cena montando as
barricadas

Na guerra, vejo policial covarde de PT³³
e fuzil

Matou inocente no morro, mas achou
que ninguém viu

Mas, vejo luxo, vejo poder na vida do
crime

Isso eu já vi de monte! Conheço todo
esse filme

Já vi anos de fama no crime, muita
luxúria

Só que o crime adiantou a sua sepultura

Já vi corrupção, eu já vi milícia,

Já vi apreensão que não constou na
ficha

Já vi os 'boyzinhos' curtindo com as
'Patrícias' no Lago

Mas, já vi que elas preferem ladrão de
Honda clonado

Vejo atrito, vejo guerra em todas as
quebradas

Se tu desacredita é bala, é só rajada

Vejo 'muleque' sonhando com PT de
pente alongado,

³³ Refere-se à pistola

‘MT³⁴’, moto do ano e Jetta blindado
E eu queria tanto ver os ‘mulequinhos’
estudando
Mas, cada 10 que eu vejo, 9 tão se
drogando e roubando

Talvez, aquele que sobra, mesmo assim
não aguenta

Nas ‘perifas’ o tratamento é muito
murro e spray de pimenta

Mas, não adianta fica só esticando o
chiclete
RAP que eu mando é ‘pra’ conscientizar
os ‘manos’ e os moleques
‘Pra’ acabar com essa merda de ficar
trocando tiro

Só sangue derramado, quem ‘tá’
ganhando com isso?
O RAP aqui é pesado, essa é a realidade
Peço paz ‘pra’ cidade
Chego chegando, ‘tamo’ ae

Dilapidando o mal da atmosfera
Denunciando na rima. Nós somos favela

Nós ‘tamo ae pra’ formar. Então, já era
Chega de guerra! É paz ‘pra’ todas as
‘quebras’

Então, ‘tá’ bom guerreiro. Eu chego
junto,
Conexão da ‘Samamba’ ao Riacho
Fundo
Parceiro cadê essa paz que se foi já tem
uma cara?
É só ódio, maldade que ‘rola’ no meio
da ‘rapa’

Queria ver tanto o bem, mas vejo tanto
do mal
Reage, não! Que tu vai ‘tá’ fazendo o
teu funeral
Mas, como é que vou ver paz, se só vejo
tristeza
E o ódio do pivete aumenta sem comida
na mesa

Então sai, se joga no ‘mundão’, vai
fazer o ‘corre’
Sem apoio de ninguém, então procurou
os revólveres

Mas, por que não constrói um espaço
cultural?
É a fuga para driblar o mal

Por que o governo não se importa com o
que acontece?
Aqui, quer corromper, comprar jatinho,
férias em Paraty
Enquanto, se diverte na ilha e come
pescados

A violência por aqui está por todos os
lados

³⁴ Refere-se à metralhadora

E o resultado dessa merda? Levou
vários parceiros

Saudades dos velhos tempos, junto aos
meus manos

Lembro como se fosse hoje, a morte do
L.

E o sofrimento para a família é tipo
eternizado

E a tia D. chora toda vez que lembra do
passado

E, eu tento esquecer isso e peço ao
Senhor Deus

Que nos proteja e nos guie sobre os
caminhos teus

Porque a vida não 'tá' fácil 'pra' mim,
nem 'pra' você

A realidade é triste e vemos na TV

Trilha sonora do Rio, 'tá' parecendo
Iraque

E, do outro lado, o filho mata a mãe na
'lombra' do crack

Ou, o caso Suzana, o ponto que chegou

Matou os pais por dinheiro

Esqueceu o amor

Então, seja sincero e pergunto a você

Na situação que estamos, o que mais
pode acontecer?

Mas, minha parte eu faço

Destravo as palavras

Solto a rima

Mando um salve para todas as
quebradas

Ceilândia, Samambaia, Santa Maria

Gama, Recanto, Riacho Fundo

E um salve para o Arapoanga

Sobradinho, Vila Planalto, Estrutural,
M. Norte

Chaparral e Sol Nascente

Por lá o 'banguê' é forte

E sem pagar simpatia, aqui o bagulho é
doido

Mando um salve também lá 'pros'
manos do Entorno

Águas Lindas, Santo Antônio, Cidade
Occidental

Céu Azul, Valparaíso, Varjão e
Pedregal

Então, fico por aqui, com nós é sem
massagem

Para os manos que 'tá' guardado, paz,
justiça e liberdade

Chego, chegando! Dilapidando a
maldade

SERÁ?

MC Hariel³⁵

Será meu deus que devo parar?
Será que minha família vai se orgulhar?
Eu 'tava' com medo da polícia me pegar
Porque vivo eu não me entrego, 'pras' grades não 'vou' voltar

Eu 'tava' no [nome da unidade socioeducativa], no artigo 157
De repente na minha mente vieram vários flashes
Lembrei do meu sofrimento e dos 'mulekes'
E como diz o ditado, "quem apanha nunca esquece"
Quando eu sair vai mudar isso tudo
Decidi estudar, investir nos meus estudos
Dessa vez 'pra' minha família vou poder dar orgulho
Vou cantar bem mais alto que é 'pra' fazer barulho

Eu fecho os meus olhos, então penso adiante
Como eu queria fazer sucesso cantando funk
Ser conhecido por todos, tipo mente brilhante
Mas, às vezes, eu penso que está muito longe
Então, vou falar, por favor, escute o que eu digo
Não foi só a pobreza que me fez ser bandido
E, se eu parar para falar são mais de 1000 motivos
'Pra' cadeia eu não volto enquanto estiver vivo!

³⁵ Nome fictício inspirado no jovem artista paulistano Hariel, que mescla funk e RAP, em letras com crítica social e batida dos bailes.

SOBREVIVENDO A CADA DIA

Consciência criminal³⁶

Muitos dias se passaram, infelizmente
estou aqui

Na esperança de mudar, um dia até sair

Poder voltar de novo lá pra minha
quebrada

Os “mulekes” não dão falha, eu tô
falando é Samambaia

Só por Deus eu estou vivo, eu agradeço
a Ele

Se não fosse por Deus, eu não passava
dos 13

Muito novo perdi o meu pai, desandei
até umas horas

Cai na vida errada, fui para um caminho
sem volta

Só Deus sabe o que eu passei, foi muita
dificuldade

Para hoje, infelizmente, tá aqui atrás das
grades

Quero ver minha mãe sorrir, meu
passado apagar

Ficar distante das guerras e muito
dinheiro gerar

Triste é ver umas famílias perdendo
seus filhos

Todo dia ajoelhando e orando para
Jesus Cristo

Não dá para esconder, nossa vida é
assim

Enquanto uns perdem seus parceiros,
outros planejam o seu fim

Não canto apologia, não é história de
novela

Transformando em poesia, o RAP da
nossa favela

Sobrevivendo a cada dia no sistema
prisional

“Tamo” aqui representando, é
consciência criminal

Na cadeia, o clima é tenso. Na favela é
só bandido

Vários manos por aqui preferem a
profissão perigo

Pra tu ver quantos manos foram “pro”
crime e nem pensou

Saiu em busca dos dinheiros, só
saudades é o que restou

Sua família não quer ver, irmão, isso
para você

Larga o crime, larga as drogas, deixa de
lado as PTs

E quantos manos pensam em ter
Voyage, PT, oitão

E o diabo dando risada, querendo levar
os irmãos

Mas tá firmão, “tamo” aí, vamos
prossequindo

Quero mudar de vida, ver minha mãe
sorrindo

³⁶ Narrativa construída por dois jovens institucionalizados e que nomearam a sua parceria artística como Consciência Criminal.

Liberdade vai cantar, o sofrimento vai
acabar

Gladeando com o sistema para ele
nunca me matar

Mas o diabo quer assim, ver os manos
de Corola

Ver os manos se matando ou então
vendendo droga

Oi, não adianta ter tudo isso, enquanto
os manos

Tão morrendo, a favela tá chorando

E minha mãe sofrendo

Sobrevivendo a cada dia no sistema prisional

“Tamo” aqui representando, é consciência criminal

Na cadeia, o clima é tenso. Na favela é só bandido

Vários manos por aqui preferem a profissão perigo

Narrativas autobiográficas

As narrativas aqui apresentadas aqui foram resultado da presença e da ligação afetiva construída nesta pesquisa, sendo de autoria de vários jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Tudo começou com falta de estrutura familiar onde fui criado por meu pai até uns 10 anos após o abandono da minha genitora, e mesmo se relacionar com ela durante um certo período não foi fácil por assim como em alguns momentos, não tive momentos ruins por muito, acho que sinto falta de pelo fato de não ter convivido com meu pai biológico, como todas as crianças pensam em ter um futuro independente todas. Me lembro ainda apenas um pouco de me e de as lembranças de infância, com os anos de idade entre si e a infância onde quando usávamos um pouco alívio de dos problemas do cotidiano turbulento os quais não se não tinham e teve que arrumar de alguma forma optando pelo resto de já não queria fazer mais de estudar matéria onde quando parecia já estava ficando cansado onde fui me aprofundando cada vez mais de saber que os estudos seriam fundamentais a minha vida continuei estudando mais ainda usando drogas cometeu a mesma coisa que da escola pois eu que tinha por perto não tinha drogas já não tinha dinheiro nem pra ir a escola nem pra usar drogas entre o roubo, carro e drogas onde conseguia dinheiro pra manter meu curso e meus estudos help me encontrar em unidade de internação privada do município de São Paulo com pensamentos diferentes pretendo mudar de vida arrumar um emprego formal e criar uma família de qualidade para se desenvolver a melhor forma de viver e de uma forma honesta e digna.

TRAJETÓRIA

	Doutor	Nem comigo, nem com ela, nem com meu irmão
E a história se inicia 'num' garoto na vida era sofrido		O melhor a fazer era a separação
Não importava qual a forma queria ser bem sucedido		É, mas, é só uma das fases
E, seu sonho, na verdade, era algo desconhecido		Olha só o que eu digo
Mas, a vida não é fácil!		Mais uma vez, o pai não se importava com os filhos
Vou te dizer muitos problemas		De porrada em porrada, ela decidiu separar
Em casa, um sonho não conseguia ter		Porque é muito sofrimento e desse jeito não dá
Um pai alcoólatra, 2 irmãos e sua mãe		Era brigas e brigas, não tinha o que fazer
Maria José, mulher guerreira		E, com a separação, a casa tinha que vender
E as coisas lá em casa não era brincadeira		
Um pai violento, muito ausente,		Não dava para deixar seus filhos crescer
Em casa, chegava descontrolado e nos filhos dava porrada		Para arrumar um emprego e não ser mais um réu
Mas, minha mãe sempre ensinou 'pra' gente o certo		E depois disso nos poderemos pagar aluguel
Desde pequeno ensinou a gente a ser esperto		
"Vai estudar e trabalhar, meu filho, por favor"		Ele não quis saber, falou uma coisa chocante,
E eu dizia para ela que ia virar doutor		"Eu quero ver vocês com fome debaixo da ponte"
Pode deixar minha rainha, eu vou virar o exemplo		E a violência aumentava e aumentava, também o medo
Para tirar a gente daqui e garantir o sustento		Era mais um episódio do pesadelo
Mas, na vida, nem tudo é festa, nem tudo é da hora		
Nem tudo na vida é um mar de rosa		Vamos sair de casa, vai ser melhor para a gente
E minha mãe não aguentou o sofrimento		Só que não tenho o dinheiro suficiente

Fique tranquilo filho, essa vamos passar
É mais uma fase, Jesus Cristo vai nos ajudar

E, era triste, era foda, sofrimento e ‘pá’
A galera da ‘quina’ comecei observar
Muita grana, dinheiro fácil, dava para ver

E um mano disse, “vai no corre e tu consegue ter”

Mas, as coisas de início não eram bem assim

Como é que vou no ‘corre’, mano? Se eu sou sozinho

E foi aí, que o diabo entrou na jogada

Foi rapidinho, foi do nada

Me arrumaram uma arma

Aí, eu enquadrei, deu tudo certo

Então, se liga foi aí que me joguei na vida bandida

Só que eu só tinha 11 de idade

E as coisas, começaram a piorar de verdade

Começou vim a ganância e acabar a bondade, já era

Maldade tomou conta do meu coração

Não conseguia, mas ouvir nem o meu próprio irmão

E o tempo passou, agora não era mais moleque

Já tinha dezessete

E das lições da vida, ele nunca se esquece

E como eu disse no início, nem tudo é diversão

E nas veias corria a disposição

Fui no ‘corre’, dessa vez não deu muito certo

Foi cena de terror

Nessa barca furada, eu cai num ‘latrô’

E agora, “encarqueirado” pude parar para pensar

Não quero ser um a mais

Eu vou em busca do meu sonho,

Eu vou correr atrás, sem ganância, ódio ou rancor

Falei para minha mãe que eu vou ser quem eu sou

E ela me disse assim

Filho, você ‘tá’ nessa eu acredito em você

Nunca é tarde para mudar, basta você querer

Então, bola ‘pra’ frente, tem que acreditar

É mais uma fase e Jesus Cristo vai nos ajudar

A partir deste ponto, as narrativas apresentadas foram extraídas do livro “**A realidade verdadeira**”, livro já registrado, mas ainda não publicado.

Relato- Madruginha

Olá, venho relatar minha história de vida do crime por meio desse relato. Aos meus oito anos de idade, eu vi minha casa pegar fogo com meu pai e minha mãe dentro, um pequeno barraco de madeira na minha comunidade Estrutural. Dois anos depois, soube que o incêndio havia sido causado por um cara que meu pai devia. Nesse tempo, eu já morava na rua com mais 15 “menores”, na cidade do Plano Piloto. A droga que conheci primeiramente foi o crack.

Eu era muito viciado, roubava tudo o que via pela frente, passava para traficantes para consumir o crack. Com 15 anos, já tinha 5 internações por roubo, cheguei no CESAMI, lá era bom pela comida e me deixava longe do crack, até que fui sentenciado de seis meses a três anos. Na sentença, o menino me furou com a faca só porque eu fumava crack na rua.

Conheci um maluco bem legal, que me falou de Deus, ele era do CAPS, onde faço tratamento de viciados. Hoje já penso diferente, não quero mais fumar crack e quando eu sair da internação, quero procurar ajuda, ter uma família e seguir minha vida em paz. Esse meu vulgo é porque eu vivia na madrugada, louco de crack, mas hoje não quero ser mais chamado por vulgo, ainda mais por ter nojo do crack. Vou mudar minha vida e ser alguém na sociedade.

Relato- Koten

Brasília, 19 de abril de 2016, 9h20 da manhã.

-Alô! É da casa da A.?

-Sim

-Com quem eu falo?

-Com filho dela. Por quê?

- Preciso que seja forte

-O que quer dizer com isso?

-Sua mãe entrou em óbito. Precisamos que venha assinar a certidão óbito.

Olá! Meu vulgo é Koten e venho dizer um pouco do meu relato na vida do crime, que começou bem antes do que eu relatei acima. Há muito tempo atrás, eu presenciei minha genitora ser apreendida por furto, artigo 155 do Código Penal. Eu não sabia muito bem o que era aquilo, mas senti uma raiva muito grande daquelas pessoas que estavam fazendo aquilo comigo e com minha mãe. Por esse ato, ela ficou apreendida na cidade de Santo Antônio do Descoberto por longos 2 anos. Nesse período em que estive com meu irmão descobri que meu pai havia morrido dentro de uma cadeia em Brasília, onde estava cumprindo pena por homicídio, artigo 121 do Código Penal. Aquilo era muita coisa para minha cabeça, na época, eu era apenas uma criança de oito anos. Eu me perguntava se não tinha noção a minha vida, eu achava que tinha errado só de ter nascido.

Em 2010, ela voltou e nada mais era igual, eu já tinha começado a usar drogas e tinha parado de estudar, me envolvi com pessoas podres e medíocres, que diziam estar comigo. Mas, era uma coisa de momento da “lombra”! Ao começar a usar drogas e curtir festas, passei a pegar mulheres da rua, que eu achava que gostavam de mim, porém, só queriam prazer. Para curtir com elas, eu precisava de dinheiro, por isso comecei a cometer pequenos roubos, além de vender pequenas porções de drogas. Cheguei a ser detido umas duas vezes, mas saía no outro dia. Todo fim de semana eu saía para festas e usava drogas. Durante a semana roubava para curtir mais.

Em 2015, minha mãe foi presa novamente. Agora eu estava sozinho na vida! Nesse tempo, engravidei a mãe da minha filha, eu morava com ela e trabalhava de vez em quando, mas não me adaptava em nenhum. Logo após, a mãe do meu filho também engravidou, eu me vi sem saída. Visitava minha mãe e quando voltava, cometia delitos para colocar comida em casa. Foi quando peguei a primeira de três internações provisórias. Já não tinha mais a confiança da minha família e me envolvi mais ainda.

Em 2016, no mês de abril, eu recebi a notícia de que minha mãe havia falecido dentro do sistema penitenciário do DF. Agora eu tinha perdido o meu chão! Já não me importava mais com nada, sai de casa e fui morar com traficantes de outra área. Eles me ajudaram a ganhar dinheiro sujo e assim consegui ajudar um pouco as mães dos meus filhos, que já eram nascidos. Mas, aqueles mesmos caras não queriam o meu bem, e assim, fui internado mais duas vezes por tráfico e roubo.

Quando sai da última vez, as coisas estavam muito difíceis, então cai de novo numa provisória, em que fui sentenciado de seis meses a três anos. Eu pensava que tinha sido o fim, que estava fundado na vida bandida, pelos aflitos atrás das grades, pela falta de visita e acompanhamento familiar. Os primeiros seis meses foram complicados, pois

me envolvi em ocorrência, não conseguia usufruir dos atendimentos técnicos e não evoluía na escola. Foi quando parei para pensar que, a vida não era só aquilo, eu tinha dois lindos filhos, que precisavam de mim, eu deveria dar tudo que não tive a eles e que eu tinha um amor de Deus. Desse modo, comecei a me esforçar nos estudos, fui beneficiado com a evolução do 6º ano do ensino fundamental para o primeiro ano do ensino médio, comecei a evoluir nos atendimentos técnicos e comecei a ter confiança da minha família novamente.

Graças aos meus professores, a minha técnica, minha família e, principalmente, a Deus, hoje eu tenho uma nova visão da vida, totalmente diferente da que tinha no crime. Espero que meu relato sirva de exemplo para jovens que acham que “de menor” não dá nada e se iludem com falsas amizades, drogas e dinheiro sujo. Muito obrigado a todos os leitores e até a próxima...

Relato-“Estrignado”

Olá leitores, que estão conhecendo nossas realidades de vida, não se surpreendam com o que vou lhes dizer, sou apenas mais um locutor dessa selva de pedra. Pois, até hoje na minha trajetória de vida, nunca pensei em relatá-la, mas para mostrar para a sociedade e para o estado o que já vivemos e estamos vivendo, decidi narrá-la neste livro.

Meu vulgo é “estrignado”, me colocaram esse vulgo porque quando eu era garoto de uns 12 anos, comecei a trabalhar para ter condições. Meu primeiro emprego foi ajudando meu pai, que era mecânico de automóveis, mas não durou muito, pois, não tinha paciência de ouvir ordem e discutíamos frequentemente. Depois comecei a vender churrasco, eu era extorquido lá, o que ganhava mal dava para comprar uma roupa, o

tênis de marca era apenas um sonho de consumo, mas não foi por esses motivos que entrei na criminalidade.

Estudava perto da quebrada dos caras, que hoje considero meus inimigos, mas antigamente só estudava e ficava ouvindo eles me chamarem de cabrito, só por eu morar na quadra onde eles já tinham desafeto. Eles eram folgados demais. Vi todos os manos que moravam na minha quebrada, pararem de estudar e entrarem em guerra com eles, mesmo vendo o quanto eles eram folgados, fiquei três anos estudando na mesma escola. Até que em 2013, uns 10 caras me pararam e falaram que iriam me matar se eu continuasse estudando naquela escola.

Nesse tempo já estava surtando conheci os manos da quebrada, comecei a fumar maconha. Contudo, em nenhum momento, parei de estudar e trabalhar, a maconha me acalmava e me deixava alegre, evitava discussão com a família e me fazia esquecer dos problemas que me cercavam. Por eu ser afoito gostar da erva me apelidaram de “estrignado”.

Quando eu ouvi aquilo de pessoas que eu não conhecia e falaram que iam me matar, um ódio, que eu não conhecia, subiu para minha mente. Não tinha arma, mas, rapidamente, veio um “oitão canela seca” na minha mão, arrumei um carro e comecei a ir atrás aqueles que disseram que iria me matar, trombei com alguns, atirei nele e passei por cima com carros roubados. Enfim, tudo isso por nada, qual motivo dei a eles, para falarem que ia me matar?

Era estudante, trabalhador, agora não dava para sair, parei de estudar, comecei a roubar na voz, depois com arma simulacro, até eu conseguir, meu primeiro revólver, um “32 cano longo”. Pois, minha meta era só comprar armas para matar, minha mente virou criminosa, não ligava para a roupa ou bens materiais.

Aos meus 14 anos, conheci minha mãe, o ódio já fazia parte da minha vida. Um dia, meu irmão me mostrou a foto de um policia, falou que ele era casado e ficava com a nossa mãe, rasgamos a foto e mostramos para ela. Discutíamos direto, não demorou, eu aluguei uma quitinete, minha avó paterna me ajudava nas despesas. Conheci um mano que virou meu irmão no crime, roubávamos juntos, carros, lojas, casas, seu vulgo era Just. Éramos bandidos, mas não tínhamos malícia no crime, acreditávamos em todos que dizem serem nossos parceiros.

Começamos a nos destacar na vida bandida, ficamos conhecidos até em outras quebradas, como grandes ladrões de carro. Já tinha quilos de drogas e armas que estávamos comprando. Até que um dia, um mano, que era da nossa quadrilha, veio me chamar para roubar um carro, já não precisava mais roubar, pois, todos os dias fazíamos festas, com lindas mulheres e drogas, virando a noite acordado, compramos roupas de marca, mas a ganância de um jovem ladrão falou mais alto.

Chegamos a uma lanchonete, enquadrámos dois jovens com condições, que chamamos de playboy, e levamos seu carro, que tinha GPS, mas nós não sabíamos, a polícia invadiu minha casa. Nesse dia, fomos torturados com choque, tapas na cara, eles faziam fila para nos baterem. O carro era do filho de um policial, levamos choque, apanhamos muito, a dor para mim não era nada, pois, não tínhamos nada a perder na vida.

Cheguei ao CAJE em setembro de 2013, todo quebrado, fiquei 45 dias por lá, com ladrões, como eu, assassinos, traficantes, só falávamos de maldade que queríamos fazer quando saíssemos. Assim foi feito, voltei para a sociedade cometendo diversos crimes, fui apreendido diversas vezes. Mas, hoje internado por dois anos, mudei minha vida, pretendo concluir meus estudos e ajudar jovens, que assim como eu, vivem no

mundo do crime. Junto aos colegas do quarto, fizemos esse livro para vocês leitores entenderem por quais motivos os jovens entram na criminalidade e a verdade sobre o que acontece na sociedade e nas favelas. Pretendo quando sair da unidade, continuar nesse trabalho, acreditando na mudança desses jovens reincidentes.

Relato-PNT 16

Olá, leitores! Venho através deste relato falar um pouco sobre minha vida. Eu sou de uma quebrada, em que a guerra é muito perigosa, onde eu moro pilantra não quer saber se é envolvido na guerra ou não, lhe julgam pelo jeito de vestir. Eles já chegam atirando, matando sem perguntar se eram envolvidos nas guerras. Eles envolvem qualquer um do nosso bairro. Assim entrei nessa guerra sem fim!

Me envolvi no mundo do crime com 11 anos, comecei só vendendo drogas, ganhando para mim tava muito bom. Um dia tava indo levar uma droga para um usuário, eu e um parceiro, quando nós estávamos passando por um beco, os caras começaram a atirar na gente. Eram os inimigos do Bairro onde eu moro, mas nessa época eu não era envolvido nas guerras. Levei tiros de quem eu nem conhecia, o parceiro foi baleado, nesse tempo eu tinha meus 12 anos de idade aí me envolvi na guerra.

No outro dia, me envolvi nas guerras desses caras, trocando tiros, besouro sem assa ia e voltava. Tive que começar a roubar para comprar arma, comprar munição. A guerra tava “cabulosa”, os caras subiram todo dia, nós descíamos também. Aí, eu já tava envolvido, não dava mais para voltar atrás, os caras começaram a me conhecer. Tinha que roubar todo dia para ter minha máquina, vendendo droga, comecei a ser preso, ia para a delegacia e voltava. Um dia, fui para a DCA [Delegacia da Criança

e Adolescente] e depois para o CESAMI, sai após 20 dias. Passei pelo CESAMI mais duas vezes, na terceira peguei uma regressão e fui para o centro de internação, mas sai novamente.

Os cabritos desciam na nossa quebrada direto, começamos a fazer eles voltarem na base da bala. Um dia, eles Mataram um parceiro meu, eu fiquei cego e quase todos os dias dava tiro nos caras. Nossas vidas é a é a guerra, somos soldados urbanos gladiando por nossas quebradas, por nossas vidas. A maioria dos “menores” que vejo entrar na vida do crime entra por guerra, por não ter sangue de barata, por terem que virar gladiador desde quando são pequenos e crescem gladiando por suas vidas. A minha realidade é violenta e sangrenta, mas cada um tem sua vida, só vai acabar a guerra quando todos morrerem do nosso lado ou do lado deles, contudo a preferência é que seja do lado deles. Essa é a minha vida, sou PNT 16, gladiador da selva de pedra. Esse é meu relato sendo sincero e realista.

A letra dessa música resume um pouco o que acontece com a gente. É tipo um poema.

“Como podes encontrar a paz se tu és mais um servo da guerra?

Como irás mostrar seu sorriso? Se a luz que brilha em ti, se transformou em trevas”. (Servo da guerra- Tribo da Periferia)

Então, acorde cedo gladiando e se prepare para a guerra

Honre sua quebrada, nem que mate ou morra por ela